

**JORGE ALFREDO STREIT**

**ANÁLISE DE TRÊS EMPREENDIMENTOS  
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO SETOR DA RECICLAGEM NO  
DISTRITO FEDERAL: REFERÊNCIAS PARA ATUAÇÃO DAS  
ORGANIZAÇÕES DE APOIO**

Brasília – DF

2006

**JORGE ALFREDO STREIT**

**ANÁLISE DE TRÊS EMPREENDIMENTOS  
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO SETOR DA RECICLAGEM NO  
DISTRITO FEDERAL: REFERÊNCIAS PARA ATUAÇÃO DAS  
ORGANIZAÇÕES DE APOIO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social e Trabalho, da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE), da Universidade de Brasília, para obtenção do grau de Mestre em Gestão Social e Trabalho.

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes

Brasília – DF

2006

**JORGE ALFREDO STREIT**

**ANÁLISE DE TRÊS EMPREENDIMENTOS  
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO SETOR DA RECICLAGEM NO  
DISTRITO FEDERAL: REFERÊNCIAS PARA ATUAÇÃO DAS  
ORGANIZAÇÕES DE APOIO**

Brasília, 01 de março de 2006

BANCA EXAMINADORA

Nome: Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes  
Instituição: Universidade de Brasília - UNB  
Assinatura:

Nome: Prof. Dr. Genauto Carvalho França Filho  
Instituição: Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Assinatura:

Nome: Profa. Dra. Olgamir Francisco de Carvalho  
Instituição: Universidade de Brasília - UNB  
Assinatura:

**Dedico este trabalho à minha esposa, Célia, e  
à memória de meu pai, Ildemar.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Professora Christiane Girard Souza Nunes, minha orientadora e amiga, pela paciência, dedicação e entusiasmo com que se dedicou ao trabalho, estimulando-me à reflexão e à crítica.

Sou grato também aos Professores Tomaz de Aquino, Fátima Bruno, Eda Lucas e Cláudio Torres, pelos alertas e orientações sobre os aspectos metodológicos.

Aos colegas Marcos Fadanelli, João Junior e Ana Lúcia, pela disponibilidade com que se dispuseram a ajudar.

Ao Jacques Pena, Almir Paraca, Helenelson Marques e Jandir Feitosa, da Diretoria Executiva da Fundação Banco do Brasil, pelo crédito que me foi dado para a realização do Curso.

Aos colegas do Grupo de Estudos Trabalho e Solidariedade, pelas sugestões apresentadas.

Às colegas Zumara e Cláudia e aos colegas Pedro e Célio, da FBB, pelo apoio na realização das entrevistas.

Aos meus filhos: Jorginho pelo apoio na gravação das entrevistas, Maíra na transcrição e na revisão ortográfica e à Huayna, pelo estímulo dado, mesmo à distância.

Há quem diga olê, olê!  
Olê, olá!  
Catador de Norte a Sul  
E de acolá!  
Nesta marcha sem parar  
Caminhar é resistir  
É se unir  
É reciclar  
Ninguém segura essa gente  
Que trabalha  
Que grita e fala  
Querendo anunciar  
Que é possível a luz  
De um novo dia  
Em que a nossa alegria  
Possa se concretizar

Xote da Marcha do Povo - “Hino dos Catadores”

## RESUMO

A economia solidária vem se afirmando como uma alternativa importante principalmente para grupos de trabalhadores urbanos atingidos pelo desemprego, não apenas no Brasil mas em grande parte do mundo. No setor da reciclagem de resíduos sólidos, atividade que vem ganhando peso na economia dos países em desenvolvimento, inclusive pela sua importância ecológica, os empreendimentos econômicos solidários voltados para a coleta, separação e, em alguns casos, transformação desses materiais vão assumindo cada vez mais representatividade. Neste estudo, envolvendo três cooperativas de catadores de materiais recicláveis instaladas no Distrito Federal, faz-se uma análise das demandas que tais iniciativas apresentam, com vistas à sua viabilização no âmbito de uma cadeia produtiva complexa e competitiva, sob três dimensões: Político-Institucional, Gestão e Sócio-Psicológica. Na Dimensão Político-Institucional foram analisadas as relações estabelecidas por essas organizações, tanto com organizações de apoio, com as comunidades próximas, com órgãos de governo e, também, com organizações congêneres. Na Dimensão Gestão foram estudados os esforços desenvolvidos por essas cooperativas na busca de sua viabilidade econômica, incluindo-se aí aspectos como relações com o mercado, produtividade, sistemas internos de controle etc. E, finalmente, na Dimensão Sócio-Psicológica, foram enfocadas as relações internas, em aspectos como democracia, participação e igualitarismo. O trabalho de campo envolveu entrevistas semi-estruturadas com instituições de referência ligadas a esse campo e instituições governamentais com políticas relacionadas ao setor, além de grupos focais com catadores participantes das três cooperativas estudadas. O resultado das entrevistas de campo foi submetido à técnica de Análise de Conteúdo e, ao final, concluiu-se que esses empreendimentos tem algumas demandas comuns entre si e outras de caráter específico, conforme peculiaridades próprias a cada uma. Adicionalmente, foi construído um instrumento denominado “Ficha de Levantamento Prévio”, direcionado a instituições de fomento que desejarem iniciar relacionamento com cooperativas desse setor.

**Palavras-chaves: Economia Solidária - Reciclagem - Catadores - Distrito Federal**

## ABSTRACT

Solidary economy has been establishing itself as a major alternative for urban workers affected by unemployment in Brazil and worldwide. The solid waste recycling sector has been gaining importance in the economy of emerging nations due to its ecological impact, and solidary enterprises focused on collection, sorting and processing of such materials are achieving a growing presence in this context. This study includes three cooperatives of recyclable materials collectors located in Brasilia region, and analyses the demands presented by such enterprises towards their consolidation as part of a complex, competitive production chain. Three dimensions are considered: Political-institutional, Managerial and Sociopsychological. In the Political-institutional dimension, the relationship of the cooperatives with support organizations, local communities, government departments and similar organizations was analysed. In the Managerial dimension, the efforts of the cooperatives in order to attain economic viability were studied, including aspects such as market relations, productivity levels and internal controls. In the Sociopsychological dimension, internal relations and concepts such as democracy, participation and egalitarianism were discussed. Fieldwork consisted of semi-structured interviews with reference institutions related to the field of study, as well as governmental institutions in charge of the policies affecting the sector. Focus group discussions with members of the three cooperatives under study were also employed. Content Analysis was utilized to process the output of the interviews and focus-group. In conclusion, the study showed that the cooperatives have some similar demands, as well as a number of specific demands related to their individual characteristics. As an additional result of the study, an instrument denominated "Pre-Assessment Survey" was developed, to be used by development institutions which intend to start a relationship with cooperatives in the the solid waste recycling sector.

**Keywords: Solidary Economy - Recycling - Waste collectors - Brasilia**

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	II
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	III

### PARTE I

<b>CAPÍTULO 1 : O PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>1</b>
1.1 - INTRODUÇÃO.....	1
1.2 - OBJETIVOS.....	4
1.3 - JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA .....	5
1.4 - DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	7
1.5 - ESTRUTURA DO TRABALHO.....	8
<b>CAPÍTULO 2 : REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>10</b>
2.1 - GLOBALIZAÇÃO EXCLUDENTE E PREDATÓRIA: DAS RESISTÊNCIAS LOCAIS A UM MODELO ALTERNATIVO GLOBAL.....	10
2.1.1 O triste diagnóstico.....	11
2.1.2 Em busca de novas alternativas.....	13
2.2 - ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORIGENS, IDÉIAS E DEBATES ATUAIS.....	16
2.2.1 Origens e dilemas do cooperativismo.....	16
2.2.2 Economia solidária: dos princípios de Rochdalle às referências atuais.....	21
2.2.2 Outra lógica, para uma outra economia.....	27
2.2.4 Economia solidária: Na busca de um conceito.....	31
2.3 - O MUNDO DA RECICLAGEM E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS CATADORES.....	34
2.3.1 Perfil dos trabalhadores.....	35
2.3.2 Avanços registrados pelos catadores.....	36
2.3.3 Fóruns, redes e instituições de apoio.....	38
2.3.4 A economia solidária no Distrito Federal.....	39
2.3.5 Processo de organização dos catadores no Distrito Federal.....	40
2.4 - DESAFIOS DO COTIDIANO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.....	42
2.4.1 Dimensão Político-Institucional.....	42
2.4.2 Dimensão Gestão.....	46
2.4.3 Dimensão Sócio-Psicológica.....	52

## **PARTE II**

<b>CAPÍTULO 3. METODOLOGIA.....</b>	<b>55</b>
3.1 - CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA.....	55
3.2 - MÉTODOS DE COLETA DE DADOS.....	56
3.3 - ATORES SOCIAIS.....	58
3.4 - SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	60
3.5 - MODELO DE ANÁLISE.....	63
3.5 - ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	64
3.6 - LIMITAÇÕES.....	65
<b>CAPÍTULO 4. ANÁLISE DOS CASOS EM ESTUDO: 100 DIMENSÃO, CORTRAP E COOPATIVA.....</b>	<b>67</b>
4.1 - DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL.....	69
4.2 - DIMENSÃO SÓCIO-PSICOLÓGICA.....	79
4.3 - DIMENSÃO GESTÃO.....	88
<b>CAPÍTULO 5. CONCLUSÕES E LIMITES .....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>100</b>
<b>PÁGINAS NA INTERNET.....</b>	<b>106</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>107</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Economia Solidária.....	29
Tabela 1 - Perfil dos trabalhadores na reciclagem.....	35
Quadro 1 - Eventos e principais reivindicações.....	37
Quadro 2 - Fóruns e instâncias.....	38
Quadro 3 - Coleta de Dados.....	58
Quadro 4 - Organizações de catadores atuantes no DF.....	59
Quadro 5 - Organizações de referência atuantes no DF.....	59
Quadro 6 - Órgãos governamentais com políticas para o setor da reciclagem.....	60
Quadro 7 - Seleção dos Entrevistados.....	61
Quadro 8 - Dimensão Político-Institucional.....	63
Quadro 9 - Dimensão Sócio-Psicológica.....	64
Quadro 10 - Dimensão Gestão.....	64
Quadro 11 - Procedimentos de Análise.....	65
Quadro 12 - Limites.....	67
Quadro 13 - Demandas Específicas.....	97
Quadro 14 - Ficha de Levantamento Prévio.....	98

## SIGLAS E ABREVIATURAS

AABB Associação Atlética Banco do Brasil  
ANTEAG Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão  
ASMARE Associação dos Catadores de Material Reaproveitável de Belo Horizonte e Região  
BELACAP Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana  
CEA Centro de Estudos e Assessoria  
CEF Caixa Econômica Federal  
DF Distrito Federal  
DLIS Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável  
DRS Desenvolvimento Regional Sustentável  
EES Empreendimentos Econômicos Solidários  
FBB Fundação Banco do Brasil  
FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
GDF Governo do Distrito Federal  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INSEA Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável  
ITCP Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares  
MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MNC Movimento Nacional dos Catadores  
MNMMR Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua  
MTE Ministério do Trabalho e Emprego  
OCB Organização das Cooperativas Brasileiras  
OCDF Organização das Cooperativas do Distrito Federal  
OSCIP Organização Social de Interesse Público  
PNSB Pesquisa Nacional de Saneamento Básico  
SM Salário Mínimo  
SABER Soluções Criativas em Políticas Públicas  
SDTS Secretaria de Trabalho e Inclusão Social  
SEBRAE Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa  
UCB Universidade Católica de Brasília  
Unb Universidade de Brasília  
UNFPA Fundo de População / ONU  
UNITRABALHO Rede Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

## **PARTE I**

### **CAPÍTULO 1 - O PROBLEMA DE PESQUISA**

#### **1.1 Introdução**

Os debates em torno da necessidade de edificação de uma “outra economia” partem da constatação de que o modelo capitalista tem provocado enorme agravamento das desigualdades sociais enquanto apresenta sucessivos aumentos da produção. É evidente que, conforme adverte Cattani (2003), embora o modelo capitalista se mantenha sob permanente questionamento, não apenas pelo que ocorre em seus processos característicos de trabalho (alienação, fungibilidade, espoliação, estresse), mas também quanto à sua sustentabilidade (exploração de maneira predatória, catástrofes ambientais, ameaças ao ar e à água etc), a verdade é que se trata de um sistema de difícil superação. Para ele, trata-se de modo de produção sofisticado e coeso, que tem a teoria liberal como suporte e com resistências muito fragmentadas e constrangidas.

Mas, com diferenças conceituais ou de abrangência, diversos autores vêm produzindo conceitos como “economia plural”, “economia não capitalista”, “economia não mercantil”, “socioeconomia”, “economia social”, “economia da reciprocidade”, “economia solidária”, “economia popular e solidária”, “socioeconomia da solidariedade”, “economia do trabalho” etc (Laville, Caillé, Singer, Coraggio, Quijano, Cattani, Razeto, França Filho, Gaiger, Boaventura Santos, entre outros).

De comum entre tais construções percebe-se a preocupação em aprofundar o debate em direção a novas formas de organizar a produção material e de serviços que possam se constituir em alternativas consistentes ao modo como o capitalismo se impõe.

Outro traço comum está presente na visão de que, nessas experiências, a dimensão econômica deve estar subordinada às relações sociais mais gerais, configurando-se numa nova racionalidade que enxerga a economia como inseparável da cultura. A economia vista como espaço de ação para famílias, comunidades e coletivos de diferentes naturezas realizarem transações pautadas pela utilidade material e por valores de solidariedade e cooperação. Em todas as abordagens, os conceitos de cooperação, solidariedade e autonomia aparecem com especial destaque, como verdadeiros sustentáculos dessa construção teórica e prática que vem ocorrendo no cotidiano de inúmeras organizações e movimentos sociais em todo o mundo.

Em função dessa visão mais ampliada, os empreendimentos econômicos que vão surgindo nesse campo têm a característica ou o desafio de conjugar o exercício da autonomia e da democracia no plano interno - construindo novas relações de trabalho - com a permanente luta por direitos sociais e políticas públicas e com a busca de resultados econômicos e, em muitos casos, de ressocialização dos indivíduos.

Enfim, para efeito deste trabalho, embora reconhecendo a existência de uma variedade de conceituações, adotar-se-á a expressão *Economia Solidária* (ES) para designação do campo sob estudo e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) para referência às organizações econômicas abrangidas por esse campo.

Ao estudar-se o que ocorre no campo da economia solidária no Brasil, verifica-se a proliferação de formas alternativas de geração de trabalho e renda que ocorrem tanto dentro quanto às margens da economia formal. Convivem aí desde empreendimentos de razoável porte em áreas urbanas, formados por desempregados ou assumidos pelos empregados após processos falimentares, até cooperativas rurais formadas em assentamentos, passando por experiências como “bancos do povo”, clubes de trocas e chegando a inúmeras iniciativas simples e de pequeno porte, muitas delas tidas como economicamente inviáveis.

A real expressão dessas formas de organização no contexto da economia, as possibilidades da economia solidária afirmar-se como alternativa, as motivações que têm levado os trabalhadores e comunidades a optarem por tais alternativas são temas que vêm sendo estudados nos meios acadêmicos. Outras questões muito estudadas são as tensões internas de diferentes naturezas vivenciadas pelos trabalhadores envolvidos, além dos inúmeros desafios que se apresentam para a viabilização econômica dos empreendimentos.

Como pólos de produção teórica a respeito dessas novas alternativas, destacam-se: a) o debate franco-canadense (com forte presença do Centro de Pesquisa e Informação sobre a Democracia e Autonomia - CRIDA e dos intelectuais ligados Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais, inspirados nas idéias de Marcel Mauss. Tais teses são difundidas no Brasil a partir de convênio tripartite, com participação das Universidade de Brasília (Profa. Christiane Girard e Prof. Brasilmar Nunes), Universidade Federal da Bahia (Prof. Genauto Carvalho França Filho) e Universidade Federal de Pernambuco (Prof. Paulo Henrique Martins); b) na América Latina, sob o debate de diversas temáticas correlatas destacam-se as obras de Luis Razeto (Chile), José Luis Coraggio (Argentina), Aníbal Quijano (Peru) e Cezar Rodriguez (Colômbia); c) no Brasil, além dos citados no item ‘a’, tem-se importante produção por parte de Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger (UNISINOS), Antonio David Cattani (UFRGS), Euclides André Mance (UFPR), entre outros.

Mas, enfim, entre as iniciativas frequentemente vistas como inviáveis sob a ótica da economia clássica estão as cooperativas e associações protagonizadas por um segmento sob fortíssima exclusão: os catadores de materiais recicláveis. Na verdade, entre os diversos setores excluídos do processo de acumulação de capital, talvez nenhum outro grupo ocupe posição tão desfavorável no interior da sociedade quanto os catadores de material reciclável. A necessidade de sobrevivência é o principal motivo que leva muitas pessoas a buscar no lixo materiais que possam ser vendidos e transformados em fonte de renda. O catador, marginalizado pela sociedade, muitas vezes confundido com mendigo por revirar as lixeiras em busca de materiais, exerce um papel importante e ao mesmo tempo invisível.

Rodriguez (2003) referindo-se a catadores de material reciclável, diz que existe uma grande rejeição social à sua forma de vida e ao seu ofício, que requer estar em contato permanente com o lixo. Os recicladores<sup>1</sup>, segundo ele, são vítimas do mais alto grau de exclusão e estão relegados às zonas mais selvagens das cidades: as lixeiras, as ruas e os guetos onde vendem os seus produtos a intermediários e, em certas ocasiões, chegam a habitar.

Considerado como trabalhador autônomo por alguns, discriminado por quase todos, o catador é o responsável por desenvolver uma atividade essencial fundamental na sociedade urbana de hoje – a reciclagem de materiais. Nesta profissão, distinguem-se dois tipos de catadores: o autônomo e o pertencente às associações e cooperativas de reciclagem de lixo.

A atividade da reciclagem está em franco crescimento no Brasil, configurando-se numa cadeia produtiva complexa e dominada por intermediários que se apropriam da maior parte dos ganhos na etapa de comercialização, porém com impactos positivos do ponto de vista ambiental. O Brasil já ocupa o primeiro lugar no mundo em reciclagem de latinhas de alumínio, chegando a 89% de reaproveitamento desse material (IBGE/PNSB, 2000).

Mas esse dado, por si só, não revela a realidade do setor. O preço obtido pelos catadores na venda das latinhas, por ser mais atrativo, faz com que esse material tenha índices de reciclagem muito acima de outros materiais tão ou mais danosos ao meio ambiente. As garrafas *PET*, por exemplo, não chegam a índice de 35%. O fato de somente 2% dos municípios desenvolverem políticas de coleta seletiva faz com que essa discrepância se mantenha (IBGE/PNSB, 2000).

Paralelamente, do ponto de vista social, existem cerca de 500.000 pessoas sobrevivendo das atividades de coleta, com cerca de 6.000 delas em atividade no Distrito Federal (Fórum Lixo & Cidadania, 2004). Boa parte dessas populações está organizada ou em processo de organização em grupos de produção, associações e cooperativas, com cerca de quatrocentas já criadas no país e quatorze delas no Distrito Federal.

---

<sup>1</sup> O termo “reciclador” é usado normalmente como sinônimo de “catador”.

Porém, apesar do surgimento de grande número de organizações, da interessante dinâmica estabelecida no interior de algumas delas e da expressividade do número de pessoas envolvidas, ainda é pequena a participação dos EES na cadeia da reciclagem do Distrito Federal. Do ponto de vista quantitativo, sabe-se que das 1.140 toneladas/dia de resíduos gerados e potencialmente recicláveis (BELACAP, 2003), passam pelas cooperativas e associações apenas cerca de 100 toneladas/dia (Fórum Lixo & Cidadania - DF, 2004). Do ponto de vista qualitativo, tem-se situação ainda mais desfavorável, uma vez que são muito restritas as experiências de transformação industrial ou artesanal dos materiais reciclados pelas cooperativas e associações, restringindo-se essas organizações ao trabalho de estocagem e separação primária.

Outro desafio refere-se aos dados levantados em pesquisa contratada pela Fundação Banco do Brasil (SABER, 2004), demonstrando que 61,5 % dos catadores em atividade no DF auferem renda inferior a 1 salário mínimo, 30,9% são analfabetos, 69% não possuem imóvel de moradia e habitam em condições precárias. Além disso, 38,1% dos filhos dos catadores em idade escolar nunca freqüentaram a escola.

Então, com base na idéia de que a organização desses indivíduos em associações e cooperativas pode ser uma alternativa para sua inserção econômica e social, faz-se neste trabalho uma investigação que visa identificar os aspectos de maior fragilidade nos EES por eles protagonizados no Distrito Federal. Dessa forma, o presente trabalho partiu da seguinte questão de pesquisa:

***“Qual a natureza das demandas necessárias à viabilização<sup>2</sup> de empreendimentos econômicos solidários no setor de materiais recicláveis no Distrito Federal ?”***

## **1.2 Objetivos**

Tendo em vista o contexto e a questão de pesquisa colocada, o trabalho teve como objetivo geral identificar e qualificar ***demandas necessárias à viabilização de empreendimentos econômicos solidários no setor de materiais recicláveis no Distrito Federal.***

E como objetivos específicos o trabalho teve os seguintes:

---

<sup>2</sup> A expressão *Viabilização* entendida não apenas do ponto de vista econômico, mas no conceito mais amplo da economia solidária, incorporando a luta por direitos sociais e políticas públicas e promovendo a ressocialização dos trabalhadores envolvidos.

- a) Identificar os esforços desenvolvidos pelos EES no campo econômico e na gestão dos empreendimentos;
- b) Identificar a percepção dos atores externos envolvidos, sobre o apoio oferecido aos por organizações de referência e por organizações públicas aos EES;
- c) Analisar as relações internas estabelecidas entre os associados e sua influência no processo de afirmação dos EES .

### **1.3 Justificativa e relevância**

A incipiência das políticas públicas direcionadas para o tratamento e disposição final dos resíduos sólidos vem provocando preocupações em todos os espaços de debate sobre questões ambientais. Neder (1998) ressalta que está em curso um colapso nos sistemas públicos brasileiros voltados para o setor e questiona sobre o que fazer com os milhares de toneladas de resíduos sólidos que são produzidos diariamente.

Embora a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE/PNSB, 2000) revele uma tendência de melhora na destinação final do lixo produzido no país nos últimos anos, algumas situações ainda são preocupantes, tais como: a) 63,6 % dos municípios brasileiros ainda utilizam lixões e somente 32,2 % utilizam aterros adequados; b) Somente 16 % dos municípios têm políticas efetivas junto aos catadores; c) As treze maiores cidades são responsáveis por 31,9% de todo o lixo urbano; d) Dos 5.507 municípios brasileiros, 73,1%, têm população de até vinte mil habitantes. Nestes municípios, 68,5% dos resíduos gerados são dispostos em lixões e em alagados; e) 2.569 cidades colocam o lixo hospitalar no mesmo aterro dos resíduos urbanos.

Sendo a sede do governo federal, o Distrito Federal apresenta a elevada densidade demográfica como característica marcante. Por uma série de fatores, o Distrito Federal atrai pessoas de todos os estados, sendo que uma parte delas chega para exercer funções públicas e outra parte significativa é de desempregados, em busca de colocação em serviços auxiliares ou mesmo para atuar em atividades informais. Assim, a ocupação do solo tem acontecido sem políticas claras e com reflexos negativos sobre a geração de resíduos sólidos.

No Distrito Federal, segundo informações coletadas pela BELACAP (2003), a produção estimada de lixo atinge 2.400 toneladas/dia, com uma produção per capita calculada de 1,2 kg/dia. A composição destes resíduos é de aproximadamente 46 % de lixo orgânico, 47 % de lixo reciclável e 7 % de outros rejeitos. Paradoxalmente, o Distrito Federal que detém as melhores condições de infra-estrutura urbana de todo o país, bem como os mais elevados

indicadores de desenvolvimento humano, convive com um “lixão” a céu aberto de enormes proporções e que é alvo de noticiário negativo até no plano internacional, o chamado “Lixão da Estrutural”.

Aliás, o dado trazido por Girard-Nunes (2004b) demonstrando estar presente no Distrito Federal o índice mais agudo de desigualdade social, com a população do Lago Sul auferindo renda dezesseis vezes superior à população do Paranoá e adjacências, faz com que o mundo da reciclagem ganhe contornos bastante próprios. De um lado, existe um contingente populacional com alto poder de consumo, gerando resíduos sólidos de diferentes naturezas, particularmente embalagens. De outro, uma grande população pobre, habitante de áreas periféricas, com pouquíssimo poder de consumo, setor de onde provém as pessoas que sobrevivem da reciclagem.

Além da questão ambiental, a situação de risco social dos catadores de lixo tem chamado a atenção da sociedade. Em todo o país, são muitas as pessoas que vivem na periferia dos “lixões” com suas famílias, envolvendo crianças no trabalho insalubre de coleta de lixo nos aterros, obtendo níveis de renda que não permitem melhorar suas condições de vida. Nos dias de hoje, a reciclagem oferece possibilidade de ocupação e renda para 500.000 catadores e suas famílias, em geral pessoas com dificuldade ou impossibilidade de inserção no mercado de trabalho. Normalmente são populações de rua ou “sofredores de rua”. Do ponto de vista econômico, o trabalho dos catadores está na origem de uma complexa cadeia produtiva que é composta de intermediários, repassadores, atacadistas, beneficiadores primários e indústria de transformação.

Afora estes aspectos de relevante interesse público, estudar os fatores determinantes no processo de consolidação das organizações solidárias de catadores torna-se relevante também do ponto de vista acadêmico, na medida em que o tema permite uma abordagem que perpassa diversas áreas do conhecimento, com maior ênfase na Sociologia do Trabalho e na Teoria da Administração.

No campo da Economia, mesmo que de passagem, é abordado o conceito de *economia plural*, modalidade regida pela solidariedade e integradora de diferentes princípios econômicos, debatendo as possibilidades e limites da economia solidária no Brasil, além de questionar o modelo de desenvolvimento vigente e suas conseqüências.

No campo da Administração, o estudo se propõe a desvelar aspectos importantes de formas organizacionais muito novas e até inéditas, que incorporam elementos de “governança” construídos na dinâmica das experiências coletivas. Além disso, há que se registrar que a maior quantidade de estudos existentes envolvendo gestão de cooperativas referem-se às grandes cooperativas, que são dotadas de sistemas de gestão muito parecidos

com os do setor privado. Neles não se verifica presença de certos elementos típicos do cooperativismo popular, como a autogestão e sistemas de gestão que incorporam representações das comunidades e das parcerias.

Para a Sociologia do Trabalho, embora já seja relevante a construção teórica existente dentro e fora do país, tanto sobre a economia solidária em si quanto sobre a organização social dos catadores de recicláveis, persiste a necessidade de novos estudos por tratar-se de fenômeno contemporâneo e carregado de particularidades. Embora não se tenha a pretensão de desenvolver teoria nesse campo, as análises produzidas poderão dar origem a estudos mais aprofundados.

Em face da finalidade profissionalizante do curso, apresenta-se também o interesse da instituição à qual o pesquisador está vinculado. No caso específico da Fundação Banco do Brasil, por intermédio do Programa Trabalho e Cidadania, a instituição vem ampliando ano a ano seus investimentos no processo de inserção social e econômica do segmento de catadores, geralmente investindo na infra-estrutura dos empreendimentos, na capacitação técnica e gerencial dos associados e dirigentes e no incremento tecnológico. Já através do programa Bioconsciência, a FBB vem produzindo materiais de orientação direcionados aos poderes públicos, com ênfase em aspectos técnico-ambientais e legais referentes à organização dos sistemas de coleta e disposição final dos resíduos sólidos. Por isso, as contribuições produzidas a partir deste trabalho poderiam embasar a continuidade ou a reorientação de tais programas.

#### **1.4 Delimitação do Estudo**

Relativamente ao enfoque teórico, as análises trazidas situam-se no campo do chamado cooperativismo popular, recorte que exclui do estudo experiências desenvolvidas por setores sociais já integrados social e economicamente. No caso deste estudo, são enfocadas atividades produtivas e comerciais desenvolvidas por populações pobres e, mais especificamente, populações marginalizadas como os catadores de material reciclável.

Do ponto de vista do espaço, o estudo está circunscrito ao Distrito Federal, considerando as organizações sociais de catadores situadas nesse território (mais especificamente três cooperativas, conforme quadro *Atores Sociais*, no capítulo Metodologia). O mesmo critério é aplicado às instituições de referência e às instituições governamentais envolvidas com o tema (vide também quadro *Atores Sociais*).

Com relação ao fator tempo é focado o período 2003/2005, considerando principalmente o fato de ter sido nesse intervalo que o Governo Federal passou a adotar uma

política mais sistêmica em relação ao tema dos resíduos sólidos urbanos e chegando a criar uma Comissão Interministerial hoje coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, com a participação de diferentes instâncias governamentais com políticas para o setor. No âmbito do Ministério do Meio-Ambiente (MMA), formulou-se uma proposta de Política Nacional de Resíduos Sólidos já enviada ao Congresso como Projeto de Lei. Foi também nesse período que a Fundação Banco do Brasil passou a ter maior contato com o tema, promovendo uma abordagem mais direta junto à realidade social dos catadores e suas famílias.

No que tange ao foco do estudo, especial destaque têm as relações estabelecidas entre os próprios catadores em seu cotidiano organizacional, os relacionamentos mantidos pelas organizações de catadores entre si e com as chamadas entidades de apoio, entre os catadores e as instituições públicas com as quais interagem e com as comunidades onde estão inseridas. Serão enfocadas, também, questões relacionadas à gestão das organizações e ao processo de institucionalização em curso.

## **1.5 Estrutura do Trabalho**

Para fins de melhor organização, o texto foi dividido em duas partes: na primeira parte acham-se os capítulos relacionados à explicitação do problema de pesquisa e à fundamentação teórica. Na segunda estão os aspectos metodológicos, a análise dos resultados e as conclusões.

No primeiro capítulo coloca-se de forma introdutória o campo teórico sob o qual se dá o estudo, abordando de passagem a diversidade de formulações que vão sendo construídas a respeito da economia solidária, bem como os principais núcleos de produção teórica a respeito dessa temática não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina. Também no primeiro capítulo faz-se uma contextualização a respeito da problemática do lixo no mundo, no Brasil e no Distrito Federal, em suas dimensões social e ambiental. E, por fim, demonstram-se os objetivos da pesquisa, as justificativas para sua realização e a delimitação do escopo do trabalho.

No segundo capítulo tem-se uma subdivisão da seguinte forma:

- a) Na Seção 1 é feita uma abordagem sobre as condições mundiais sob as quais se situam os fenômenos da economia solidária e da reciclagem de resíduos, com ênfase no debate sobre o modelo de desenvolvimento econômico dominante e sobre as propostas alternativas surgidas nos últimos anos;

b) Na Seção 2 faz-se o resgate histórico das idéias que deram origem às diferentes experiências coletivas de organização econômica, desde as origens do movimento cooperativista até as formas mais recentes, dentro de um novo quadro teórico. Têm-se também nesse capítulo aspectos históricos e atuais das iniciativas associativistas e cooperativistas dos trabalhadores brasileiros;

c) Já na Seção 3, aborda-se o processo de organização que vem sendo protagonizado pelos catadores de materiais recicláveis no âmbito da economia solidária, além de aspectos importantes relacionados ao território delimitado para o estudo, o Distrito Federal;

d) E, finalmente, na Seção 4, realiza-se um resgate dos principais debates e dilemas que permeiam o cotidiano dos trabalhadores e intelectuais envolvidos com esses temas, fazendo-se ligações com as especificidades do mundo da reciclagem;

No Capítulo 3 apresenta-se o caminho metodológico percorrido, contendo as características da pesquisa e métodos de coleta e análise dos dados, a caracterização e forma de seleção dos atores sociais envolvidos, além das limitações observadas.

No quarto capítulo é feita uma análise dos dados levantados na pesquisa de campo junto às organizações de catadores, instituições de apoio e órgãos governamentais envolvidos, procurando formular respostas para a questão de pesquisa colocada no capítulo introdutório.

Por fim, faz-se uma apresentação dos principais pontos para reflexão para políticas futuras de apoio ao setor em estudo, indicando aspectos que, no entender do pesquisador, justificariam estudos complementares.

## **CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 Globalização excludente e predatória: das resistências locais a um modelo alternativo global**

Os efeitos negativos do processo de globalização sobre a imensa maioria da população do planeta são facilmente constatáveis tanto no crescimento das desigualdades entre classes no interior dos países quanto nas diferenças que vão se alargando entre os países do hemisfério norte e os do sul.

Souza-Santos & Rodriguez (2002) dizem que o fato da economia global contemporânea ter atingido níveis de crescimento sem precedentes, ao mesmo tempo em que há um aumento do número de pessoas condenadas a viver às suas margens, como os desempregados permanentes ou de longa duração, os camponeses sem terra ou os pequenos proprietários rurais que praticam uma agricultura de subsistência, e os setores populares urbanos dedicados às atividades informais de sobrevivência, leva a pensar que sua participação na sociedade de consumo consiste fundamentalmente na ração diária ou apenas em ver as vitrines, sem condições de consumo.

Rouillé d'Orfeuil (2001) referindo-se à resistência representada pelas teses defendidas nos Fóruns Sociais Mundiais, diz que se realmente esta é a melhor situação que se pode ter após 2.500 anos de pensamento político e econômico, pode-se considerar destruídas as esperanças surgidas no Iluminismo.

Outros autores seguem a mesma linha, apontando as seqüelas sociais decorrentes de tal fenômeno. Vejamos alguns:

Forrester (1996, p.14) após lembrar a existência de milhões de pessoas que têm feito - de seus dias eternas buscas de emprego "se oferecendo todo dia, toda semana, de cada mês, de cada ano - à procura efetiva e permanente desse trabalho que não existe", lança uma pergunta: Será que isso constituiria um emprego, uma profissão?

Cattani (2003, p.09) diz que nunca na história da humanidade foram produzidos tantos bens e serviços, mas nunca houve tamanha injustiça no seu acesso e fruição, bastando perceber-se que, no início do século XXI, a soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente ao que possuem 50% dos habitantes do planeta.

Mance (2002, p.28) chama a atenção para o aspecto da concentração, referindo-se mais especificamente ao poder de compra e de consumo. Segundo ele, em 1998 os 20% mais

ricos da população eram responsáveis por 86% de todo o consumo privado no mundo. Enquanto isso, os 20% mais pobres respondiam apenas por 1,3%.

### 2.1.1 O triste diagnóstico

Enfim, se em relação aos efeitos nefastos do fenômeno sobre as camadas mais pobres e sobre as economias dos países periféricos existe um elevado grau de convergência entre os autores, o mesmo não acontece em relação às causas.

Na verdade, a intensificação do processo de globalização se deu a partir da década de 80 com a abertura das fronteiras econômicas e com as profundas mudanças tecnológicas, particularmente relacionadas à informática e à robótica. Na esteira de tal processo vieram não apenas a elevação dos índices de desemprego na maioria dos países mas, principalmente, a precarização das condições de trabalho.

Nos países centrais tal fenômeno ocorre desmontando o que Castel (1998) define como *sociedade salarial*. Um sistema de proteções sociais baseado no assalariamento, cujo desmonte se dá através da crise na estrutura fiscal que o mantém. Com isso, o trabalho vai assumindo formas ilegais, temporárias e sem registro.

Nos países periféricos, onde o *Welfare State* nunca chegou a existir, com uma ausência de sistemas eficientes de proteção social, a terceirização e a *informalização* contribuem para o aumento dos contingentes de pobreza e marginalização.

A visão de Durkheim (1989) válida tanto para o que ocorre nos países centrais quanto para os periféricos, é de que a marginalidade ou a exclusão não podem ser vistas em termos meramente econômicos. Para ele, a perda do vínculo de trabalho implica em quebra da sociabilidade, numa anomia social que chega à família e à vizinhança. Em suma, não existindo o vínculo de trabalho, mais do que marginalidade econômica, tem-se, também, um *desenraizamento* social. Nesse sentido, Castel (1998) utiliza o termo *desfiliação*, para enfatizar que ao excluir as pessoas da relação assalariada, ocorre um duplo processo de desligamento, um do trabalho em si e outro da chamada inserção relacional.

Para alguns autores, tais disfunções estão na essência do capitalismo, compondo uma espécie de dimensão estrutural do sistema, inexistindo uma perspectiva diferente dentro de seus limites. Dowbor (2001) por exemplo, atribui tais contradições acima ao fato do capitalismo, como sistema, ter uma grande capacidade de organização da produção no nível microeconômico, mas revelar-se mau distribuidor, mau empregador e destruidor ambiental. Prosseguindo em seu texto, o autor questiona onde estaria a chamada “mão invisível” do mercado e qualifica como obscenas as fortunas de pouco mais de quatrocentas pessoas no

mundo, que disporiam de riqueza pessoal maior do que a metade mais pobre da população do planeta.

Outros autores trabalham com a lógica de que a exclusão social é implícita ao capitalismo, sistema sempre dependente dos chamados “exércitos de reserva”. Por essa visão, grandes contingentes de trabalhadores desempregados servem como elemento de regulação do valor da força de trabalho. Com isso, não existiria interesse do patronato no chamado “pleno emprego”. Segundo esses autores, no capitalismo, sempre que estiver em jogo a preservação dos empregos ou a preservação do capital, a opção será sempre em favor da segunda.

Aktouf (2004) desenvolve um raciocínio interessante segundo o qual esse capitalismo de corte neoliberal e neoclássico está baseado numa ética calvinista anglo-saxã, tolerante com a especulação financeira e com a maximização do valor de troca. Esse capitalismo, protagonizado pelas grandes empresas inglesas e americanas, baseia-se na lógica do mercado livre e auto-regulamentado. De outro lado, tem-se um capitalismo industrial baseado numa ética luterano-confucionista, por ele classificada como nipo-renana, no qual prevalece a lógica da maximização do valor de uso e da capitalização a longo prazo. Como reflexo, no capitalismo praticado pelas empresas alemãs, japonesas e escandinavas prevaleceria um pensamento econômico mais clássico, com noção de mercado social, ou seja, um mercado não auto-regulamentado, mas guiado e fiscalizado pelo Estado.

Outras abordagens surgem na medida em que se adentra na análise do processo de globalização. Milton Santos (2000, p.117) por exemplo, referindo-se à imbricação entre o chamado *estado da técnica* e o *estado da política*, diz ser impossível uma interpretação do processo da globalização somente a análise dos aspectos atualmente dominantes. Para ele, o domínio da técnica da informação estaria determinando um processo de “tirania da informação e do dinheiro”, uma vez que não sendo a velocidade um bem passível de ser distribuído de forma equânime, as disparidades com que ela é usada levam a um aprofundamento das desigualdades.

De fato, na análise dos dados referentes à chamada “exclusão digital”, observa-se que os pontos do mapa mais atendidos pela tecnologia da informação são exatamente aqueles onde está concentrada a riqueza. Contrariamente, excetuando-se algumas regiões específicas, está no hemisfério sul o imenso contingente de populações sem acesso a tais tecnologias e, portanto, excluídas do domínio da técnica. Com isso cristaliza-se a desigualdade já reforçada por outras vias.

A questão da liberdade é objeto de outra abordagem interessante. Amartya Sen (2004, p.70) procura relacionar a noção de desenvolvimento com a questão da liberdade. A privação de oportunidades sociais, de abertura política e de acesso a direitos básicos é, para ele,

privação da liberdade. Em sua forma de ver, os instrumentos tradicionalmente usados para medir índices de desenvolvimento precisam ser adaptados de forma a considerar a dimensão *liberdade*. Por essa análise, países com indicadores positivos em políticas sociais, como educação e saúde por exemplo, poderiam ter classificação diferente no *ranking* se for levada em conta a questão das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas.

Essa visão de Sen (2004) abre oportunidade para o debate sobre o fato de serem cada vez mais expressivas as parcelas da população em situação de apatia e desinteresse pelas questões públicas. Não é difícil perceber que o crescimento das desigualdades econômicas tem relação direta com a ausência de participação política. Nesse sentido, realmente faz-se necessária uma reflexão sobre os modelos de democracia existentes, frente às realidades históricas, econômicas e culturais de cada nação. O modelo de democracia representativa, embora incorpore elementos importantes, não permite o efetivo envolvimento dos setores excluídos. Para Sen, é preciso avançar em direção a modelos mais participativos, embora sob a crítica de serem muito utópicos, até mesmo na perspectiva de aperfeiçoamento do modelo representativo.

### 2.1.2 *Em busca de novas alternativas*

Enfim, dentro desse debate sobre exclusão/inclusão econômica e política é que surgem as visões sobre os modelos de desenvolvimento. Tal debate leva à constatação da necessidade de serem construídos novos paradigmas de desenvolvimento que partam de uma lógica diferente da utilizada no processo atual de globalização. Ou, em posições mais extremadas, em criar “alternativas ao desenvolvimento”, entendendo que não haveria possibilidade de conciliar desenvolvimento com preservação e sustentabilidade ambiental.

Numa linha mais propositiva, de buscar modelos de desenvolvimento alternativos, Souza-Santos & Rodriguez (2002) trazem uma reflexão que contém crítica de fundo à estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes. Uma resistência à idéia de que a economia é uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não econômicos (sociais, políticos, culturais e naturais), insistindo na idéia de que num modelo de “desenvolvimento alternativo” a economia seja tratada como parte integrante e dependente da sociedade, subordinando-se os fins econômicos à proteção destes bens e valores.

Outra discussão ocorre em relação ao papel dos organismos multilaterais de crédito. Yunus (2003, p.33) ao questionar os métodos e os objetivos dessas estruturas no relacionamento com os países pobres, defende que qualquer política de desenvolvimento

apoiada nessas regiões precisa significar uma mudança positiva no *status* econômico dos 50% da população que vivem em condições de vida inferior. Segundo ele, se determinada política não ajudar a melhorar a condição econômica dessa faixa da população, então não se trata de ajuda para o desenvolvimento.

Em Henderson (1999) encontramos uma posição que aponta um “divórcio” entre os formuladores de políticas em relação às pessoas comuns e àquelas que lutam todos os dias pelo próprio sustento, bem como em relação aos sistemas naturais, apontando também aspectos positivos no processo de globalização. Entre eles, destaca o avanço das organizações e movimento de pessoas, formando um “terceiro setor” que faz com que os setores público e privado sejam mais responsabilizados. Nessa visão, não apenas efeitos negativos estariam surgindo do processo de globalização. As possibilidades desse novo setor interferir nos rumos do desenvolvimento, seja no processo de contestação, que é a finalidade de muitas instituições desse campo, seja na formulação e implementação de políticas já são possíveis de serem observadas, inclusive nos países do Sul.

Alain Caillé (2004, p.18) afirma apoiar sem reservas a idéia de que somente através da “proliferação de associações e de redes originárias de todos os países do mundo que a esperança democrática é suscetível de encontrar vigor e pertinência. Fé e otimismo são necessários para a gestação desta nova sociedade civil radicalmente nova”.

Enfim, inúmeras são as abordagens teóricas em relação à necessidade de construção de um novo paradigma de desenvolvimento que ofereça respostas a um imenso passivo existente e que aponte caminhos que possam pôr fim à tendência excludente e predatória do modelo atual.

É nesse contexto que os próprios excluídos, apoiados por organizações de referência, vêm construindo experiências diferentes, geralmente locais, que apontam não apenas para a reconstrução dos espaços públicos, mas para a solução de problemas imediatos de sobrevivência ou para a organização econômica. Com variações impostas pelas condições históricas e sócio-econômicas de cada região do mundo, verifica-se a proliferação de formas coletivas e autogestionárias de organização para a produção, distribuição e consumo de bens e serviços baseadas na reciprocidade e na cooperação.

É claro que, conforme advertem Souza-Santos e Rodriguez (2002), por mais que tal movimento prospere ao longo do mundo sob conceitos ainda em construção (economia do trabalho, economia da reciprocidade, economia popular solidária, economia solidária etc), não se pode cair no erro de absolutizar o local, desligando-o de fenômenos regionais, nacionais e locais. Segundo ele, haveria um duplo erro em tais formulações, na medida em que não se pode enxergar tais iniciativas como negócios empreendidos por e para os setores populares,

inteiramente separados da economia formal. Há que se concordar com esse autor, na medida em que, conforme comprovam diferentes estudos, sempre estão presentes relações de dependência entre as atividades econômicas formais e informais.

Mas ainda mais interessante é sua análise quanto ao risco de, nessa reificação do *local*, limitar-se o campo de ação e expansão dessas formas alternativas, confinando-as aos setores econômicos marginalizados e desprezados pelo grande capital. Em resumo, só a articulação da ação local com estratégias de resistência em escalas maiores (regional, nacional ou global) pode evitar a extinção dessas iniciativas quando confrontadas com a concorrência capitalista.

Enfim, presentes as diferentes análises que apontam para a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento implementado ao longo das últimas décadas e para a necessidade de construção de um outro, alternativo, capaz de abrir possibilidades para as crescentes legiões de excluídos, coloca-se então a questão levantada por este trabalho. As cooperativas de catadores de materiais recicláveis situadas na capital do Brasil, foco principal deste trabalho, situam-se no centro deste debate. Afinal, sua viabilização como organizações solidárias, capazes de conciliar sua condição de empreendimento econômico com a luta por direitos sociais e por participação nas políticas públicas, promovendo a ressocialização de indivíduos antes marginalizados, representa importante forma de resistência local.

No capítulo seguinte será efetivado um resgate das experiências históricas que deram origem à Economia Solidária, seus dilemas atuais e as particularidades relacionadas à organização social dos catadores de material reciclável no Brasil.

## 2.2 Economia solidária: origens, idéias e debates atuais

### 2.2.1 Origens e dilemas do cooperativismo

Embora faça sentido dizer que a Economia Solidária não é criação intelectual de alguém, sendo construída cotidianamente pelos trabalhadores envolvidos, não há como negar a importância histórica dos chamados “socialistas utópicos” (Owen, Fourier, Buchez, Blanc, Proudhon), no final do século XVIII e meados do século XIX.

Da mesma forma, exerceu forte influência a experiência dos chamados “Pioneiros Equitativos de Rochdale”, quando, em meados do século XIX, alguns operários ingleses do setor têxtil fundaram um armazém para compra coletiva de mantimentos, passando a adotar um conjunto sistematizado de oito princípios que norteiam o movimento cooperativista até os dias atuais.

Na verdade, para muitos o momento histórico de surgimento do cooperativismo guarda semelhanças com o atual. O final do século XVIII e início do século XIX foi o período da Revolução Industrial e da introdução de mudanças tecnológicas, com fortes impactos sobre as relações de produção e efeitos sociais como o aumento do desemprego e da pobreza. Na reação dos trabalhadores a esse processo, ocorreu a criação de organizações diferentes entre si. As primeiras cooperativas teriam surgido como desdobramentos dos sindicatos, chegando a ter lideranças comuns. Os sindicatos, por sua vez, tiveram como origem as sociedades mútuas de seguros.

Laville (2001) aborda o processo de institucionalização das entidades associativas na medida em que passaram a ter maior relação com a atividade econômica. As primeiras legislações reconheciam a existência legal, mas eram restritivas em relação ao exercício de atividades de natureza econômica. Segundo este autor, entre os séculos XIX e XX as normas legais passaram a reconhecer três *status* diferentes: associativo, cooperativo e mutualista<sup>3</sup>. Estes dois últimos com maior liberdade para atuar na economia. O mesmo Laville afirma que as cooperativas se inseriram na economia de mercado ocupando setores de atividade nos quais a intensidade capitalista permanecia fraca. Teria sido por esse caminho a consolidação das cooperativas de consumo na Inglaterra, de habitação na Alemanha, Grã-Bretanha e Suécia e, em diferentes lugares, cooperativas agrícolas.

Do ponto de vista teórico, deve-se observar que, embora o cooperativismo seja anterior a Marx, sua crítica à “ditadura do capital na empresa” e seu reconhecimento de que as

---

<sup>3</sup> O mutualismo está presente nos dias atuais nos fundos de pensão e caixas de assistência.

cooperativas seriam uma primeira ruptura com a forma capitalista serviram como estímulo às iniciativas dos trabalhadores.

Porém, foram as contribuições teóricas dos “socialistas utópicos” e as experiências práticas dos próprios trabalhadores (às vezes com participação direta dos teóricos) que produziram um aprendizado mais relevante. É o caso, por exemplo, das tentativas de Robert Owen de implantar cooperativas de produção, por volta de 1820, na Inglaterra ou de Charles Fourier, na França, ao criar agrupamentos de trabalhadores para consumo e produção coletiva, denominando-os de *falanstérios*.

A experiência de Rochdalle, em 1844, foi protagonizada por operários oriundos das tentativas de Owen, e seu grande mérito foi a adoção conjunta de princípios que até então eram utilizados de forma isolada. São eles: a) controle democrático, b) adesão aberta a novos sócios, c) juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito, d) divisão das sobras proporcional à participação, e) comercialização à vista, f) venda exclusiva de produtos de qualidade, g) educação dos sócios nos princípios do cooperativismo, g) neutralidade política e religiosa.

Na verdade, o surgimento e crescimento das diferentes modalidades cooperativas se deram a partir das realidades locais. As cooperativas de consumo ganharam maior expressão nas regiões mais industrializadas, como a de Rochdalle, Inglaterra. Na Alemanha foram as cooperativas de crédito, a partir dos modelos Schutze (envolvendo artesãos e pequenos comerciantes e Raifessen (beneficiando pequenos agricultores). Na França, principalmente após a experiência da Comuna de Paris, em 1848, multiplicaram-se as cooperativas de produção. Na Itália surgiu a primeira cooperativa de trabalho, incentivada pela Prefeitura de Roma. As cooperativas agrícolas tiveram origem na Alemanha e Inglaterra e as de saúde no Japão após os anos 30.

Em algumas partes do mundo o movimento cooperativista adquiriu maior expressão no interior das sociedades. Rech (2000) cita alguns exemplos: em países como Dinamarca, Finlândia e Noruega a totalidade da produção de alimentos vem de organizações cooperativas. Nos Estados Unidos, 98% da eletrificação rural é cooperativada. Na Inglaterra e Suécia, 50% das famílias têm vínculo com cooperativas. Nos Estados Unidos 22% da população é cooperativada, na França 25%, na Argentina 20%, na Índia 10% e no Brasil cerca de 3%. Desde 1895 existe a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), reunindo cerca de 230 federações cooperativas oficiais de cem países, abrangendo mais de 700 milhões de pessoas.

Perius & Schmidt (2003) trazem elementos da história do cooperativismo no Brasil desde a experiência da Colônia Tereza Cristina, no Paraná, de 1847; Telefônicos de Limeira, São Paulo (1891); Cooperativa Agrícola Veranópolis, Rio Grande do Sul (1892) etc. Trazem

também um resgate do ordenamento jurídico, separando-o em três grandes momentos: 1903 a 1938 , quando ocorreu a constituição do ordenamento jurídico; 1938 a 1988, caracterizado como período de grande intervenção do Estado sobre o movimento cooperativista e de 1988 em diante, quando a legislação passa a reconhecer a autonomia e as cooperativas passam a implementar a autogestão.

Com base em dados da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) existiam em 2003 , no Brasil, 8.000 cooperativas registradas, com 5 milhões de associados, representando cerca de 3% da população brasileira (PINHO, 2004). Um dado mais exato sobre a quantidade de organizações situadas no campo da Economia Solidária e que, em sua maioria, não estão contidas no número acima só será possível após conclusão do mapeamento nacional que está sendo realizado pelo Governo Federal, em parceria com os Fóruns Estaduais da Economia Solidária.

Mas, muito embora o número de cooperativas se tenha multiplicado com rapidez e tenha dado origem a um forte movimento internacional, durante o século XX ocorreu um processo de degeneração do cooperativismo. Para muitos autores, a principal causa de tal desvirtuamento foi a integração dessas organizações à economia de mercado e as concessões efetuadas para sobrevivência nesse meio.

Singer (2003) rebate as visões surgidas ainda no século XIX que apontavam o cooperativismo de produção como fadado ao fracasso, por absoluta impossibilidade de conciliação do sucesso empresarial com os princípios autogestionários e solidários. Para os autores partidários dessa visão, quando bem sucedidas, as cooperativas tenderiam à transformação em empresas capitalistas comuns. A crítica de Rosa Luxemburgo, também rebatida por Singer, era que no cooperativismo os trabalhadores tenderiam à auto-exploração, trazendo para si o papel de patrão capitalista.

Ao rebater tais afirmações, Singer aponta para a problemática da gestão. Segundo ele, os trabalhadores cooperados acabam recaindo na descrença em sua própria capacidade de gerir os empreendimentos, optando por entregar a gestão a especialistas. O maior exemplo disso seriam as cooperativas agrícolas, que compõe um importante contingente do cooperativismo oficial e que, apesar de prosperarem no ramo do agronegócio, apresentam agudas distorções em relação ao solidarismo. Diz esse autor:

Muitas se tornam grandes organizações, dirigidas por tecnocracias gerenciais de alto nível, que dominam os pequenos agricultores que são nominalmente seus donos. Finalmente, no Brasil pelo menos, cooperativas agrícolas admitem como sócios grandes firmas capitalistas, que assalariam numerosos trabalhadores. Nestas, não restam vestígios de solidariedade.

Na verdade, mais à frente esse autor acaba direcionando seu raciocínio para uma conclusão interessante: é necessária a construção de sistemas de modelos participativos que

preservem as grandes decisões nas mãos dos trabalhadores associados e restrinjam às cúpulas profissionalizadas apenas as decisões de pequeno alcance. Dessa forma, seria possível conciliar a gestão democrática dos empreendimentos com o emprego da competência científica.

Laville (2004) ao analisar experiências relacionadas à chamada economia social, observou que se, com o tempo, os traços distintos que caracterizam essa terceira força forem diminuídos, as iniciativas tendem a se assemelhar a outras formas de empresa da economia de mercado, relacionando-se com os não-sócios, na busca da maximização dos resultados.

Auger (2001) fazendo considerações sobre experiências com cooperativas de trabalho no Québec, Canadá, observou que no contexto da globalização e da corrida desenfreada para obter rentabilidade, as cooperativas e seus atores são, no mínimo, influenciados pelo discurso dominante do liberalismo e do mercado como principal agente de regulação. A rentabilidade econômica é buscada a qualquer preço, mesmo contra o trabalhador, o qual, na equação da produção, torna-se um recurso humano, um recurso esgotável. Para ocupar seu lugar, as cooperativas têm que “dançar conforme a música” e se mostrar tão boas economicamente quanto as suas competidoras, gerando rendimentos agressivos para remunerar o capital, os trabalhadores etc.

Demo (2002, p. 188) trazendo afirmação de Jacob Gorender, afirma que existe um efeito comum nas cooperativas, preservando-se como solidárias apenas quando pequenas e protagonizadas por trabalhadores pobres. Segundo ele, na medida em que avançam e progridem, tendem a tornar-se empreendimentos tipicamente capitalistas.

No fundo, a polêmica quanto às causas da degeneração havida no movimento cooperativista longo do tempo ainda persiste. Para boa parte dos teóricos da economia solidária não há solução possível no âmbito do cooperativismo oficial. Da parte dos defensores do cooperativismo oficial persiste a visão estigmatizada e negativa quanto à viabilidade econômica dos empreendimentos solidários. Pinho (2004) fala do surgimento das chamadas cooperativas populares, classificando-as como compostas por pessoas de baixa renda, apoiadas por organizações religiosas e com objetivos mais altruístas do que as cooperativas tradicionais. Segundo essa autora, a emergência desse tipo de cooperativa vem estimulando reflexões entre os pesquisadores. Entretanto, em sua forma de pensar, a preocupação com a qualidade e produtividade é exclusiva das tradicionais, resumindo-se as “cooperativas sociais” a situações de dependência do apoio estrutural de incubadoras ligadas a universidades ou de organizações religiosas, fato que dependeria de comprovação através de pesquisa empírica.

Registra também essa autora o embate havido no interior da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) quanto ao reconhecimento das cooperativas populares. Na argumentação da maioria dos membros daquela organização, prevalece a idéia de considerar as entidades da economia solidária como pouco viáveis. Entretanto, seria interessante uma melhor análise visando entender se tal visão não estaria enviesada, devido ao fato dos defensores da Economia Solidária terem uma postura crítica em relação à representação única da OCB, ainda garantida por lei.

A título de finalização desta seção, verifica-se que as incompatibilidades de visão entre os que praticam o cooperativismo tradicional no país e os defensores da economia solidária são profundas e têm raízes no próprio processo histórico de crescimento de um e de outro setor. O cooperativismo oficial prosperou e se consolidou no período autoritário, sob uma legislação que assegurava o monopólio da representação às organizações legalmente constituídas. Já o setor da economia solidária cresceu no bojo de um processo de redemocratização do país, no questionamento às estruturas criadas no período anterior, não apenas no cooperativismo mas também no sindicalismo. Foi na crítica à degeneração ocorrida no interior do movimento oficial, com a solidariedade e a democracia interna sendo visivelmente substituídas pela competição e pela centralização das decisões nas mãos de administradores profissionalizados, que começaram a surgir as iniciativas de economia solidária no Brasil.

Enfim, por uma ou mais razões, a verdade é que o cooperativismo não conseguiu atingir uma condição hegemônica, convertendo-se em alternativa ao sistema capitalista. Como contrapontos importantes, constroem-se experiências representativas como o Complexo Cooperativo de Mondragón (País Basco-Espanha), os kibbutz em Israel, a Lega Nazionale delle Cooperative e Mutue, no norte da Itália e o Grameen Bank, em Bangladesh.

## 2.2.2 *Economia solidária: dos princípios de Rochdalle às referências atuais*

Cattani (2003) com base nas contribuições de outros teóricos da economia solidária que atuaram na construção da obra “A outra economia” conclui que é necessária a construção de uma economia para atender as demandas de uma sociedade mais exigente e que estabeleça: a) Cooperação e solidariedade no lugar da devastação da natureza; b) Relação respeitosa com as múltiplas formas de vida; c) Fruição tranqüila dos bens contra o consumo desenfreado; d) Generosidade e partilha contra a acumulação; e) Trabalho alienado substituído pelo labor consciente e criativo.

Como principais desafios para essa construção o autor coloca: a) Reafirmação da importância do trabalho para os indivíduos e para a sociedade; b) Separação entre as verdadeiras alternativas e as práticas conservadoras existentes no terceiro setor; c) Legitimação como alternativa para amplos segmentos excluídos. Para o autor, qualquer alternativa a ser construída precisa colocar-se em padrão social, ecológico, político e tecnológico superior ao capitalismo. Esse mesmo autor (Cattani, 2003, p.14) faz um alerta para a existência de “projetos inconsistentes, conceitos ambíguos e teorias lacunares” que acabam por comprometer a credibilidade dessas alternativas.

Carvalho e Pires (2001, p.163) trazem o propósito manifestado quando da criação da Rede Global de Socioeconomia Solidária, lançada em 2001 em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial além da delimitação de princípios e critérios para participação na Rede. Tais princípios seriam os seguintes: a) Que nos empreendimentos participantes não exista qualquer tipo de exploração do trabalho; b) Que se busque preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas; c) Que os empreendimentos se disponham a compartilhar significativas parcelas de seus excedentes para a expansão da própria Rede, viabilizando a organização de novos empreendimentos econômicos, remontando as cadeias produtivas de maneira solidária e ecológica, gerando postos de trabalho e distribuição de renda.

Na verdade, essa definição de princípios é importante na medida em que faz uma melhor delimitação do campo no qual se situam essas experiências e serve como referencial para o cotidiano dos empreendimentos, além de situar os principais desafios a serem vencidos. Ao se fazer uma análise de tais princípios, percebe-se nas formulações a presença destacada de alguns elementos como *cooperação, autonomia e solidariedade*.

Veja-se, pois, um breve resgate teórico sobre cada um deles:

## *Cooperação*

Jesus e Tiriba (2003) definem cooperação como o ato de tomar parte de um empreendimento coletivo, cujos resultados dependem da ação de cada um, lembrando que, ao cooperar, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade. Lembram também que, no capitalismo, esse fenômeno acaba tomando outro significado: como força produtiva do capital. Ali, segundo eles, as ações dos trabalhadores permanecem sob o comando da autoridade do empresário, como o poder de uma vontade alheia que subordina a ação dos assalariados aos objetivos da empresa.

Para Albuquerque (2003) a cooperação pode dar suporte a iniciativas econômicas solidárias e de caráter social é a qualificada, baseada na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo. Aquela por ele chamada de instrumentalizante ou narcisista é frágil e pautada pela pura troca. Nela as partes envolvidas buscam ampliar suas limitações.

Outra forma de cooperação que, embora não tenha o caráter instrumentalizante, também não atinge a abrangência daquela baseada na reciprocidade é a baseada na necessidade. Nessa, as pessoas cooperariam como única alternativa, frente a situações extremas de necessidade.

Demo (2002) questiona a tese segundo a qual os indivíduos são inerentemente egoístas, só cooperando mediante incentivos econômicos. Segundo ele, essa noção baseia-se mais em crenças culturais do que em comprovações empíricas. Ao prosseguir em sua análise, esse autor afirma que são muitas as vezes em que as pessoas cooperam tendo o bem do grupo como motivação mais próxima, recaindo em decisões consideradas “irracionais”. Baseando-se em estudos do comportamento animal, comparando-o com o comportamento humano, Demo argumenta ser essa uma boa forma de estudar o fenômeno da cooperação, uma vez que entre os animais estariam ausentes as leis, normas e convenções típicas das sociedades humanas. Assim, ela seria possível por quatro caminhos: motivada por dinâmicas familiares, por transações recíprocas, por equipe de egoístas e por altruísmo grupal.

Em suma, no primeiro caminho fica demonstrado que costumamos cuidar prioritariamente de nós mesmos e dos nossos. No segundo, somos cooperativos na exata medida da reciprocidade recebida. No terceiro e mais comum, segundo ele, haveria cooperação somente quando existir uma base de auto-interesse de todas as partes. E, por último, um caminho baseado em elevado grau de altruísmo individual, com um membro assumindo sacrifícios em favor do grupo.

No prosseguimento da análise desse autor surge interessante conclusão segundo a qual os indivíduos cooperadores tendem a reproduzir-se menos no interior de grupos dominados

por não-cooperadores. Entretanto, os grupos em que predominam os cooperadores tendem a crescer muito mais do que os grupos dominados por não-cooperadores.

Mas, concretamente, em relação aos efeitos da cooperação no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários, talvez nenhum aspecto seja mais objetivo do que a questão da divisão social do trabalho. No âmbito das relações capitalistas prevalece a clássica separação entre os meios de produção e os produtores, além da rígida separação entre o processo de concepção e a execução. A falta de preparo técnico é “compensada” através da execução subordinada.

Já nos empreendimentos solidários, não havendo a propriedade privada dos meios de produção, abre-se a possibilidade de construção de um ambiente de confiança e reciprocidade mútuas, com intensa troca de conhecimentos entre os trabalhadores. Enfim, relações de gratuidade e de aprendizado mútuo, onde as práticas de trabalho são precedidas de articulação entre a concepção e o planejamento.

### *Autonomia*

Carvalho e Pires (2001) adentram no debate a respeito da autonomia no interior das organizações autogestionárias. Para eles, a autonomia deve ser vista como valor de base nesses sistemas organizacionais complexos, numa práxis laboral que exige constante cooperação e descentralização das decisões, com os indivíduos partilhando as regras, num processo de apropriação e reapropriação, tanto do processo de trabalho autogerido como de seu produto. Um grande desafio para os trabalhadores participantes de empreendimentos de natureza solidária está em construir um “sistema de crenças que supere as contradições heteronomia versus autonomia”.

Cattani (200, p.43) também faz ressalvas quanto à redução e a despolitização do princípio autonomista promovidas pelo neoliberalismo, procurando desqualificar a auto-organização e a autodeterminação populares como forma de ampliação da participação cidadã. Ressalta ele:

O princípio geral autonomista contrapõe-se à lógica autoritária, ao poder decisório e discricionário empresarial ou estatal-burocrático(...)A autonomia compõe o imaginário libertário e impulsiona, de forma espontânea ou induzida, as reivindicações e as práticas que se opõe às normas arbitrarias, às hierarquias opressoras e à racionalidade produtivista privada (..) A autonomia pressupõe a reformulação do poder da empresa, do esquema tradicional, da autoridade e do seu corolário (disciplina fabril).

Autonomia refere-se, portanto, às situações de enfrentamento, às formas econômicas e sociais dominantes e não às experiências de auto-exclusão, aquelas que se adaptam nos interstícios do sistema, bem como aquelas que não contestam a proeminência do poder

empresarial. Perceba-se que, segundo esse autor, está na autonomia um forte fator de diferenciação entre as propostas da economia solidária e a prática consolidada no cooperativismo tradicional no Brasil. Diferencia também de propostas baseadas em estratégias empresariais, como gestão participativa, co-gestão etc.

Também em Albuquerque (2003, p.20-25) são encontradas reflexões que apresentam conexão com os temas aqui tratados. Em visão mais radical, a autogestão pode ser vista como “princípio elementar de modificação das relações sociais e pessoais, no sentido de reapropriação do poder decisório relativo a uma dada esfera de atividades contra qualquer autoridade, embora legitimada por anterior delegação”.

Castoriadis (1985, p.130) após falar do sentido da autonomia para o indivíduo, envereda para o que chama de “dimensão social da autonomia”. Para ele, o problema da autonomia leva, necessariamente, a uma ligação do problema da relação do sujeito e do outro. Diz ele, mais à frente: “a existência humana é uma existência de muitos e tudo o que é dito fora desse pressuposto é sem sentido.” Depois, Castoriadis (1985:131) alerta para o que chama de “heteronomia instituída”. Segundo ele, o processo de alienação do homem exerce um “peso inamovível” que limita e inutiliza toda a autonomia individual.

Feitas essas ponderações, é necessário observar-se que no sentido prático, no cotidiano dos empreendimentos solidários, o exercício da autonomia pressupõe a descentralização da autoridade e, em consequência, ajuda a definir o caráter participativo e democrático da gestão. Na viabilização desse processo, que vem a ser a autogestão, exige-se que os trabalhadores participantes tenham acesso a conhecimentos comuns, criando um grau de envolvimento maior e uma maior responsabilização pelos rumos do empreendimento. Em relação a agentes externos, pressupõe-se que os trabalhadores tenham efetivas condições de decisão, sem ingerências externas.

### *Solidariedade*

Mas, além dos fatores abordados até aqui (autonomia e cooperação), outro merece ser mais bem explicitado, por constituir-se também em importante pilar: a solidariedade.

Lisboa (2003) discorre longamente sobre a transformação havida na idéia de solidariedade, iniciando pela das relações face a face (familiares, comunitárias), como fonte de sentido, abrigo e segurança diante das adversidades da vida. Mais à frente, fala da transformação observada nas sociedades modernas, com o dinheiro intermediando todas as interações sociais, levando o ser humano a viver relações despersonalizadas, utilitaristas e instrumentais. De passagem, fala também da chamada solidariedade orgânica, que se reduziria ao mundo privado e da intimidade (restrita ao círculo familiar e às práticas caritativas) e às

formas racionalizadas institucionais e corporativas, em geral mediadas pelo Estado ou pelos sindicatos.

Também nesse autor encontra-se referência ao que ele conceitua como *solidariedade emergente* e que, esta sim, guardaria forte conexão ao que se discute neste trabalho. Para ele, as transformações culturais que vão superando o velho paradigma produtivo fundado na disciplina do comando hierárquico convergem para novas formas de compreensão da vida, com o reconhecimento de que tudo está interligado e subsiste “numa teia de relações”.

Tiriba (2000) dá outro enfoque à questão da solidariedade. Para ela, ainda que a ela seja elemento fundamental na convivência dos setores populares e, muitas vezes, seja condição para preservar e melhorar a qualidade de vida, esta ação coletiva geralmente é restrita porque não consegue atravessar a fronteira do compromisso com a sociedade local, mas fundamentalmente com aquele que lhe é próximo.

Singer (2000) fala dessa mesma limitação, na medida em que afirma existir muita solidariedade entre os pobres, tendo essas populações a ajuda mútua como essencial para sua sobrevivência. Mas, segundo ele: “a mesma pessoa que se mostra solidária com parentes e vizinhos disputa com unhas e dentes qualquer oportunidade de ganho contra outras que lhe são estranhas. E, boa parte deles, aceitam e internalizam os valores do individualismo, que fundamentam a instituição do capitalismo”.

Demo (2002:62) faz uma interessante abordagem, questionando a chamada “solidariedade como efeito de poder”. Essa variação ocorre, segundo ele, nas práticas em que solidariedade se converte em instrumento das elites para aprisionar os setores populares, tornando-os cada vez mais dependentes e subordinados, sob o falso discurso da “ajuda”.

Então, no tocante a essa questão, observa-se que além da ausência de solidariedade verificada nos relacionamentos utilitaristas e instrumentais típicos dos valores capitalistas, outras variantes mais restritas, focadas nas relações familiares ou corporativas também não servem aos propósitos da economia solidária. A solidariedade que, realmente, pode dar base aos princípios dessa outra economia seria um alargamento daquela praticada nos círculos mais restritos, transpondo-se para as relações sociais mais gerais, aí incluídos os empreendimentos econômicos organizados pelos trabalhadores

Concluindo, verifica-se que na variante mais restrita podem-se viabilizar no máximo empreendimentos de base familiar. Na mais ampla, ocorrendo a socialização plena dos meios de produção e estando sobrepostos os interesses individuais, viabiliza-se um empreendimento plenamente autogestionário.

### 2.2.3 Outra lógica para uma outra economia

Preliminarmente a outras análises, faz-se necessária uma breve passagem pelas contribuições teóricas de Polanyi, Laville, Caillé, Mauss e outros, demonstrando a impropriedade de se analisar o fenômeno da economia solidária dentro dos limites da teoria econômica convencional, muito reduzida ao princípio mercantil.

Polanyi (1983) procura demonstrar a falácia representada pelas idéias que atribuem à economia de mercado um papel muito maior que ela efetivamente tem. Diz o autor:

Um tal sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa, certamente mereceria ser chamado de auto-regulável. Essas condições preliminares devem ser suficientes para revelar a natureza inteiramente sem precedentes de um acontecimento como esse na história da raça humana.

França Filho & Dzimira chamam a atenção para a necessidade de se trabalhar com uma lógica econômica mais plural, que consiga capturar outras dimensões presentes na vida de boa parte da população do planeta, sendo uma delas a dimensão *solidariedade*

No desenvolvimento desse raciocínio, quando os autores fazem questão de ressaltar sua filiação às idéias de Polanyi e Laville, ficam evidentes algumas questões:

- a) Uma teoria econômica mais plural e capaz de abarcar a complexidade dos comportamentos econômicos atuais, teria que basear-se em quatro princípios: mercado auto-regulado, redistribuição, administração doméstica e reciprocidade;
- b) Com base nesses princípios, seria construído um sistema jurídico-político apto a regular as relações de trabalho, de produção e de distribuição de riquezas, traduzindo-se em três tipos de economia que se interconectariam. Seriam elas: i) Economia Mercantil - baseada na impessoalidade e na equivalência monetária; ii) Economia Não-mercantil - calcada no caráter obrigatório e no papel exercido pelo Estado que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los, e; iii) Economia Não-monetária - fincada nos laços sociais e fundada na lógica da dádiva, explicitada mais adiante;
- c) Na verdade, é preciso considerar o caráter apenas esquemático de tal construção. Na prática ocorre uma permanente imbricação entre essas formas. Não é apenas a economia solidária que está imbricada com a Economia Mercantil e com a Economia-Não-mercantil. A própria Economia de Mercado utiliza-se da Economia Não-Mercantil (infra-estrutura e subsídios aportados por setores públicos) e dos

chamados pólos de reciprocidade representados pelas relações familiares, de vizinhança, associativas etc;

- d) Nessa lógica, torna-se evidente a impropriedade de a economia solidária apresentar-se necessariamente contra o mercado, imaginando que este pode ser eliminado. Trata-se, na verdade, de uma economia com o mercado submetido a outros princípios, de natureza mais plural;
- e) Dois traços são demonstrados pelos autores como interessantes e típicos da economia solidária: a hibridização de economias e a capacidade de construção conjunta de oferta e demanda. Hibridização, na medida que os EES funcionam combinando recursos de natureza mercantil (venda de produtos ou prestação de serviços), não mercantil (subvenções e apoios) e não-monetários (doação de tempo, ação voluntária). Construção conjunta de oferta e demanda, uma vez que a produção de bens e serviços passa a se dar em função de necessidades sociais e não em função dos ditames do mercado;
- f) A complexidade do fenômeno da economia solidária consiste, segundo esses autores, em promover um difícil equilíbrio entre as três economias (Mercantil, Não-Mercantil e Não-Monetária) ou entre duas lógicas muito diferentes (instrumental/utilitarista e solidária/substantiva). Articuladas, tais resultariam em três dimensões: i) dimensão econômica não redutível ao pólo mercantil (transposição para o nível micro ou meso-social do conceito de economia plural); ii) dimensão social não redutível ao pólo do interesse (pessoas se associando não com interesse no retorno do investimento, mas para elevar a coesão social e assegurar oportunidade de trabalho, simultaneamente), e: iii) dimensão política democrática irredutível ao pólo das liberdades individuais (oportunidade de aprendizado de formas de democracia direta e de participação ativa e cidadã).

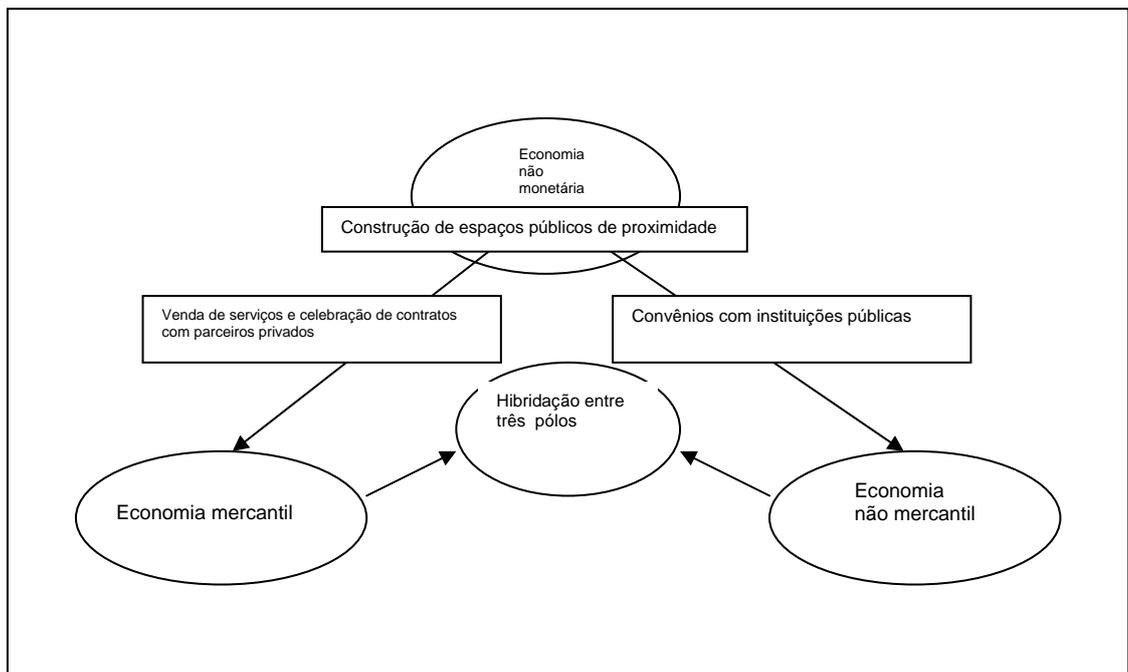


Figura 1 - Economia Solidária

Fonte: Laville (2001:85)

*O paradigma da dádiva no centro dessa outra lógica*

Na análise sobre as idéias que têm dado sustentação às iniciativas econômicas solidárias ao longo dos tempos, faz-se necessário destacar a relevância da construção teórica de Marcell Mauss, em seu *Ensaio sobre a dádiva*.

Como membro ativo do cooperativismo e simpatizante das idéias de Owen, que defendia que o socialismo seria construído a partir da sociedade com a criação de instituições alternativas, esse autor procurou demonstrar que nas sociedades não-ocidentais e, embora em menor grau, também nas ocidentais, muitos bens e serviços eram transacionados não com base na pura troca, mas com base numa lógica totalmente oposta, baseada na dádiva. Na verdade, Mauss desafiou os fundamentos filosóficos da teoria econômica moderna, demonstrando que nas economias de mercado as trocas se revestem de uma dimensão impessoal, transformando tudo em objeto. Na dádiva, ao contrário, o que importa é o estabelecimento de laços ou a confrontação de rivalidades, com a circulação de riquezas ocupando o segundo plano.

Nesse mesmo sentido, Alain Caillé (1998) mostra que as primeiras sociedades não se baseavam na lógica utilitarista, mas sim numa tríplice obrigação do tipo dar, receber e retribuir. Por essa regra, todos eram mutuamente obrigados e tinham que ser generosos. Esse autor faz questão de ressaltar que tal prática, apesar de não ter o caráter instrumentalizante

das relações estabelecidas sob a égide do utilitarismo, também não era totalmente desinteressada. Com a diferença de que, em vez de acumular o máximo possível, os vencedores eram os que conseguiam dar o máximo possível.

Em outro texto (2001, p.47), Caillé fala de um estado de endividamento que vai se construindo “de cada um para com os outros, que faz com que as contas nunca estejam saldadas e ninguém possa se considerar desobrigado”. Para ele esse mecanismo, o paradigma da dádiva, que regeu as relações nas primeiras sociedades, poderia valer para a sociedade moderna. Assim como serviu para mediar as interações entre familiares, vizinhos e amigos, poderia passar a regular também as relações entre desconhecidos.

A opinião de França Filho & Dzimira (2004, p.150) auxilia no entendimento dessa imbricação, ressaltando que dar, receber e retribuir são três temas de um mesmo complexo, uma vez que a obrigação de dar deve vir sempre acompanhada das outras duas, “sem as quais é a relação - o laço social - que se rompe”. Esses mesmos autores (2004, p.136) dizem que o trabalho militante e voluntário, muitas vezes presente nos EES seria a “dádiva de si mesmo, de seu tempo”. A economia solidária representaria a manifestação da dádiva num espaço para além do espaço restrito da família, no que eles chamam de “impulsão de reciprocidade” para dentro da esfera pública.

Por fim, a atualidade das idéias produzidas por Marcell Mauss expressa-se hoje nos textos da corrente M.A.U.S.S., sigla utilizada para o Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais, propondo a crítica ao economicismo e ao racionalismo instrumental no âmbito das Ciências Sociais. E, numa economia mais plural, como a descrita nesta seção, têm-se a possibilidade de promover a conciliação entre lógicas historicamente opostas: a do cálculo com a da reciprocidade, a do interesse com a do desinteresse. A dádiva pressupõe que, uma vez o laço social tecido, o cálculo pode até dominar, mas sem dissolver a reciprocidade.

## 2.2.4 *Economia solidária: na busca de um conceito*

Antes de adentrar-se numa abordagem mais específica sobre o setor em que estão inseridos os empreendimentos em estudo, faz-se necessária uma maior explicitação do conceito de economia solidária, principalmente tendo em vista a existência de construções teóricas muito próximas, mas que, na essência, referem-se a fenômenos diferentes.

Por exemplo, registre-se a tipologia apresentada pelo sociólogo chileno Luis Razeto (1998), segundo a qual na chamada *economia popular* existiriam diversas formas de organização: i) soluções assistenciais (da mendicância às organizações da sociedade); ii) iniciativas individuais informais (comércio ambulante, serviços domésticos); iii) microempreendimentos de caráter familiar (pequenos comércios, oficinas de costura etc) e, no limite; iv) atividades ilegais exercidas como forma de resistência à pobreza (prostituição, tráfico de drogas etc).

Especificamente em relação às formas associativas, Razeto utiliza a expressão *organizações econômicas populares* (OEPS) para designar as iniciativas baseadas na solidariedade e orientadas para a satisfação das necessidades integrais dos seus membros. Segundo ele, essas iniciativas caracterizam-se não pela posse do capital, mas pela sua carência. Nesse tipo de empreendimento, a distribuição dos excedentes seria apenas direcionada à subsistência. Mais recentemente o autor incorporou a dimensão política, aí incluídas as lutas por direitos sociais, questões ecológicas e por modelos alternativos de desenvolvimento.

José Luis Coraggio, da Universidade General Sarmiento, Argentina, constrói uma outra conceituação caracterizando a economia popular como aquela que reúne um conjunto de atividades econômicas realizadas pelos trabalhadores e suas famílias para obter meios de vida. A família no conceito de Coraggio é uma unidade doméstica mais extensa que a nuclear, podendo incluir relações de afinidade. Ao mesmo tempo em que não reduz a *economia popular* ao setor informal, incluindo assalariados formais e excluindo empresas formais ou informais focadas na acumulação privada de lucros.

Mas, embora todas se caracterizem por buscar a socialização da riqueza e a gestão democrática da atividade econômica, é preciso perceber-se que nem toda a iniciativa no âmbito da *economia popular* refere-se à economia solidária, uma vez que boa parte delas não tem caráter coletivo e muitas têm como foco a mera sobrevivência. Da mesma forma, segundo Tiriba (2003), não é a presença do elemento *solidariedade*, por si só, que caracteriza a economia solidária, uma vez que esse conceito incorpora outras dimensões e, também, pelo

fato de o elemento *solidariedade* poder estar presente em relações econômicas empreendidas por outros setores sociais que não somente os populares.

Na conceituação de Gaiger (2004) afirma-se uma construção que enfatiza a busca de resultados por parte dos EES, ressaltando que essa competitividade tem como base as potencialidades do trabalho cooperado e não a competição individualista. Fica clara aí a visão de que a economia solidária não deve se restringir à mera subsistência. Empreendimentos Econômicos Solidários seriam os que:

Simbioticamente, conciliam as relações de trabalho que lhe são próprias com os imperativos de eficiência, de modo que a própria cooperação torna-se viga-mestre de uma nova racionalidade socioeconômica. Em outras palavras, a busca de resultados vale-se das potencialidades do trabalho consorciado, em favor dos próprios produtores e no interesse da sobrevivência dos empreendimentos.

Verifica-se, enfim, que vários autores vêm desenvolvendo conceituações que procuram captar a amplitude do fenômeno da economia solidária, procurando dar ênfase a aspectos que extrapolam a questão das relações internas, da democracia no ambiente de trabalho ou da propriedade coletiva dos meios de produção. Percebem-se preocupações em abarcar as dinâmicas externas produzidas pelos empreendimentos solidários relacionadas à integração social dos trabalhadores envolvidos e ao efeito mobilizador verificado em muitas comunidades a partir desses empreendimentos.

Particularmente no caso em estudo, relacionado às organizações solidárias de catadores de materiais recicláveis, indivíduos em condições extremas de marginalização, é importante ressaltar o que dizem França Filho & Dzimira (2004, p.145-146). Para eles, a ressocialização acontece na medida em que essas iniciativas contribuem para a “recriação das relações sociais num contexto de apatia social e de fechamento sobre si mesmo”.

Girard-Nunes (2004b) aponta nessa mesma direção, introduzindo outros elementos importantes no sentido da afirmação das iniciativas solidárias frente às iniciativas de caráter capitalista, que seriam a mobilização das vocações e potencialidades locais e a integração social proporcionada, constituindo-se numa ressocialização, quando envolve populações marginalizadas. Também há que se observar que na economia solidária tem-se uma lógica que propõe pensar essas dimensões associadas à idéia de transformação da realidade local. A propósito disso, é interessante a definição de economia solidária feita por Girard Nunes- (2004 b):

Economia solidária seria não apenas aquela que envolvesse a efetiva participação social no desenvolvimento do trabalho e renda e na mobilização de recursos reais situados na base territorial, mas, concomitantemente, aquela que permitisse a integração social sob várias formas, ou seja, a viabilidade social e econômica se realizaria numa perspectiva de ampliação da democracia.

Antecedendo a uma abordagem mais centrada nos desafios práticos que se apresentam para a economia solidária no país, a ser feita na Seção 2.4, particularmente para as populações marginalizadas como os catadores de material reciclável, fez-se aqui um resgate histórico da evolução dos movimentos sociais que deram origem à economia solidária, abordando-se a degeneração experimentada pelo cooperativismo tradicional e suas causas. Fez-se, também, uma passagem pelos conceitos de *cooperação*, *autonomia* e *solidariedade*, que servem de base para os princípios sobre os quais se sustenta o fenômeno da economia solidária. Mais à frente, adentrou-se na visão ampliada de economia que está por trás desse fenômeno, destacando a importância do chamado *paradigma da dívida* para essa construção teórica.

E, finalmente, fez-se uma passagem por algumas conceituações correlatas, convergindo para uma compreensão que coloca como pertencentes ao campo da economia solidária as iniciativas econômicas que visem:

- a) Promover a hibridização de economias diferentes (mercantil, não-mercantil e não-monetária) e de construir conjuntamente a dinâmica da oferta e demanda, com base nas necessidades sociais e não nos ditames do mercado;
- b) Modificar as relações internas alienantes típicas do capitalismo, potencializando a eficiência e a produtividade a partir da cooperação e da autonomia;
- c) Unir a posse e o uso dos meios de produção;
- d) Garantir a ressocialização dos indivíduos, recriando relações destruídas pelo capitalismo;
- e) Assegurar a mobilização das forças locais, potencializando sua própria viabilidade como empreendimento e apoiando o desenvolvimento das comunidades;
- f) Conciliar a viabilização econômica com a luta por políticas públicas e pela participação democráticas dos trabalhadores nos espaços de decisão política.

## 2.3 O mundo da reciclagem e a organização dos catadores

Estima-se que a população mundial, hoje ultrapassando a marca dos 6 bilhões de habitantes, gere em torno de 30 bilhões de toneladas de lixo por ano. O crescimento da população mundial vem acompanhado de uma crescente urbanização. Atualmente, quase 50% da população vive em cidades, contra 33% em 1960. Para o ano 2030 a estimativa é de 60%. Outro fator marcante é o aumento do número de *megacidades*, com 10 milhões de habitantes ou mais. Hoje são 17, contra apenas duas em 1960. A previsão para 2015 é de 26 (UNFPA, 1999).

As grandes aglomerações urbanas consomem imensas quantidades de água, energia, alimentos e matérias-primas, gerando significativas quantidades de lixo, que precisam ser dispostas de maneira segura e sustentável. Como nem sempre isso é feito, as regiões metropolitanas do país possuem problemas semelhantes, tais como: a) escassez ou inexistência de áreas para a disposição final do lixo; b) conflitos de uso do solo, com a população estabelecida no entorno das instalações de tratamento de água e esgoto, aterros sanitários e lixões; c) exportação de lixo para cidades vizinhas, gerando resistências e ampliando a área de poluição; d) lixões e aterros operados de maneira inadequada, poluindo o solo e os recursos hídricos da região.

Por tudo o que é demonstrado, o gerenciamento do lixo de uma grande cidade assume enormes proporções e envolve custos com educação ambiental, coleta, transporte, armazenamento e possível beneficiamento. Além da poluição, outras questões ambientais, econômicas, sociais e políticas estão envolvidas na temática do lixo. Após a década de 50, o lixo, que era visto como desprezível e problemático, passou a ser sinônimo de energia e matéria-prima. Processos como a reciclagem começaram a ganhar forma, já que, além de reduzir o volume de resíduos, atuavam nos processos produtivos, economizando energia, água, matéria-prima e reduzindo a poluição do ar, da água e do solo.

Ainda assim, a maioria dos municípios brasileiros – cerca de 95% - desperdiça uma grande oportunidade, que é a de diminuir os problemas ambientais provocados pela destinação do lixo urbano e ao mesmo tempo, gerar trabalho e renda.

É nesse contexto que se insere a questão ora abordada. As cooperativas e outras formas de organização no âmbito da economia solidária (associações de produtores, redes, empresas autogestionárias, bancos comunitários, ‘clubes de trocas’, ‘bancos do povo’ e diversas organizações populares urbanas e rurais) surgem como possibilidade de ocupação e, conseqüentemente, novas relações trabalhistas vão se estabelecendo. As cooperativas populares passam a ser, muitas vezes, a única alternativa de trabalho para os segmentos da

população considerados pelo mercado como de difícil *empregabilidade* (portadores de deficiência, desempregados com idade avançada, ex-detentos, ex-moradores de rua etc).

Entre todos os pobres, talvez nenhum outro grupo ocupe posição tão desfavorável no interior da sociedade brasileira quanto os catadores de recicláveis. A necessidade de sobrevivência é o principal motivo que leva muitas pessoas a procurar no lixo objetos que possam ser vendidos e transformados em fonte de renda. O catador, marginalizado pela sociedade, muitas vezes confundido com mendigo por revirar o lixo, exerce um papel importante e ao mesmo tempo invisível no ciclo econômico da reciclagem.

### 2.3.1 O perfil dos trabalhadores no sistema de coleta e reciclagem de lixo

Antes de outras análises no tocante à reciclagem e à forma como a economia solidária vai se consolidando nesse setor, faz-se necessária uma passagem por alguns estudos de campo a respeito da realidade social dos catadores.

Região	Responsável Pela pesquisa	Data do Estudo	Número de entrevistas	Dados Educação (1)	Dados Renda (2)	Dados Moradia (3)	Dados Dependentes (4)
Brasil	FGV	2001	122	73,9	78,1	12,1	51,4 %
Aracaju	Fundação Zerbini	2004	184	83,0	61,0	20,0	...
Natal	Fundação Zerbini	2004	547	70,3	54,0	...	...
Goiás	Fundação Aroeira	2004	248	...	57,5	...	56,0
DF	SABER	2004	265	54,3	61,5	31,0	...

**Tabela 1 - Perfil dos Trabalhadores na Reciclagem**

#### Legendas:

- (1) Percentual de catadores analfabetos ou que não completaram o Ensino Fundamental;
- (2) Percentual de catadores auferindo renda inferior a 1 Salário Mínimo;
- (3) Percentual de catadores que moram nas ruas ou albergues;
- (4) Percentual de catadores com mais de quatro dependentes.

Como se vê, fica evidenciado o alto grau de exclusão social a que estão expostos os integrantes do segmento de catadores. Afora esse aspecto, analisando tais informações, além de outras não detalhadas na tabela acima, é possível fazer algumas inferências que poderiam dar maior consistência às reflexões que vão sendo construídas ao longo deste trabalho:

- a) O fato de não surgirem dados sobre presença de crianças nos aterros e lixões traz certo alento e aponta para a eficácia do trabalho de organizações governamentais e não-governamentais nos últimos anos;
- b) O fato de altos percentuais de catadores auferirem renda inferior a 01 SM é relativizado quando os dados são confrontados com a realidade de algumas regiões do país. No Rio Grande do Norte, por exemplo, enquanto na totalidade da população o número dos que obtêm renda até 1 SM chega a 72 % (IBGE 2000) , entre os catadores este número é de 54%;
- c) Os dados que demonstram que entre 30 e 38% dos filhos dos catadores em idade escolar estão fora das salas de aula são preocupantes e comprometem o sucesso dos esforços pela retirada das crianças dos ambientes de lixões;
- d) O alto número de pessoas sem os documentos básicos dificulta as ações de inclusão social, impedindo-as inclusive de fazer parte das organizações cooperativas;
- e) O alto índice de incidência de doenças como dengue, alergias, doenças de pele, diarreias etc é visto como decorrência da insalubridade dos ambientes de coleta (aterros e lixões), bem como da precariedade dos locais de moradia.

### *2.3.2 Avanços registrados pelos catadores*

Embora a realidade do segmento seja de enorme fragilidade, são inegáveis os avanços observados nos últimos anos no processo de organização como categoria, bem como na formulação de propostas, no encaminhamento de reivindicações aos poderes públicos e na formação de parcerias com organizações não-governamentais e com empresas privadas.

Registre-se que, após intensas mobilizações, a atividade profissional dos catadores acha-se regulamentada através da Portaria MTE 397, de 09.10.2002, em que estão descritas as atividades inerentes à profissão.

Em se tratando do processo de organização nacional da categoria, verifica-se nos anais dos principais eventos realizados nos últimos anos que as deliberações tomadas como prioridade guardam conexão com as demandas existentes no interior do segmento e dão uma idéia da amplitude e da variedade de temáticas comumente tratadas nesses fóruns.

<b>Documento, Evento e Data</b>	<b>Pontos Temáticos</b>
1 - “Carta de Brasília”, aprovada por ocasião do I Encontro Nacional dos Catadores, em 2001.	1-Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação - PLANFOR <sup>4</sup> . 2-Reconhecimento legal da profissão; 3-Criação de linhas de financiamento para cooperativas e associações adquirirem equipamentos; 4-Garantia de acesso à educação de todos os moradores de rua, especialmente das crianças em creches e escolas, possibilitando também incluir no Programa Bolsa-Escola <sup>5</sup> as famílias que moram nas ruas.
2 - “Carta de Caxias do Sul”, aprovada no I Congresso Latino-americano de Catadores, em 2003.	1-Garantir programas de alfabetização e de formação para os catadores que não tiveram oportunidades; 2-Lutar pela organização de todos os catadores em associações e cooperativas; 3-Lutar pela revisão da legislação do cooperativismo;
3 – Terceiro Festival Lixo e Cidadania, ocorrido em 2004, em Belo Horizonte - MG.	1-Reconhecimento das populações de rua nos censos do IBGE; 2-Ampliação do número de lares temporários; 3-Ampliação de vagas no mercado de trabalho para os portadores de deficiências.
4 - II Congresso Latino-Americano de Catadores, realizado em janeiro de 2005, em São Leopoldo (RS), paralelamente ao último Fórum Social Mundial.	1-Avançar na criação de Comitês Regionais, lutando para controlar a cadeia produtiva da reciclagem por meio de Redes e Centrais de produção e comercialização; 2-Conquistar políticas públicas elaboradas e executadas com participação democrática dos Catadores, partindo do levantamento das necessidades locais; 3-Avançar na conquista de educação de qualidade para os filhos dos Catadores, de modo especial para que possam ficar em creches e escolas de tempo integral, para que não tenham que andar com os pais no trabalho de coleta e da reciclagem; 4-Combater a exploração dos atravessadores e as ações das indústrias geradoras de resíduos.

**Quadro 1 - Eventos e principais reivindicações**

**Fonte: Fórum Nacional Lixo & Cidadania.**

*2.3.3 Fóruns, Redes e Instituições de Apoio*

Em Gonçalves (2003) bem como junto ao Fórum Nacional Lixo & Cidadania (2004), foi possível levantar dados sobre instituições de referência, além de fóruns de discussão que vêm contribuindo para o avanço da organização dos catadores no país:

<sup>4</sup> O PLANFOR foi posteriormente substituído pelo PNQ (Plano Nacional de Qualificação)

<sup>5</sup> O programa “Bolsa Escola” foi posteriormente substituído pelo “Bolsa Família”.

<b>Fórum</b>	<b>Observações</b>
Fórum Lixo e Cidadania	Criado em junho de 1998, a partir do lançamento da campanha “Criança no Lixo Nunca Mais”. O Fórum reúne 56 órgãos governamentais, ONGs, entidades técnicas e religiosas que atuam em áreas relacionadas à gestão do lixo urbano e na área social. Os Fóruns Estaduais Lixo & Cidadania já estão instalados em 24 estados;
Fórum Nacional de Estudos Sobre as Populações de Rua	Criado em 1992 a partir de esforços conjuntos de organizações como Cáritas Brasileira e Casa das Mangueiras (SP) e Pastoral de Rua da Arquidiocese de Minas Gerais.
Federação das Associações de Catadores de Materiais Recicláveis RS FAARGS	Organização criada no início dos anos 90, que participou ativamente da criação de outros fóruns de caráter nacional.
Ricamare - Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis de São Paulo	Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis - Criada em 2001, reúne trinta grupos organizados, no Rio de Janeiro, tendo como objetivo a discussão de assuntos de interesse do segmento, tais como formas de organização, políticas públicas, comercialização de materiais etc;
Fórum Recicla São Paulo	Criados em 2000, visando estabelecer um vínculo entre a população e os projetos voltados para a coleta seletiva e reciclagem, numa perspectiva de geração de renda;
Rede Solidária de Catadores de BH e região	Criada em 2003, reúne nove associações de catadores da região metropolitana de Belo Horizonte, sob a liderança da ASMARE;
Rede Solidária de Catadores da Bahia - CATABAHIA	Criada em 2004, reúne 07 cooperativas e associações de catadores de Salvador e interior da Bahia.

**Quadro 2 - Fóruns e instâncias**

Na condição de organizações de apoio ou organizações de referência como preferem alguns autores, poderiam ser citadas as seguintes: a) Rede de Incubadoras Unitrabalho (Rede Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), b) Rede de Incubadoras ITCP (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), c) Cáritas Brasileira, d) Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, e) Fundação Banco do Brasil, f) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, g) Agência de Desenvolvimento

Solidário da Central Única dos Trabalhadores - ADS/CUT, h) Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA, i) Centro de Estudos Sócio-Ambientais - PANGEA.

#### *2.3.4 A economia solidária no Distrito Federal*

Mais especificamente sobre o cooperativismo no âmbito do Distrito Federal, são relevantes as conclusões levantadas por Girard-Nunes (2004a). Entre outras informações ali encontradas, destacamos as seguintes:

- a) O perfil do cooperativismo no Distrito Federal está diretamente vinculado ao processo econômico vivenciado pela Região em seus 43 anos de existência. A desmobilização do setor da construção civil ainda no final dos anos 70, sem que após isso tenha se desenvolvido um setor industrial expressivo faz com que se tenha hoje um percentual de 20% de desempregados numa população economicamente ativa de 900.000 pessoas. Os trabalhadores empregados estão divididos em 25% na administração pública, 56% no setor de serviços, 14% no comércio e somente 3,5% no setor industrial;
- b) Até 1990 havia no DF uma predominância de cooperativas agrícolas, que não chegavam ao número de 20. De 1990 aos dias de hoje esse número ultrapassa a casa das 100 cooperativas legalizadas;
- c) Existe um número ainda maior de associações que não vem se mobilizando na transformação em cooperativas, seja por não reunirem o número de sócios mínimo exigido, seja pelas taxas existentes para registro e manutenção legal. Em alguns casos, verifica-se a existência de cooperativas que retornaram à condição de associação;
- d) Boa parte das cooperativas vem surgindo de processos de terceirização de atividades empresariais, assim como de ex-servidores aposentados em idade que lhes permite o exercício de outras atividades. Pelo estudo, as organizações surgidas de movimentos sociais apresentam mais solidariedade em suas dinâmicas comunitárias;
- e) Existem também no DF iniciativas de construção de cooperativas orientadas por valores religiosos, mesmo sem haver uma indução direta por parte das Instituições;

- f) Diferentemente de outros estados, o surgimento da maior parte das organizações existentes no Distrito Federal não nasceram de processos de lutas sociais, mas a partir de intervenção de agentes externos (governos, igrejas, ONGs etc);

Também Girard Nunes (2004a) faz um resgate de fatos relevantes na compreensão do atual estágio da economia solidária no Distrito Federal. Um deles é a realização da pesquisa “Significados e tendências da economia solidária” coordenada pela Unitrabalho em 2000 e 2001. Através desse trabalho conseguiu-se construir uma boa visão das práticas solidárias existentes naquele momento.

Outro momento de destaque, segundo a autora, foi o Fórum Regional da Economia Solidária, realizado em maio de 2003, já sob a coordenação e apoio do Fórum Nacional da Economia Solidária, quando 400 representantes de associações, cooperativas, assessorias e órgãos do estado se fizeram presentes. Foi a partir desse momento, segundo ela, que desenvolveu-se uma identidade desse movimento, passando os diferentes empreendimentos e organizações de apoio a enxergar-se como partícipes de um mesmo projeto.

É no interior desse movimento que começam a se mostrar presentes as associações e cooperativas de catadores de material reciclável, constituindo-se posteriormente como um setor expressivo no âmbito da economia solidária no DF.

### *2.3.5 O processo de organização dos catadores de material reciclável no Distrito Federal*

Pelo Relatório Bioconsciência (Fundação Banco do Brasil, 2002), existiam naquele ano 146 cooperativas de catadores no país, estando 96 delas no Sudeste, 35 no Sul, 13 no Nordeste e 2 no Centro-Oeste. Em pesquisa verbal junto aos organizadores do trabalho, a estimativa é que, em 2006, já existam 400 organizações.

Segundo o Fórum Lixo & Cidadania, as organizações de catadores em atividade no Distrito Federal são as seguintes: ASTRADASM (Santa Maria), COOPATIVA (SIA), CATAGUAR (Guará), 100 DIMENSÃO (Recanto das Emas), CONTRAP (Estrutural), Associação Ambiente (Estrutural), APCORC (Ceilândia), APCORB (L2 Sul), ACOOBRAZ (Brazlândia), APCORS (Usina P2), SUPERANÇA, FUNDAMENTAL, AGEPLAN (Vila Planalto).

Está em curso o processo de constituição da Central de Cooperativas de Catadores de Material Reciclável do DF, entidade de segundo grau que terá por objetivo organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas afiliadas. Em dezembro de 2003, reunidos no Ginásio da Associação Atlética

Banco do Brasil, em Brasília, mais de 900 catadores presentes aprovaram o “Manifesto de Apoio à criação da Central dos Catadores”.

Em dezembro de 2005, após vários debates entre as organizações de catadores, concluiu-se a versão final dos Estatutos Sociais da Central das Cooperativas de Catadores do Distrito Federal e entorno- CENTCOOP-DF, com a versão final sendo aprovada em Assembléia Geral, em 15.02.2006.

Os princípios pelos quais a Central deverá nortear-se serão: a) autogestão; b) autonomia frente ao estado e aos partidos políticos; c) democracia interna; d) solidariedade; e) respeito ao meio ambiente; f) equidade nas relações de gênero.

Como finalidades principais, o documento provisório enumera: a) Fortalecer as entidades filiadas na busca por melhores preços e novos mercados; b) Funcionar como facilitadora no processo de capacitação de recursos humanos; c) Buscar medidas que levem à eliminação de intermediários no processo de comercialização de recicláveis; c) Representar e defender os interesses das organizações filiadas junto aos poderes públicos; d) Apoiar e orientar a criação de novas entidades de catadores.

Enfim, feita uma passagem sobre o estágio organizativo atual dos catadores de material reciclável no DF, inclusive em suas interações com as instâncias nacionais, cabe, a seguir, uma passagem pelos desafios concretos enfrentados por essas organizações que, aliás, são enfrentados pelo conjunto dos empreendimentos econômicos solidários no país.

## 2.4 Desafios do cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários

Nesta parte faz-se um resgate de contribuições teóricas que tratam de situações concretas que vão ocorrendo no interior das organizações de caráter solidário, sob três diferentes dimensões, conforme a categorização demonstrada mais à frente no capítulo *Metodologia*. Na verdade, ao longo da seção são levantadas diversas situações que poderiam ocorrer no setor solidário da reciclagem no Distrito Federal. As respostas ou indicações da ocorrência de tais fenômenos são demonstradas no capítulo destinado à análise dos dados levantados na pesquisa de campo.

### 2.4.1 Dimensão Político-Institucional

Com referência aos aspectos político-institucionais envolvidos no debate da economia solidária, particular importância adquire a questão das *relações*. Sejam aquelas entre as próprias cooperativas, seja a interação com as comunidades onde elas estão inseridas, ou entre as cooperativas e as organizações que lhes prestam assessoria ou apoio, ou mesmo as relações com organizações de natureza governamental.

No que se refere à relação dos empreendimentos com o poder público, particular atenção merece a política adotada pelos governos em relação às organizações sociais. Se, de um lado, acha-se superada a visão do Estado como o grande indutor dos processos de desenvolvimento, de outro acha-se também ultrapassada aquela apresentada pelos defensores do chamado “capital social”, culpando o Estado por processos de *sufocamento* das ações comunitárias. Nesse contexto, ganha importância uma proposta considerada capaz de promover a sinergia *Estado-sociedade*, numa síntese inovadora em que a participação da sociedade civil fortalece as instituições públicas, criando um ambiente de engajamento.

Assim, a situação ideal seria aquela em que os órgãos representativos do poder público procurassem implementar projetos capazes de impulsionar a organização comunitária, sem criar relação de subordinação ou de dependência. Essa forma de atuação estaria em alinhamento com um novo modelo de desenvolvimento calcado em experiências locais, das quais o mercado também se beneficiaria.

Rodriguez (2003) fala de relacionamentos entre cooperativas de catadores e órgãos governamentais na Colômbia, dizendo que os editais para participação dos EES nos serviços públicos de limpeza impõem condições que eles não conseguem cumprir. Em outro extremo, são mencionados exemplos de contratos de terceirização de serviços públicos envolvendo

essas organizações, criando ambientes artificiais geradores de acomodação e dependência. Ambas são negativas sob o ponto de vista de um relacionamento mais profícuo entre Estado e sociedade.

Icaza (2004) referindo-se a apoios oficiais oferecidos à economia solidária no Rio Grande do Sul afirma que, de fato, tais programas possibilitaram a multiplicação de um conjunto significativo de empreendimentos, mas que essas organizações nasceram ligadas ao apoio governamental e, segundo ela, mesmo com a clareza da necessidade de autonomia, cabe questionar os processos e práticas que efetivamente se estabeleceram nas diversas experiências. Aqui, embora falando de desdobramentos futuros, questionando a autonomia dos grupos frente aos órgãos do poder público estadual, aparentemente a visão de desenvolvimento predominante procura conciliar a ação estatal com as práticas comunitárias e associativas.

No âmbito dos municípios, são comuns na literatura relatos de experiências inovadoras em termos de relacionamento Estado-sociedade. Desde grandes municípios como é o caso de São Paulo com o Programa *São Paulo Inclui*, até os casos dos *orçamentos participativos* nas gestões do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre; as experiências do Projeto Mutirão, dos Núcleos Agrícolas ou das Hortas Comunitárias no município de Lajes, Santa Catarina, ou ainda as experiências de incubação de empreendimentos solidários realizadas pelas Prefeituras de Campinas e Santo André, no estado de São Paulo.

No caso do Distrito Federal, onde se inserem as cooperativas de catadores em estudo, a análise de um aspecto como este ganha uma complexidade particular. Isto decorre principalmente do fato de, nesse espaço, interagirem dois níveis de governo: o Federal (através da organização da coleta seletiva na Esplanada dos Ministérios, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, ou via aprovação de projetos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, ou pela “bancarização” dos catadores através da CEF ou do Banco Popular do Brasil) e o Distrital (através da doação dos terrenos para os galpões de triagem, pela administração “compartilhada” das usinas de triagem, ou pelas ações repressivas exercidas contra os catadores acampados em áreas públicas). De qualquer forma, é muito intenso o relacionamento entre as organizações de catadores e os órgãos públicos, tanto em nível federal (ministérios), como em nível distrital (secretarias e autarquias do GDF).

Outro aspecto capaz de introduzir maior complexidade à análise dessa questão diz respeito às diferenças ideológicas entre os dois governos envolvidos. No caso do Distrital, percebe-se uma atuação que oscila entre o clientelismo-personalismo (centrado em ações que procuram atrelar politicamente as cooperativas a pessoas com poder de decisão sobre doação de terrenos no âmbito do governo) com tensionamentos decorrentes da repressão encampada

por áreas do GDF responsáveis pelo trânsito (restringindo a ação dos catadores-carroceiros) ou pelas responsáveis pelo controle das áreas públicas (contra os acampamentos dos catadores em áreas de cerrado). No caso do Governo Federal percebe-se um alinhamento dos diferentes órgãos em favor de políticas direcionadas aos catadores e à temática da reciclagem, porém com falta de objetividade e efetividade nas ações, implicando em desencanto por parte dos catadores.

O prosseguimento do trabalho de campo, através de entrevistas com os diversos atores envolvidos permitirá um melhor entendimento sobre o relacionamento dos EES com as instituições públicas e que efeitos essa relação estaria provocando no âmbito dessas organizações no sentido de sua viabilização no setor da reciclagem no Distrito Federal.

### *Relações com instituições não-governamentais*

Girard-Nunes (2004, p.200) analisa as relações não-hierárquicas que se estabelecem entre os diferentes atores que participam de um movimento como o da economia solidária. Segundo ela, o mesmo ator, nacional ou localmente, precisa ou tende a uma unificação necessária para a eficácia de sua ação. Esse agente compartilha valores e princípios e deve, ao mesmo tempo, respeitar as diferenças que provêm das trajetórias e histórias dos demais. Em sua visão, há três níveis de elos horizontais: o primeiro é entre o empreendimento, os assessores e setores do estado; o segundo envolve os diferentes parceiros entre si; e, o terceiro, as redes de empreendimentos.

Em certa parte, diz a autora: “O sucesso da economia solidária depende dessa sinergia, bem como da viabilidade dos elos horizontais que, por sua vez, pressupõe uma democratização das instituições a que pertencem os diferentes atores”. Ao falar do fenômeno por ela denominado “endividamento positivo” entre movimentos e instituições, que se realiza em elos horizontais, a autora procura ressaltar a importância dessas relações não apenas para as organizações sociais atendidas, mas principalmente para as instituições que mantêm contato com elas. As reflexões provocadas no interior dessas estruturas a partir dos contatos com os movimentos sociais e com os empreendimentos solidários seria o maior ganho possível.

Também em Icaza (2004) encontram-se observações sobre o que vem ocorrendo no Rio Grande do Sul, agora mais especificamente na questão do assessoramento, através das chamadas “organizações de referência”. Segundo ela, organizações como a Cáritas Brasileira, Unitrabalho, Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores - CUT, por exemplo, possuem um discurso que defende o desenvolvimento da autonomia dos grupos, porém na prática, acabam suprimindo as dificuldades de organização destes, ficando o

trabalho de articulação por conta dessas entidades, que dispõem de recursos e tempo para tanto.

Girard-Nunes (2004b, p.205) fala no relacionamento como as organizações de referência, afirmando que esse relacionamento exige uma democratização interna das instituições envolvidas que, “ao assumir as parcerias, essas dinâmicas proporcionam uma democratização das instituições”. Faz também uma análise sobre as características dos diferentes tipos de instituições de referência atuantes no Distrito Federal, dizendo o seguinte: “A Igreja Católica é firme e flexível na ligação com os pobres, mas tem baixa capacidade de impulsionar mudanças junto a instâncias públicas”.

Rodriguez (2002) tratando do que ocorre na Colômbia, fala das dificuldades das cooperativas superarem os problemas da estrutura de mercado, devido ao fato de as organizações de referência concentrarem-se na articulação política. Segundo ele, não se faz coordenação econômica, de assessoria, planejamento, financiamento etc.

Gaiger (2004, p.382) discorre longamente sobre os efeitos de processos indutivos sobre empreendimentos solidários, sob a forma de assessoria, incubação, apoio institucional etc. De início o autor menciona sua descrença em processos indutivos que visem fortalecer empreendimentos solidários quando as *forças negativas* e as *forças positivas* não se apresentam. Em sua visão, de pouco adiantaria uma incubadora exercer forte pressão pelo desenvolvimento de um EES se os trabalhadores não estiverem imbuídos do propósito e se não estiverem premidos pela necessidade. Em suma, para ele é grande o risco de tais forças exógenas produzirem uma relação de dependência e de submissão, levando a fracassos. Tal risco, segundo ele, ocorre apesar de os agentes externos enxergarem-se autênticos mediadores entre os interesses dos atores sociais e seu “dever histórico”.

Tendo em vista as organizações solidárias da reciclagem no Distrito Federal interagirem permanentemente com diversas organizações de referência, inclusive com características de atuação bastante semelhantes com as aqui mencionadas, caberia verificar se esse relacionamento estaria sendo profícuo e se estaria ocorrendo o chamado “endividamento positivo”.

## *Relações entre as organizações e com as comunidades*

Outras questões relevantes para análise do que ocorre nesse setor referem-se aos relacionamentos entre as próprias organizações da reciclagem e entre elas e as comunidades onde estão inseridas.

No primeiro caso, coloca-se a questão da criação de uma instituição interorganizacional, que é a Central de Cooperativas do DF, em fase final de criação. Que reflexões de análises são possíveis a partir desse processo. Estariam refletidas nessas relações as mesmas tensões verificáveis nas relações interpessoais, no âmbito de cada cooperativa individualmente?

No segundo caso estaria a relação com as comunidades que circundam as cooperativas. Estariam ocorrendo efeitos sobre as dinâmicas externas das comunidades, relacionados à integração social dos trabalhadores envolvidos, além de efeitos mobilizadores a partir desses empreendimentos?

Enfim, com base na revisão bibliográfica realizada são identificados vários fenômenos que vêm ocorrendo em processos de institucionalização, particularmente no contexto da chamada economia solidária. Na pesquisa de campo tais questões são objeto de observação e novos elementos são trazidos para a compreensão das questões aqui apontadas.

### *2.4.2 Dimensão Gestão*

São recorrentes na literatura os alertas quanto ao fato de que o altruísmo e as virtudes presentes nos empreendimentos solidários não os desobrigam de incrementar políticas voltadas para as questões de mercado, para a melhoria e eficiência dos processos de produção e para o domínio das técnicas da moderna administração.

Perius & Schmidt (2003) lembram o fato de os EES serem empreendimentos de características peculiares que têm como finalidade realizar os objetivos que seus associados em conjunto estabeleceram. Segundo os autores, a maior parte dos fracassos das organizações cooperativas se dá não por falta de espírito cooperativo, mas sim por carência de visão técnico-administrativa e de conhecimentos de mercado. E, mais do que isto, ao fracassar a dimensão econômica fracassa igualmente sua dimensão social e humana.

Esses autores procuram destacar também a importância de a cooperativa conquistar e preservar sua autonomia não apenas como associação, mas também como empresa. A conquista e manutenção de mercado exigem, entre outras coisas, processos decisórios rápidos.

A cooperativa deve, segundo eles, preservar a horizontalidade na origem do poder, com a verticalidade no exercício do poder.

### *Flexibilidade e espontaneidade x burocratização*

Na medida em que, gradativamente, mais grupos de catadores em atividade no DF caminham em direção à organização em associações e cooperativas, alguns efeitos são vistos na teoria como naturais em processos semelhantes:

Em Selznick (1972) existe um alerta para o fato de, geralmente, o processo de institucionalização levar a organização a ganhar em estabilidade e perder em flexibilidade.

La Passade e Loureau (1972) ao dissertarem sobre o que chamam de contra-instituições, chamam a atenção para o que ocorre na evolução das instituições ao longo do tempo. Epopéia seria quando os grupos informais vão se consolidando como instituições reconhecidas. Já, tragédia ocorreria quando a espontaneidade do pequeno grupo acaba caindo na esclerose da instituição, burocratizando-se.

Singer (2001) contesta as opiniões que vêm de uma forma simplista o tamanho reduzido das organizações solidárias como uma garantia contra a burocratização. Segundo ele, embora seja verdade que nas pequenas organizações se torna mais viável a prática da democracia direta e do igualitarismo, elas continuarão mergulhadas na pobreza e, da mesma forma, os seus associados.

Demo (2002, p. 189) faz ressalva dizendo que, aumentando o grupo e a complexidade das organizações, é natural que proliferem as “hierarquias prepotentes”.

No caso específico do setor em estudo, uma questão a ser verificada seria: na medida em que se institucionalizam e ganham estabilidade, estariam as organizações de catadores perdendo em flexibilidade e espontaneidade? Quais as implicações disso para o processo de afirmação das organizações no setor de reciclagem?

### *Profissionalização da gestão*

Singer (2002) faz uma aprofundada comparação entre o que ocorre nas empresas capitalistas tradicionais e o que ocorre nos EES no tocante à gestão. Segundo Singer as diferenças começam já na origem. Uma empresa capitalista, ao se instalar, procura no mercado administradores experientes que irão compor a cúpula gerencial. Enquanto isso, nos EES existe uma comunidade de desempregados de uma empresa capitalista ou um grupo de companheiros de militância estudantil, comunitária ou sindical. Entretanto, segundo ele, recaem em erro os que exageram na importância do conhecimento acadêmico para a gestão

dos empreendimentos, colocando a gestão como uma ciência inacessível aos trabalhadores pouco letrados. Para Singer a administração é mais arte do que ciência e é perfeitamente assimilável pelos trabalhadores envolvidos, alertando para os perigos da excessiva profissionalização da gestão dos empreendimentos, com esses gestores profissionais “usurpando” o poder de decisão dos trabalhadores. Singer advoga a necessidade de construção de sistemas de gestão mistos que preservem as decisões estratégicas nas mãos dos trabalhadores associados, restringindo aos administradores apenas as decisões táticas ou de curto alcance. Singer fala também da importância do apoio de organizações de referência ou incubadoras que possam aportar esse conhecimento.

Na verdade estão por trás deste debate, ao menos em parte, os fundamentos tayloristas que atribuem ao administrador o papel de tabular e classificar o conhecimento antes acumulado pelos trabalhadores, reduzindo-o a regras e fórmulas e que procuram banir das oficinas todo e qualquer trabalho cerebral, deixando-o a cargo dos gerentes. Os efeitos de tais métodos são por demais conhecidos nas teorias administrativas atuais, reconhecendo-se como principais a inibição do capital humano e a alienação. Mas mesmo nas novas teorias a participação requerida dos trabalhadores é mais no sentido de sua cooptação, permanecendo as decisões sobre o que produzir, para quem produzir e como produzir ainda muito concentradas nas gerências.

Enfim, frente a essa seqüência de observações, qual o estágio desta questão nos empreendimentos solidários da reciclagem? Como a questão da profissionalização se coloca para esses EES? Qual a conciliação possível entre a necessidade de introdução de elementos e técnicas básicas de administração e a preservação da autogestão?

### *Cunho formativo e educabilidade*

Preliminarmente a questões de natureza mais cotidiana, abordando particularidades do tema *Educação* na economia solidária, é importante lembrar que o sistema educacional vigente desconhece o trabalho executado sob formas de contratação diferentes das relações formais de emprego. Frigotto (1998) chama a atenção para o fato e diz que é incorreto reduzir o trabalho a emprego ou ocupação remunerada. Deve-se, segundo ele, focalizar o trabalho como uma relação que expressa a forma pela qual os homens produzem sua existência.

Althusser (1980) diz que o capitalismo ou qualquer outra formação social busca, simultaneamente, produzir e reproduzir as condições da produção. E ao colocar em movimento as forças produtivas existentes, em relações de produção definidas, o sistema cuida de sua continuidade e perpetuação. Sendo assim, estando em funcionamento um sistema

escolar que atua nessa direção, tem-se outro componente problemático para as iniciativas solidárias.

Outro aspecto é em relação à proliferação de iniciativas voltadas à alfabetização de jovens e adultos sem um conteúdo crítico-reflexivo ou, muitas vezes, dominadas por um caráter utilitarista. Tais abordagens não têm levado a resultados concretos, resultando em intervenções desses trabalhadores sobre a realidade de suas comunidades.

Relativamente à educação profissional, Frigotto (1998) tem razão ao apontar que a educação profissional tem partido de uma lógica simplificadora segundo a qual o desenvolvimento de determinadas competências é suficiente apenas para que os trabalhadores se coloquem no mercado de trabalho. Para ele, o domínio de determinadas técnicas e ferramentas por si só, isolado de uma educação geral de caráter mais transformador é insuficiente e se constitui numa grande ilusão.

Já numa abordagem mais aplicada ao dia-a-dia dos EES, Vieitez e Dal Ri (2001) afirmam que, apesar da complexidade envolvida na gestão dos empreendimentos solidários, até mesmo em função da presença e coexistência de diferentes dimensões, ainda são pequenos os investimentos dessas organizações em cursos voltados para a autogestão e para o cooperativismo.

Icaza (2004) referindo-se a estudo realizado no Rio Grande do Sul, manifesta sua preocupação com a baixa escolaridade e qualificação nos empreendimentos econômicos solidários e com a falta de estratégias de cunho formativo que possam apontar o caminho da reversão de tal quadro.

Girard-Nunes (2001) analisando o desenvolvimento da economia solidária no Distrito Federal, aponta como fator comum entre os EES a consciência quanto à necessidade de mais investimentos em capacitação técnica e profissional. Entretanto aponta problemas de equidade, na medida em que, segundo ela, cooperativas com bom desenvolvimento econômico beneficiam-se mais de treinamentos gratuitos, enquanto as em maior dificuldades pagam preços altos pela capacitação.

Por fim, a verdade é que não se pode pensar em uma gestão efetivamente comprometida com os princípios norteadores da economia solidária se esta não assumir posição relativamente à educação cooperativa. Tal compromisso pode ser verificado pelos esforços diretos dos EES, pela articulação com as organizações de referência (principalmente as incubadoras) ou através de reivindicações junto aos poderes públicos. Em essência, parte-se, neste caso, da crença de que só a educação pode fomentar um conjunto de valores, idéias, crenças e padrões de comportamento que privilegiam a cooperação e a solidariedade. É também através da educação que se dá a atividade fiscalizadora e a participação democrática.

No caso específico em estudo, investiga-se na pesquisa de campo qual a visão predominantemente entre os catadores a respeito desse assunto, considerando as particularidades do segmento, marcado por taxas de analfabetismo e evasão escolar, bem como identificar a existência de esforços ou ações das organizações voltadas para a reversão dessa realidade.

### *Qualidade, produtividade, competitividade*

Sorbille (2000) referindo-se a estudos realizados junto a empreendimentos solidários no estado do Ceará, registra como principais as seguintes questões:

- a) **Qualificação/Qualidade** - Segundo esse autor, essa pode se transformar numa vantagem competitiva das cooperativas, tendo em vista que o fundamental da qualidade passa pelo indivíduo, pela capacitação do profissional que está produzindo, oferecendo produtos e serviços. Nesse caso, a cooperativa autogestionária possui o compromisso na formação dos seus trabalhadores, seja com a educação formal, na capacitação profissional, ou mesmo na educação para construção de uma cultura autogestionária. Em função disso, esse profissional tem que submeter-se a um processo contínuo de aperfeiçoamento, que engloba uma capacitação muito mais ampla do que normalmente uma empresa convencional se propõe a fazer;
- b) **Produtividade** - Para Sorbille, o compromisso em usar os recursos disponíveis para produzir bens e serviços de forma mais eficiente será estimulado na medida em que o planejamento e a apropriação do resultado são feitos pelo próprio trabalhador, numa relação direta entre o grau de comprometimento e o desempenho do cargo. Na autogestão o esforço produtivo dos trabalhadores seria bem maior e, principalmente, mais espontâneo devido à possibilidade de compartilhar os valores, objetivos e resultados organizacionais;
- c) **Processo Decisório** - Para Sorbille, os EES são prisioneiros de um dilema: de um lado o risco da convivência com uma direção centralizadora de informações e decisões e, de outro, o risco do “assembleísmo”<sup>6</sup>, com inevitável burocratização dos canais decisórios. Nesse caso, tudo deve ser decidido em assembleias, por toda a coletividade. O autor lembra que a cooperativa, antes de tudo, é uma empresa e

---

<sup>6</sup> Significa excesso de reuniões para tomada de decisão e é expressão encontrada na literatura.

torna-se inviável a realização de assembléias para discutir questões secundárias, ou para aquelas questões que exijam respostas imediatas.

Rech (2000) traz questões observadas em organizações de reciclagem em Minas Gerais e junto a EES do no setor pesqueiro no estado do Pará, referentes ao aspecto *comercialização*. Para ele, um dos fatores que mais agrava as dificuldades de comercialização é a disponibilidade de produtos com qualidade que possam se impor no mercado. Normalmente os grupos populares produzem pouco (mesmo que na maioria dos casos haja uma qualidade razoável) e com isso não conseguem superar os custos nem manter a regularidade de oferta. Além disso, a agregação de valor ocorre quando o produtor se apropria de outras etapas da preparação ou beneficiamento do produto antes de chegar ao mercado.

Ponte Junior (2000) baseado-se em experiências realizadas com cooperativas populares no estado do Ceará, levanta a questão da competitividade, lembrando que esse paradigma não se vincula necessariamente à idéia de competição selvagem, mas à de produção, à visão de que a criatividade dos indivíduos pode produzir instrumentos, técnicas e tecnologias úteis à sociedade.

Oliveira e Rocha (2003, p.16) analisando experiências havidas com cooperativas na região de Juiz de Fora (MG), através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares fazem observações interessantes, particularmente sobre a função *produção*. Segundo eles, estudos e pesquisas envolvendo pequenas organizações no que se refere à *produção* são muito poucos quando comparados ao que existe sobre as grandes organizações, que geralmente tratam de processos de produção em larga escala ou que envolvem grande aplicação de capitais. Mais à frente os autores afirmam que, no que tange às cooperativas populares, tais estudos são incipientes e, pelo que se pôde apurar, têm sido relegados a um plano secundário nos cursos de formação de cooperados e nas atividades de incubação das cooperativas.

Feito esse repasse na teoria a respeito de questões relacionadas à qualidade e à produtividade, apontadas por diferentes autores como aspectos muito pouco enfatizados na gestão dos EES, tem-se na pesquisa de campo uma forma de captar a percepção dos catadores a respeito dessa questão, procurando identificar os esforços por eles desenvolvidos na superação do problema.

#### 2.4.3 Dimensão Sócio-Psicológica

Tendo em vista o objeto deste estudo, uma visão econômica cuja racionalidade não se caracteriza pela reprodução ou acumulação de capital, mas pela reprodução da própria vida,

voltada para a satisfação de outras necessidades humanas como educação, cultura e lazer (Tiriba, 2000), com as relações de trabalho centradas na autonomia, na cooperação e na solidariedade, cabe uma reflexão que vá além dos aspectos até aqui analisados (político-institucional, produção, mercado e gestão). Adentra-se, portanto, em aspectos considerados de natureza sócio-psicológica.

Carvalho e Pires (2001, p.210) assim definem a dimensão sócio-psicológica dos empreendimentos solidários:

Engloba todo o grupo de relações e interações intersubjetivas que se estabelecem entre os trabalhadores e entre estes e os EES, seu modo de gestão e execução do trabalho. Essa dimensão engloba também as construções intersubjetivas dos significados e identificações coletivas (...) Fazem parte deste campo de análise as identificações e as identidades coletivas dos trabalhadores, os choques que podem existir entre estas identidades e as formas de expressão intersubjetiva deste choque, bem como os medos e fantasias que povoam o imaginário desses trabalhadores, tendo em vista o sofrimento psíquico que se estabelece neste processo.

Partindo dessa conceituação que valoriza as identificações coletivas, as interações intersubjetivas e a construção de significados, faz-se necessária uma abordagem a respeito da chamada *cultura do trabalho*. Tiriba (2000, p.222) traz uma reflexão interessante que remete a esse particular. Primeiro diz que não é possível que trabalhadores envolvidos em projetos solidários ajam sem trazer consigo o “conjunto de valores e representações que eles interiorizaram em cada momento de sua atividade laboral e em outras redes de convivência humana”. Para ela esses valores são, em sua maioria, convenientes aos grupos dominantes e se somam ao que se costuma chamar de *cultura do trabalho*. Resumidamente, em função desse fato seria impossível termos uma “nova cultura do trabalho” no interior da sociedade capitalista, mesmo no cotidiano das organizações econômicas geridas pelos próprios trabalhadores.

Girard-Nunes (2004b) chama a atenção para outro aspecto também relevante. Segundo ela, boa parte dos trabalhadores que compõem os empreendimentos solidários são oriundos do setor informal da economia, setor onde predominaria o clientelismo e que a autora aponta como muito distante do chamado “paradigma da dádiva”. Nessas condições, a retribuição é exigida por coerção. Mais à frente, após dizer que toda a organização é atravessada por tensões, conclui que a economia solidária leva a um repensar de inúmeras questões, tendo-se sempre em mente um “projeto coletivo reafirmado”.

Icaza (2004, p.36) aponta na mesma direção. Segundo essa autora, ao comentar estudos realizados com empreendimentos solidários no Rio Grande do Sul, o fato desses EES terem caráter coletivo e serem organizados pela ação dos próprios trabalhadores não quer dizer que a autogestão e a solidariedade sejam sempre centrais na sua dinâmica de estruturação e funcionamento. Diz ela: “Isto tem a ver tanto com elementos de caráter

estrutural - as condições e o contexto nos quais eles surgem- com elementos de natureza política ou ideológica - a presença dos valores como orientadores das práticas dos participantes”. Segundo ela, os EES protagonizados por pessoas oriundas dos movimentos sociais tendem a ter uma dinâmica interna mais participativa. Então, tendo em vista as particularidades do segmento em estudo, marcado por processos de marginalização, com um mínimo de integrantes sendo originários de reações formais de emprego, o conflito não se dá entre a cultura da heteronomia x autonomia. Mais presente é a influência do trabalho informal ou mesmo da vida nas ruas, com todas as seqüelas decorrentes dessa realidade. No trabalho de campo, busca-se captar as impressões dos diferentes atores envolvidos quanto à influência dessa variável no cotidiano dos empreendimentos sob análise.

Outra questão a ser observada diz respeito à questão da ressocialização. Em vários momentos deste trabalho faz-se menção à capacidade da economia solidária de atuar na reintegração ou na ressocialização dos indivíduos que vão sendo excluídos pelo modelo econômico dominante. Essa análise parte do princípio de que o processo de exclusão não se resume ao aspecto econômico, atuando também no sentido de romper os laços de sociabilidade e levando as pessoas à marginalização.

Como fator indicativo da ocorrência desse efeito, diversos autores apontam a elevação da auto-estima desses trabalhadores ao participarem de cooperativas. Tal efeito, no caso dos catadores, ocorreria muitas vezes pela sensação de pertencimento a uma organização e, em alguns casos, pelo acesso a locais de coleta anteriormente impossíveis. Em alguns casos a redução dos conflitos com a polícia decorrente do vínculo com a cooperativa contribui para a auto-estima. Em outros casos surgem reflexos positivos como a condenação à violência familiar, cuidado com o vestuário, combate ao uso de drogas etc. Nesse sentido, caberia uma verificação empírica quanto aos efeitos da participação nas cooperativas na construção ou reconstrução de vínculos de sociabilidade.

Perius & Schmidt (2003) procuram lembrar que as organizações cooperativas não estão isentas de conflitos de interesses e de competição. Segundo eles, a organização deve construir formas de compatibilizar a busca de um bem comum, coletivo, com as necessidades dos associados individualmente, não devendo a participação em cooperativa significar permanentes renúncias.

Rodriguez (2002) referindo-se mais especificamente às cooperativas do ramo da reciclagem, na Colômbia, aponta também conflitos decorrentes de desconfianças entre os que trabalham nas ruas e os que dirigem as cooperativas, com os cargos de direção geralmente sendo ocupados por associados com maior grau de escolaridade, fator que, segundo ele, acaba limitando a participação dos cooperados. Tal fenômeno tenderia a repetir a hierarquia

existente na empresa capitalista, com as funções diretivas sendo ocupados por pessoas que nunca foram catadores.

Então, feito um breve repasse pelas contribuições teóricas relacionadas aos fatores de natureza sócio-psicológica e tendo claro o objeto do presente estudo (demandas mais urgentes no processo de viabilização dos empreendimentos solidários no setor da reciclagem no Distrito Federal), seria interessante buscar respostas para algumas questões como: a) Como estão as questões relacionadas à democracia interna e à participação efetiva dos associados na gestão das cooperativas? b) Existe igualitarismo no uso dos bens e na divisão dos resultados auferidos por essas organizações? c) O trabalho nas cooperativas favorece a cooperação, na superação da divisão social do trabalho típica do capitalismo e na gratuidade e na colaboração entre os sujeitos? d) Ocorre interferência de fatores culturais herdados de suas condições anteriores de trabalho, seja como assalariado, seja como trabalhador informal; e) Influência da organização sobre questões comportamentais dos associados (violência em família, uso de álcool e drogas, trabalho infantil etc).

## **PARTE II**

### **CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA**

#### **3.1 Características da pesquisa**

No que se refere ao método, fez-se opção pelo método qualitativo. Segundo Zanelli (2002, p.80), sua utilização é mais indicada quando: a) o objetivo é estudar casos particulares, mais do que abarcar populações extensas; b) deseja-se o entendimento da experiência subjetiva em vez do teste de hipóteses; c) busca-se a análise interpretativa em lugar da manipulação estatística dos fatos, e d) pretende-se tomar os dados na forma de palavras e não de números.

Segundo esse autor, a opção pela pesquisa qualitativa está implícita no modo de encarar o fenômeno social investigado, sendo um modo de investigação que busca compreender os eventos a partir dos significados atribuídos pelos participantes, captando-se “uma” verdade: aquela que as vivências dos participantes e os filtros do pesquisador permitem objetivar.

Bauer, Gaskell & Allum (2004, p.24) fazem observações que vêm reforçar a opção feita neste caso. Para eles, não se trata de enveredar pelo caminho da contraposição entre métodos, colocando pesquisa quantitativa como antagonista à qualitativa, uma vez que não há como se fazer quantificação sem a qualificação. Mais à frente, esses autores procuram afirmar a qualitativa como uma estratégia independente de pesquisa e não apenas como etapa complementar a uma pesquisa de características quantitativas. Demonstram, também, de que forma a pesquisa qualitativa vem conseguindo desmistificar a idéia de que apenas a sofisticação estatística pode assegurar resultados significativos.

Gaskell (2004, p.64-65) ressalta que o mundo social é dinâmico e vai sendo construído no dia-a-dia das pessoas, em condições sob as quais elas não têm nenhum controle. A pesquisa qualitativa, segundo ele, fornece os instrumentos para a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação e objetiva buscar a compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações das pessoas em contextos sociais específicos.

Richardson (1999, p.80) recomenda cuidado com a tendência de se tentar quantificar fenômenos que, pela sua natureza, não são quantificáveis. O estudo de situações complexas ou estritamente particulares, voltado para compreender ou classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais é característico de abordagens qualitativas.

Enfim, contata-se que é a análise qualitativa a mais indicada para compreender o processo dinâmico e subjetivo vivido pelas organizações solidárias da reciclagem, captando o subjetivismo e os significados embutidos nas relações que se estabelecem no cotidiano. Dessa forma, pretende-se verificar a percepção dos diferentes atores envolvidos com o assunto.

Quanto à finalidade, na classificação de Richardson (1999, p.66), a pesquisa a ser realizada terá as características de pesquisa exploratória, uma vez que são poucas as informações consolidadas sobre a realidade do setor da reciclagem no âmbito do Distrito Federal.

### **3.2 Métodos de coleta de dados**

No tocante aos meios de investigação e conforme classificação proposta por Vergara (2000), a pesquisa se deu através de análise documental, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo:

- a) Bibliográfica: O embasamento teórico-metodológico do trabalho foi buscado em periódicos e anais de eventos científicos, em teses e dissertações e na revisão de literatura;
- b) Documental: Teve como base documentos conservados no interior de instituições de apoio e governamentais. Abrangeu relatórios produzidos por instituições de apoio, resoluções de eventos organizados pelas entidades representativas dos catadores, documentos existentes em poder de organizações públicas, boletins internos, *folders*, atas de reuniões e cópias de projetos e convênios;
- c) De campo: Buscou dados primários, através de entrevistas semi-estruturadas junto a representantes de diferentes organizações de apoio e governamentais, além de organização de entrevistas grupais e entrevistas semi-estruturadas com os líderes das cooperativas e associações, a partir de critérios de escolha descritos no tópico “Seleção dos Entrevistados”.

Nos encaminhamentos relativos à pesquisa de campo e à documental, serão levados em conta os métodos do Quadro 3 , com as ressalvas e observações levantadas na literatura.

Método	Ator	Observações	Fonte
Grupos Focais	Dirigentes das organizações de catadores	<p>Foi o principal método utilizado para captar as percepções dos dirigentes das organizações de catadores. Por suas características, a técnica propicia condições mais adequadas à manifestação espontânea das pessoas, tendo em vista a interação entre os participantes das reuniões. O estímulo assegurado pelos comentários dos colegas permite diminuir a natural inibição deste segmento frente a questionamentos de pessoas estranhas ao seu meio. Pretendeu-se, também, com a utilização dessa técnica, captar as interpretações dos entrevistados, a respeito dos estudos iniciais realizados via pesquisas bibliográficas e documentais, nas três dimensões trabalhadas.</p> <p><b>Observações adicionais:</b> a) Foram realizados três Grupos Focais com, respectivamente, treze, doze e nove catadores cada, entre os dias 20 e 21.12.2005; b) A duração das entrevistas foi de 2,15 h, 1,45 h e 2,0 h, respectivamente; c) A composição dos grupos obedeceu ao esquema demonstrado no Tópico “Seleção dos Entrevistados”; d) Conforme Apêndice G, a preparação das reuniões envolveu cuidados com logística (transporte dos participantes até o local das entrevistas), registro (gravação em áudio e vídeo), alimentação (deslocamento de pessoas de baixíssimo poder aquisitivo e habitantes de locais distantes da cidade), comunicação (convites, formação dos grupos) e de infra-estrutura (salas, cantina, brindes etc) ; e) A metodologia empregada para o funcionamento dos grupos focais acha-se exposta no Apêndice H;</p>	Gaskell (2004), Oliveira e Freitas (1998)
Entrevistas Semi-Estruturadas	Membros das organizações de apoio, órgãos de governo e líderes dos catadores.	Assim como ocorre com os Grupos Focais, essa técnica permite analisar os conteúdos, quantificar fatores em categorias e interpretar as verbalizações. Proporciona abertura para que o entrevistado possa discorrer com profundidade, nos limites de interesse da pesquisa. Considerou-se este o método mais apropriado para aplicação junto aos representantes de organizações de apoio e governamentais, pela maior escolarização e conseqüente facilidade na interpretação e pela dificuldade de recrutamento para realização de entrevista grupal. Em um caso específico, foi aplicada também junto à Presidente de uma das cooperativas em estudo (100 Dimensão), visando aprofundar questão específica surgida em um dos	Zanelli (2002), Gaskell (2004), Ludke e André (1986)

		<p>grupos focais.</p> <p><b>Observações adicionais:</b> a) Foram realizadas dez entrevistas semi-estruturadas com seis representantes de organizações de referência, três representantes de organizações governamentais e um dirigente de cooperativa; b) As entrevistas foram realizadas entre setembro de 2005 e janeiro de 2006, conforme detalhado no Apêndice A; c) No total, foram 11,8 h de duração, numa média de 1,18 horas; d) As entrevistas tiveram como base os roteiros apresentados nos Apêndices I e J; e) O conteúdo das conversas foi gravado em áudio e posteriormente transcrito e submetido à técnica de análise de conteúdo (vide Apêndices L e M).</p>	
Análise Documental		<p>Considerada uma técnica que não deve ser desprezada, mesmo quando outros métodos de investigação estiverem sendo utilizados. É vista como uma fonte estável e rica que pode dar mais consistência aos estudos. No caso em questão, recorreu-se à análise documental apenas subsidiariamente, uma vez que, devido às peculiaridades do setor, são poucos os registros escritos disponíveis.</p>	Ludke e André (1986)

**Quadro 3 - Coleta de dados**

### 3.3 Atores Sociais

Tendo em vista os objetivos, a justificativa e a própria questão de pesquisa, são os seguintes os atores que compoem o universo a ser estudado: a) Organizações de catadores (Quadro 4); b) Organizações de referência (Quadro 5) ; e c) Organizações governamentais (Quadro 6).

É importante que se registre que entre os atores sociais acima, é junto às organizações de catadores que estará concentrado o principal foco de observação e de pesquisa. O trabalho de campo realizado junto a organizações de referência e instituições públicas é no sentido complementar.

a) *Organizações de catadores*

<b>Entidades</b>	<b>Localização</b>	<b>Número de Associados</b>
ASTRADASM	Santa Maria	140
100 DIMENSÃO	Riacho Fundo	130
COOPATIVA	Setor de Inflamáveis	240
CATAGUAR	Guará	79
CORTRAP	Estrutural	88
AMBIENTE	Estrutural	658
APCORC	Ceilândia	160
APCORB	L2 Sul	186
ACOOBRAZ	Brazlândia	53
APCORS	Usina PSul/Ceilândia	**
SUPERAÇÃO	Recanto das Emas	15
FUNDAMENTAL	Planaltina	.**
AGEPLAN	Vila Planalto	36

**Quadro 4 - Organizações de Catadores Atuantes no DF**

**Fonte: Fórum Lixo & Cidadania - DF**

**Legenda: \*\* (sem dados)**

b) *Organizações de referência*

<b>Organização</b>	<b>Sigla</b>
Cáritas Brasileira	Cáritas
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	MNMMR
Centro de Estudos e Assessoria - CEA	CEA
Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa	SEBRAE
Incubadora da Universidade Católica de Brasília	UCB
Incubadora da Unitrabalho / Universidade de Brasília	UNITRABALHO
Movimento Nacional dos Catadores	MNC
Fundação Banco do Brasil	FBB
Programa Providência	Providência
Organização das Cooperativas do DF	OCDF
Voluntários CEF	VCEF

**Quadro 5 - Organizações de referência atuantes no DF**

*c) Organizações governamentais*

Ministério do Trabalho e Emprego/ Secretaria Nacional da Economia Solidária	MTE/SENAES
Ministério do Desenvolvimento Social	MDS
Ministério da Ciência e Tecnologia	MCT
Ministério das Cidades	MC
Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana do DF	BELACAP
Ministério Público do DF e Territórios	MP

**Quadro 6 - Órgãos governamentais com políticas para o setor da reciclagem**

### **3.4 Seleção dos Entrevistados**

Gaskell (2004, p.68-69) coloca outro ponto importante e que vem ao encontro do caso em estudo, particularmente em relação à quantidade e o processo de escolha dos atores a serem entrevistados. Segundo ele, não existe um método para selecionar os entrevistados das investigações qualitativas. Mais do que “contar” opiniões, o que se busca é “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. Quando se tem a necessidade de captar as impressões de meios sociais diferentes (três grupos de atores, como neste caso), o autor sugere que se procure montar “grupos naturais” em vez de “grupos estatísticos”. Os grupos naturais seriam de pessoas que “compartilham projeto comum ou tenham um projeto futuro comum”.

Por fim, lembra que devido ao fato de o número de entrevistados ser necessariamente pequeno, o pesquisador deve usar sua imaginação social científica para mostrar a seleção dos respondentes. A ressalva feita por esses autores é que, sejam quais forem os critérios para a seleção dos entrevistados, os procedimentos e as escolhas devem ser detalhados e justificados.

Esses entrevistados foram escolhidos no interior de algumas das organizações mencionadas no tópico anterior. No quadro 07, a seguir, faz-se um resumo que procura esclarecer não apenas as razões dessas organizações fazerem parte do conjunto a ser pesquisado, mas também os critérios para a definição dos possíveis entrevistados.

## **Bloco 1 - Organizações de Catadores**

**Entrevistados:** 11 participantes por Cooperativa

**Perfil/Papel dos entrevistados:** Membros das diretorias e cooperados

**Obs.:** Foram incluídas somente organizações que funcionam em ambiente próprio ou de seu domínio, excluindo-se as organizações estabelecidas no interior das usinas de reciclagem controladas pelo GDF.

### **Breve perfil das Organizações:**

**CORTRAP** - Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção - Com sede nas imediações da Cidade do Automóvel, com 88 cooperados, praticamente todos oriundos de grupos que sobreviviam nas ruas e nos cerrados do DF. A Cortrap está instalada em terreno cedido pelo GDF ainda não legalizado, dotada de alguma estrutura para funcionamento (caminhão, pequeno escritório, terreno murado) e com boa interação com condomínios e prédios públicos para recebimento de material. Neste momento a cooperativa acha-se envolvida em profundas mudanças internas na forma de relacionamento com os compradores de seu produto e na forma de organização e divisão dos resultados do trabalho.

**100 DIMENSÃO** - Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Resíduos Sólidos com Formação e Educação - Entidade com 130 cooperados, criada em 1999 a partir da organização de trabalhadores desempregados das imediações do Riacho Fundo e com forte apoio do SEBRAE. Portanto grupo de perfil diferente dos demais, uma vez que não tem origem nas ruas. Trata-se de organização já reconhecida nacional e internacionalmente, com diversas premiações e um grau de complexidade interna considerável. Mantém estruturas e iniciativas de caráter educacional (telecentro, escola de línguas), econômico (reciclagem de papel, artesanato com sucata, seleção e triagem de diferentes materiais), cultural (eventos e disponibilização de espaço para a vizinhança) e comunitário (coleta seletiva nos bairros vizinhos). A Cooperativa tem forte atuação na busca de patrocínios e parcerias (embaixadas, empresas, organizações de referência), vivendo neste momento mudanças em seu sistema de gestão, decorrentes do seu rápido crescimento.

**COOPATIVA** - Cooperativa Popular de Coleta Seletiva de Produtos Recicláveis com Formação e Educação Ambiental - Organização com 240 cooperados, situada em área de cerrado nas imediações do Setor de Inflamáveis, formada basicamente por ex-moradores de rua. Grupo com história de despejos e conflitos com as autarquias do GDF e que sobrevive em condições bastante precárias, em barracos de papelão sob as árvores. A partir de parcerias recentes com o Movimento de Meninos e Meninas de Rua, com a Fundação Banco do Brasil, com a Seguradora Aliança do Brasil e com o GDF conseguiu-se melhorar as condições de fornecimento de água, escolarização das crianças e um caminhão para o transporte de materiais. A cooperativa tem particularidades em relação às demais, principalmente no sistema de gestão (processo decisório fortemente centralizado) e relação conflituosa com organizações de referência.

## **Bloco 2 - Organizações de Referência**

**Entrevistados:** 01 participante por organização.

**Perfil/Papel dos entrevistados:** Pessoas responsáveis pelo acompanhamento das cooperativas.

### **Breve perfil das Organizações:**

**Cáritas Brasileira** - Organização com forte atuação junto aos catadores, tanto no âmbito nacional quanto no Distrito Federal. Ligada à Igreja Católica, tem presença importante no Fórum Lixo & Cidadania - DF. Sua atuação é mais marcante na assistência às famílias e na humanização das condições de trabalho.

**MNMMR** - O MNMMR tem agido com foco nos filhos dos catadores, com medidas para a escolarização e apoio a jovens em situação de risco. Teve participação destacada nos momentos de despejos e conflitos.

**SEBRAE - DF** - Vem prestando apoio na área de capacitação dos dirigentes das cooperativas, com presença junto ao Fórum Lixo & Cidadania. Seu apoio é mais forte e mais antigo junto à Cooperativa 100 Dimensão.

**Centro de Estudos e Assessoria - CEA** – ONG com atuação destacada no Fórum da Economia Solidária do DF e com trabalho de assessoria a vários grupos de catadores.

**Fundação Banco do Brasil** – Fundação empresarial com dois programas voltados para as temáticas da reciclagem e da economia solidária, com investimentos em capacitação, gestão e estruturação. Tem participação no Fórum Lixo & Cidadania – DF e relacionamento direto com seis das treze associações e cooperativas.

**Voluntários CEF** – Grupo de funcionários voluntários da Caixa Econômica Federal que presta apoio aos grupos de catadores, com ajuda mais destacada na definição de políticas para o tratamento do lixo, assessorando tecnicamente os trabalhadores para o trato com os órgãos de governo.

## **Bloco 3 - Instituições Governamentais**

**Entrevistados:** 01 participante por órgão público.

**Perfil/Papel dos entrevistados:** Pessoas responsáveis pelo relacionamento com as cooperativas.

### **Breve perfil das Organizações:**

**Ministério das Cidades** - Coordenador do Comitê Interministerial de Resíduos Sólidos e responsável pelas políticas públicas de tratamento de resíduos, com contato direto com a realidade dos catadores do DF.

**MDS** - Ministério que vem implantando programas de forte vinculação com a realidade social dos catadores e com contato direto junto às organizações dos catadores do DF e dos outros estados.

**BELACAP/GDF**- Autarquia responsável pelas negociações com as cooperativas de catadores, no que se refere à política do DF para os resíduos sólidos. Responsável pelas negociações sobre as áreas públicas a serem destinadas às centrais de triagem.

**Quadro 7 - Seleção dos Entrevistados**

### 3.5 Modelo de análise

A elaboração dos roteiros de entrevistas individuais e grupais, bem como a posterior categorização, basearam-se na pesquisa bibliográfica e seguiram em grande parte o esquema proposto por Carvalho e Pires (2001, p.174), estruturado em três dimensões de análise: Político-Institucional, Gestão e Sócio-Psicológica. Entretanto, conforme o alerta feito por esses autores, tais dimensões não podem ser tratadas de forma estanque, isoladas umas das outras. Segundo eles, existe uma relação de interdependência entre elas, ao ponto de “mais do que se auto influenciarem, se auto constituem simultaneamente, pois há algo de jurídico-econômico e psicossocial no político e assim por diante”.

Na estruturação das categorias e aspectos de análise, serviram também como base as contribuições de Jesus et al, Aécio Oliveira e Girard-Nunes, todas incluídas no livro *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*, organizado por Gaiger (2004).

Então, feitas essas ressalvas, as Dimensões e Categorias que compuseram o Modelo de Análise foram as abaixo. E, em cada uma, foram adotados diversos aspectos de observação:

<b>Dimensão</b>	<b>Categorias de Análise</b>	<b>Aspectos de observação</b>
Político-Institucional e Relações	Relações com Organizações de Referência	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Respeito ao estágio, à história e às dinâmicas de cada EES;</li> <li>○ Ocorrência de aprendizado</li> <li>○ Sinergia entre as diversas Organizações de Referência;</li> <li>○ Reconhecimento da importância das OR por parte dos EES;</li> </ul>
	Relações com Organizações Governamentais	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Possibilidade de participação na formulação e implementação de políticas públicas;</li> <li>○ Possibilidade de contratação de serviços por parte do poder público;</li> <li>○ Independência dos EES perante as Organizações Governamentais</li> <li>○ Expectativas dos EES em relação ao Estado</li> </ul>
	Relações com a Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Formas de interação EES / Comunidades próximas</li> <li>○ Aproximação com geradores de resíduos</li> </ul>
	Relações entre os EES	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Participação no Fórum Lixo &amp; Cidadania</li> <li>○ Consolidação do MNCR no DF</li> <li>○ Criação da Central / Rede</li> </ul>

**Quadro 8 - Dimensão Político-Institucional**

<b>Dimensão</b>	<b>Categorias de Análise</b>	<b>Aspectos de observação</b>
Sócio- Psicológica	Democracia	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Fortalecimento das instâncias internas de decisão;</li> <li>○ Regularidade de eleições e alternância;</li> <li>○ Relações de poder / hierarquia</li> </ul>
	Igualitarismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Equanimidade na divisão de resultados</li> <li>○ Medidas de superação do individualismo</li> <li>○ Existência de assalariamento / subordinação</li> <li>○ Efeitos sobre a auto-estima e ressocialização</li> </ul>

**Quadro 9 - Dimensão Sócio-Psicológica**

<b>Dimensão</b>	<b>Categorias de Análise</b>	<b>Aspectos de observação</b>
Gestão	Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Profissionalização na gestão</li> <li>○ Elementos de Estratégia</li> </ul>
	Produção	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Utilização de tecnologia (equipamentos, veículos)</li> <li>○ Melhoria de produtos e processos</li> </ul>
	Mercado	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Comercialização em rede/ Central</li> <li>○ Iniciativas de novos produtos e novos mercados</li> <li>○ Grau de independência junto aos outros agentes da cadeia</li> </ul>
	Cunho Formativo e Educabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Existência de programa regular</li> <li>○ Possibilidade de aprendizado interno, o “aprender fazendo”</li> <li>○ Participação em eventos internos de capacitação</li> <li>○ Participação em eventos formativos promovidos por entidades externas</li> </ul>

**Quadro 10 - Dimensão Gestão**

### **3.6 Análise de Conteúdo**

Tendo em vista que o presente trabalho tem como uma de suas principais fontes as percepções das pessoas envolvidas com o tema, quanto às demandas mais urgentes para a consolidação das organizações de catadores no setor da reciclagem no DF, numa análise qualitativa, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Outra fonte foi a análise documental, com base em relatórios e documentos internos das instituições públicas, das organizações de referência e das próprias cooperativas.

Bardin (1977, p. 31-32) confirma a aplicabilidade da técnica no caso em estudo, dizendo que pelo fato de a análise de conteúdo dedicar-se a um campo de aplicação muito vasto (as comunicações), tem necessariamente uma grande variedade de formas. Para tanto, cita aplicações que vão desde a “radiografia” das comunicações formais e informais no interior de uma empresa até a análise dos discursos políticos. Afirma que, em princípio, qualquer comunicação pode ser decifrada pelas técnicas de análise de conteúdo.

Richardson (1999, p. 223) faz uma abordagem que atribui as mudanças verificadas na análise de conteúdo ao longo do tempo à própria diversidade dos problemas e o surgimento de novos materiais para estudo. Segundo ele, a análise de conteúdo é um “conjunto de instrumentos metodológicos cada dia mais aperfeiçoados que se aplicam a discursos diversos”.

Também Richardson (1999) traz uma observação quanto ao fato de, como técnica de pesquisa, a análise de conteúdo ter determinadas características metodológicas. Cita especificamente: objetividade, sistematização e inferência: a) Objetividade: Adoção de normas que minimizem a possibilidade dos resultados serem mero reflexo da subjetividade do pesquisador. Regras que definam quais categorias utilizar, como distingui-las, que critérios usar para codificar o conteúdo etc. Em se adotando categorias de análise, o autor recomenda cuidado com requisitos como homogeneidade, exaustividade, exclusão e objetividade; b) Sistematização: Respeito às regras da metodologia científica, observando-se as etapas de planejamento, coleta e análise. Além disso, considerar todo o material disponível mesmo que parte dele não apóie as hipóteses do pesquisador; c) Inferência: Aceitação de determinada proposição devido à sua relação com outras proposições já consideradas verdadeiras. Segundo o autor, a inferência pode responder perguntas relacionadas às causas ou antecedentes de uma mensagem, aos seus possíveis efeitos e quanto à motivação de determinada proposição.

### *Procedimentos de Análise*

Unidade de Codificação	Segundo Bardin (1977) cabe ao analista definir a unidade de codificação a ser utilizada, seja a palavra, a frase, o centímetro quadrado etc. No caso em estudo, optou-se pela unidade “trecho”, ou “tema”. O “tema”, conforme Bardin (1977, p.105) “é uma unidade de significação complexa, de diferentes comprimentos e sua validade não é de ordem lingüística, mas antes de ordem psicológica”. Na análise de
------------------------	--

	<p>cada pesquisa foram selecionados os “trechos” considerados relevantes para o estudo, em quantidade variável de uma para outra. No total, foram selecionados 476 (quatrocentos e setenta e seis) trechos.</p>
Análise Categorical	<p>Entendidas as categorias como espécies de gavetas de classificação dos elementos de significação, foram criadas dez categorias, sintetizadas no “Modelo de Análise” (Tópico 4.5) e subdivididas em 22 aspectos de observação.</p>
Identificação dos Personagens	<p>Nos Grupos Focais, adotou-se na transcrição o critério de numeração, referenciando-se às intervenções por ordem numérica, no seguinte esquema: Catador 1, Cooperativa A, Catador B, Cooperativa C etc .</p>
Regra de Enumeração	<p>Tendo em vista a característica da pesquisa, de natureza qualitativa, a frequência de aparição das unidades de codificação não foi considerada como critério importante. Recorreu-se a indicadores não freqüenciais suscetíveis de permitir inferências como ordem, co-ocorrência, associação etc.</p>
Indexação	<p>Myers (In Gaskell&amp;Bauer, 1977) lembra que a forma como o moderador introduz os assuntos pode provocar diferentes reações de grupo para grupo. No presente caso, em todos os grupos focais os temas principais foram introduzidos de igual forma (Vide Apêndice H), com pequenas variações decorrentes do “gancho” proporcionado por um ou outro participante.</p>
Transcrição	<p>No caso das entrevistas individuais semi-estruturadas, a transcrição foi literal, embora não detalhada ao ponto de incluir ritmo, respirações audíveis, hesitações etc. No caso dos grupos focais optou-se por transcrição das idéias centrais, transcrevendo literalmente apenas as falas consideradas mais expressivas ou mais representativas de determinado momento da reunião.</p>
Legendas e Resumo	<p>A partir da marcação realizada nos textos transcritos, trecho a trecho, fez-se uma transposição para um quadro-resumo, adotando-se legendas capazes de identificar a organização de</p>

	referência, governamental ou mesmo o Grupo Focal de onde surgiu a manifestação (Ex. OG1/232 - Organização Governamental 1, trecho 232; OR3/334 - Organização de Referência 3, trecho 334; GF2/306 - Grupo Focal 2, trecho 306 etc). Vide Apêndice F.
--	--

**Quadro 11 - Procedimentos de Análise**

### 3.6 Limitações

Abaixo, faz-se um breve resumo das limitações que poderiam ter surgido no andamento da pesquisa, tendo em vista a natureza do fenômeno estudado, a metodologia a ser adotada e as características das instituições envolvidas, bem como as medidas tomadas para minimizá-las.

<b>Limitação Prevista</b>	<b>Medidas Adotadas</b>
Possibilidade de “intimidação” de participantes das entrevistas focais, em razão da questão hierárquica.	Situação surgida de fato, porém contornada, desaconselhando-se determinado dirigente de participar de todos os Grupos Focais em que estivessem associados de sua entidade, conforme sua pretensão.
Dificuldade de tempo dos representantes das instituições governamentais e organizações de referência, para respostas às entrevistas.	Planejamento com razoável antecedência permitiu “agendamento” para horários de maior disponibilidade das pessoas.
Possibilidade da categorização vir a constituir-se em “amarra”, tornando as análises muito estanques.	Mantido caráter meramente organizativo da categorização, atentando para as interfaces existentes entre os fenômenos e permitindo nova formulação de categorias a partir da análise dos resultados.
Possibilidade de dispersão em face da amplitude dos aspectos de análise (político-institucional, econômico-administrativo e sócio-psicológico).	Mantida a atenção na questão de pesquisa e nos objetivos do estudo, limitando o escopo de cada dimensão ao que foi considerado fundamental para o que se pretendia analisar.

**Quadro 12- Limitações**

## **4. ANÁLISE DOS CASOS EM ESTUDO**

### **4.2 Análise da Dimensão Político-Institucional e Relações**

#### **4.2.1 Considerações Gerais**

Ao iniciar-se uma análise dos resultados das entrevistas individuais e dos grupos focais, tornam-se importantes algumas observações:

- a) A maior parte das organizações de referência (OR) com atuação no Distrito Federal não consegue ter uma visão sobre o que ocorre no conjunto dos EES, uma vez que cada organização acompanha somente uma cooperativa ou, no máximo, duas. Dessa forma, durante as entrevistas, dificilmente um representante de organização de referência conseguia se reportar às três organizações em estudo;
- b) Para efeito desta seção, decidiu-se adotar a classificação proposta por Vieitez & Nakano (in Gaiger, 2004), segmentando as entidades incluídas nesta pesquisa da seguinte forma: i) Entidades pragmático-funcionais: SEBRAE, FBB, Voluntários CEF; ii) Entidades ideológicas: Cáritas, CEA e MNMMR.

#### **4.2.2 EES 1 - Cooperativa 100 DIMENSÃO**

##### *Relações com Organizações de Referência*

Pelo que se percebe no trabalho de campo, esta cooperativa mantém sólidas e crescentes relações com as organizações pragmático-funcionais e nenhuma relação com as de natureza ideológica. Nos exercícios de grupo realizados com catadores desta cooperativa em nenhum momento ocorreram referências às organizações ideológicas para efeito de parcerias futuras. Nas entrevistas com os representantes das entidades foram verificadas restrições de organização pragmático-funcional (SEBRAE) em relação ao tratamento recebido de entidades ideológicas em tentativas anteriores de trabalho conjunto. Da mesma forma, é perceptível nas organizações ideológicas restrições à filosofia do Empreendedorismo Social implementada pelo SEBRAE, considerando-a como mera transposição da lógica empresarial para dentro dos

EES, fortalecendo o personalismo e o individualismo. Em resumo, no trabalho em favor dessa cooperativa não se verificou a existência de sinergia entre os diferentes tipos de entidades de referência.

Afora este aspecto, observa-se na 100 Dimensão uma ação planejada e competente em relação ao fortalecimento de parcerias já consolidadas e, mais ainda, em relação à conquista de novos parceiros. Nas reuniões com os catadores dessa cooperativa verificou-se em todos os momentos a ênfase neste aspecto, bem como a articulação dos discursos quanto à necessidade de: i) demonstrar organização interna e resultados concretos; ii) saber preservar a estratégia da cooperativa, não subordinando-a unicamente à lógica dos parceiros; iii) evitar as “más parcerias”, assim caracterizando as empresas que têm procurado a 100 Dimensão com a argumentação de “responsabilidade social”, mas que visam à exploração dos catadores; iv) ter capacidade de argumentação para rejeitar sugestões das OR que, eventualmente, não sejam consideradas viáveis pelos cooperados.

Quanto à ocorrência de aprendizado, identifica-se no discurso da representante do SEBRAE-DF a ênfase no fato de a experiência com a 100 Dimensão ter agregado importante conhecimento à instituição, particularmente em três aspectos: i) sobre o setor econômico da reciclagem; ii) sobre o trabalho com pessoas em situação de exclusão; iii) sobre cooperativismo.

#### *Relações com Organizações Governamentais*

Segundo foi apurado nas entrevistas, a 100 Dimensão vem implementando convênios e contratos de diferentes naturezas com instituições públicas, tais como: i) Ponto de Cultura, com o Ministério da Cultura; ii) Telecentro/Casa Brasil, com o Ministério da Ciência e Tecnologia; iii) recebimento de terreno, com o GDF; e iv) venda de serviços de consultoria em tratamento de resíduos, com prefeituras.

Percebe-se grande desenvoltura da direção da cooperativa no trato com organizações governamentais, atingindo-se recentemente a condição de discutir com o Governo do Distrito Federal a flexibilização do Edital de Licitação, de forma a viabilizar a venda de produtos reciclados às empresas prestadoras de serviços ao Governo.

Ao mesmo tempo em que se verifica que a Cooperativa atingiu visibilidade e respeitabilidade que lhe asseguram condições de atendimento em órgãos de governo, independentemente de orientações políticas, verificaram-se no discurso dos cooperados certas preocupações com relação a questões político-partidárias, surgindo nos grupos focais observações como: i) discordância em relação a vinculações partidárias por parte da

presidente e principais dirigentes da cooperativa; ii) risco para os interesses da cooperativa com a saída do atual governador.

Tal constatação não representa necessariamente um erro de avaliação por parte desses cooperados, mas, talvez, uma sabedoria agregada por experiências pessoais ou mesmo coletivas anteriores, com ocorrência de prejuízos para a organização devido a discriminações partidárias promovidas por organizações governamentais.

### *Relação com a comunidade*

Também neste quesito verificam-se importantes práticas da cooperativa. Ao que se conseguiu apurar no trabalho de campo, a 100 Dimensão tem, em seu cotidiano, permanente preocupação em proporcionar benefícios à comunidade ao seu entorno. Tal interação vai-se dando da seguinte forma: i) ações de troca com os moradores, permutando materiais recicláveis por vagas nos cursos de informática ou de línguas estrangeiras; ii) palestras em escolas e associações de bairro; iii) participação da comunidade em atividades culturais no Ponto de Cultura; iv) funcionamento de rádio comunitária, a partir do início das atividades da Casa Brasil.

Apesar da relevância das práticas adotadas, percebeu-se no discurso dos cooperados a preocupação em intensificar ainda mais a aproximação com a sociedade em geral, particularmente com os grandes geradores de resíduos, assegurando maior volume nas doações de material.

### *Relações entre os EES*

Neste quesito reside ainda uma grande dificuldade da 100 Dimensão. Nas afirmações mais enfáticas, originadas nas entidades ideológicas, predomina a opinião de que há na 100 Dimensão a tendência a “correr por fora”, atraindo para si recursos e convênios que, em tese, poderiam beneficiar outros grupos de catadores mais necessitados. Tal visão permeia também o discurso de catadores das outras cooperativas em estudo.

Em determinados momentos das discussões em grupo, um cooperado da Cooperativa utilizou-se da expressão “catador de raiz” para diferenciar a condição dos catadores da Cooperativa e Cortrap dos associados da 100 Dimensão. O “catador de raiz” seria o catador típico, de rua. A 100 Dimensão, nessa lógica, seria uma cooperativa de desempregados, pessoas sem vínculo de categoria profissional com os demais. Na verdade, têm-se aí socializações diferentes. Para sujeitos nas condições de marginalização verificadas em

algumas cooperativas, agarrar-se à identidade de “catador de raiz” é questão de vital, afinal nada mais lhes resta do que essa afirmação.

Entretanto, relatos de organizações e também dos próprios catadores dão conta de importantes gestos da 100 Dimensão no sentido da reversão de tal quadro, tais como: i) presença efetiva nos eventos de organização do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis no âmbito do Centro-Oeste; ii) participação no processo de construção da Central dos Catadores do DF e Entorno, inclusive optando por cargos de menor evidência na direção; iii) sinergia com as demais cooperativas na luta pela conquista dos terrenos junto ao GDF; iv) participação no projeto de coleta seletiva da Esplanada dos Ministérios.

### **4.2.3 EES 2 - CORTRAP**

#### *Relações com Organizações de Referência*

A análise das transcrições das entrevistas e dos grupos focais relacionados à CORTRAP revela que essa cooperativa mantém relações históricas e consistentes com organizações de referência de natureza ideológica ou político-ideológica, principalmente com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR. A partir de 2003, a cooperativa passou a se relacionar com entidades pragmático-funcionais, como Fundação Banco do Brasil, Voluntários-CEF e, por último, com o SEBRAE.

Ao que se verifica, é muito presente entre as entidades de apoio o respeito à trajetória do grupo. Nas entrevistas com organizações como MNMMR, CEA, Cáritas e Voluntários-CEF, ocorreram várias referências ao período vivido pelos pioneiros da CORTRAP numa área de cerrado, nas proximidades do Palácio do Planalto.

A relação da cooperativa com o MNMMR é de profundo respeito, embora neste momento não haja uma ação muito expressiva dessa organização na COORTRAP. Em várias partes das entrevistas os catadores da CORTRAP se adiantaram em manifestar sua confiança no “Movimento”, considerando-o parceiro fundamental para o futuro. De parte do MNMMR, existe a compreensão de que o trabalho com a CORTRAP trouxe importante aprendizado para dentro do Movimento, uma vez que, historicamente, a organização trabalha com crianças de rua.

Percebeu-se também nas entrevistas, as mudanças internas ocorridas na CORTRAP ao longo de 2005, no sentido de romper com o sistema individualizado de coleta e comercialização que prevalecia até então, trouxeram para dentro das organizações de referência uma dualidade de posições, coexistindo o encantamento e a perplexidade.

Encantamento, na medida em que existe uma unanimidade nas organizações em elogiar a coragem e o desprendimento das lideranças em enfrentar as resistências internas e, de maneira democrática, tornar coletivos os pontos de coleta de materiais e tornar coletiva toda a venda, passando a igualar o ganho dos cooperados. Perplexidade no sentido de que muitos representantes de organizações de apoio mostraram-se atônitos em relação ao que fazer para auxiliar a cooperativa no enfrentamento das enormes polêmicas internas surgidas por conta da implantação do novo sistema, afinal trata-se de uma profunda mudança de paradigma.

Ultimamente, porém, em particular as entidades pragmático-funcionais, embora discordando da parte relacionada à centralização das vendas da cooperativa em uma só empresa compradora, passaram a organizar novas alternativas de apoio. A ONG Moradia e Cidadania, ligada aos “Voluntários-CEF”, bem como o SEBRAE, estão apoiando um grupo de mulheres na organização de um pólo de artesanato no interior da cooperativa. A Fundação Banco do Brasil e os Voluntários-CEF acham-se envolvidos na mobilização pela construção do galpão da cooperativa, em conjunto com o Governo do Distrito Federal e Governo Federal.

Enfim, especificamente na CORTRAP, percebe-se estar ocorrendo uma atuação sinérgica entre as diversas organizações de referência.

#### *Relações com organizações governamentais*

A relação dessa cooperativa com os órgãos governamentais passa por um processo de crescimento, embora não tenha a amplitude de objetivos e a visibilidade do trabalho que vem sendo feito pela 100 Dimensão.

Interessante é a observação feita uma representante de organização de referência em relação a ardil utilizado pelo presidente dessa cooperativa para manter política de “boa vizinhança” com organizações vinculadas aos dois níveis de governo (federal e distrital), rivais entre si. Segundo essa entrevistada, o dirigente possui uma camisa de cor vermelha e uma de cor azul, uma para reuniões com órgãos do GDF e outra para reuniões com órgãos do Governo Federal<sup>7</sup>.

Sem entrar no mérito sobre eventual exagero da afirmação, é perceptível nos discursos das principais lideranças a preocupação em não adotar publicamente posições que possam implicar em alinhamentos políticos mais abertos. E, também nesta cooperativa, pode estar

---

<sup>7</sup> No Distrito Federal, a cor azul é identificada como própria do grupo do atual governador, enquanto que a cor vermelha é relacionada com o Partido dos Trabalhadores e, por consequência, com o Governo Federal.

ocorrendo uma espécie de ardil ou uma forma de defesa dos catadores, até mesmo em decorrência de experiências negativas anteriores.

### *Relações com a comunidade*

Por se tratar de cooperativa com grandes debilidades em termos de estruturação física, funcionando praticamente a céu aberto, com apenas um pequeno escritório em um terreno murado, a CORTRAP não tem conseguido estabelecer laços mais estreitos com a comunidade mais próxima.

Pela sua localização, entre a Cidade do Automóvel e a Vila Estrutural, a cooperativa vive situações diferentes. Com a comunidade pobre da Vila Estrutural, embora a CORTRAP tenha oferecido até o momento apenas umas poucas vagas na creche que funcionou por algum tempo com recursos do MNMMR, a relação é boa até pelo fato de oferecer oportunidade de renda para um número importante de famílias. Com os empresários nem tanto, uma vez que, na visão de alguns, a presença de uma cooperativa de catadores desvaloriza o local.

### *Relações entre os EES*

Pelas entrevistas feitas, percebe-se ser este um dos pontos mais fortes dessa cooperativa. A CORTRAP, através da ação de seus dirigentes, vem conquistando liderança junto às demais.

São constantes nas falas de diversas organizações e também dos catadores das outras cooperativas as afirmações quanto à participação dos membros da CORTRAP nos fóruns e eventos nacionais da categoria, além do papel por eles desempenhado na organização do MNCR na região Centro-Oeste e na construção da rede (CENTCOOP-DF).

Ao que se consegue apurar, tal nível de envolvimento tem custado grande esforço e desgaste para os dirigentes, mas traz conhecimentos e oportunidades de trocas de experiências para dentro da cooperativa, com significativos ganhos em termos de qualificação do debate interno. A própria decisão de tornar mais coletivos os processos e mais equânimes os ganhos seria resultado desse aprendizado, no convívio com dirigentes de cooperativas de catadores de outras regiões e até de outros países.

#### 4.2.4 - EES 3 - COOPATIVA

##### *Relações com Organizações de Referência*

Na análise das entrevistas e na realização dos grupos focais, percebeu-se que o relacionamento dessa cooperativa com as organizações de referência divide-se em dois momentos bem distintos.

O primeiro momento teria ido até meados de 2004. Até essa época, segundo os relatos, eram permanentes os despejos e violências policiais contra o grupo por parte do órgão do GDF encarregado de disciplinar o uso do solo urbano (SIVSOLO), devido à cooperativa ocupar área considerada irregular. Foi até esse período que a relação da COOPATIVA com as entidades de natureza ideológica foi mais intenso e coeso, principalmente com o MNMMR, uma vez que a questão fundamental que se colocava era a resistência política contra o órgão do GDF.

Nesse particular, é recorrente no discurso dos catadores dessa cooperativa o reconhecimento sobre o que representou a diminuição dos despejos. Em todos os grupos focais, no momento em que eram estimulados a falar sobre fatos marcantes do seu passado recente, os cooperados da COOPATIVA se antecipavam a todos os demais para mencionar o significado desse fato para as suas vidas, utilizando expressões como: “diminuiu a perseguição”, “pararam de queimar o nosso material”, “pararam de queimar os nossos barracos”, “não entraram mais na nossa favela” etc.

Num outro momento, a partir de meados de 2004, sem os sobressaltos cotidianos dos despejos, esvaziou-se sensivelmente o relacionamento com as organizações de natureza ideológica e ampliou-se um pouco o relacionamento com organizações de natureza pragmático-funcional. A partir de algum assessoramento de entidades do Fórum Lixo & Cidadania, a cooperativa acessou recursos da Fundação Banco do Brasil para instalar sistema de fornecimento de água potável às famílias e adquirir um caminhão destinado à coleta e comercialização dos materiais.

Enfim, é presente no discurso de todas as entidades de caráter ideológico a condenação ao direcionamento dado pelo presidente da cooperativa nos últimos tempos que, segundo elas, obtém benefícios estruturais para a cooperativa, mas que tais bens são utilizados de forma arbitrária pelo presidente, resultando em conflitos internos. Percebe-se nessas falas certa reserva em relação à doação do caminhão, com as entidades aparentemente considerando um apoio precipitado por parte da FBB, frente ao baixo grau de organização interna da cooperativa. Apesar dessas ressalvas, de todas as organizações de referência de caráter

ideológico, é o MNMMR que mantém melhores relações com a cooperativa, mantendo uma imagem de respeito perante os catadores.

As de caráter pragmático-funcional, embora preocupadas com os conflitos internos, vão mantendo seu apoio, principalmente a Fundação Banco do Brasil e Voluntários-CEF, focando-se agora na construção do galpão para a cooperativa. No discurso dos representantes dessas entidades verifica-se crença na hipótese de que as relações internas tomarão outra dinâmica a partir de uma nova realidade da cooperativa, devidamente instalada num galpão, em terreno de sua propriedade. Tal raciocínio fica mais evidente no discurso do representante dos Voluntários-CEF: “sem o estresse dos despejos, o galpão poderá ser mais do que mero espaço físico”, “será ambiente de reflexão e de troca”, “dará muito mais credibilidade perante parceiros”.

Mas, também aqui percebe-se o efeito da relação das organizações de referência com essas cooperativas, com desdobramentos internos positivos. No discurso do representante da Fundação Banco do Brasil, surgiu reação interessante: “se um membro de organização de apoio não mudar ao ver seres humanos atolados no lixo, em meio a urubus, certamente ela está em lugar errado...tem que procurar outra coisa para fazer”. Na fala de um representante da organização Voluntários-CEF verificou-se visivelmente o encantamento com o fato de a Fundação Banco do Brasil ter superado obstáculos normativos e doado o caminhão a uma cooperativa “sem endereço”, “sem local”.

### *Relações com Organizações Governamentais*

Embora não transpareça de forma tão clara quanto nas entrevistas com organizações de referência, as relações da COOPATIVA com organizações de governo também são atravessadas por permanentes tensões.

Pelo que se consegue captar, seja pelas condições de sobrevivência das pessoas que compoem o quadro associativo, vivendo acampados em barracos de papelão em meio aos materiais que armazenam para vender, seja pela história de vida das pessoas, em sua maioria ex-moradores de rua ou ex-meninos de rua, como o próprio presidente, seja pelo temperamento explosivo do principal dirigente, a verdade é que os conflitos são constantes.

Vários atores entrevistados relatam episódios de tensão com o presidente da COOPATIVA interrompendo reuniões aos gritos, cobrando mais urgência no cumprimento de compromissos ou acusando órgãos públicos de omissão. Aparentemente, tal postura se dá indistintamente de qual o governo envolvido.

Mas, ao que parece, essa cooperativa trabalha bem esses tensionamentos, com movimentos permanentes de *tensionamento-distensionamento*, conseguindo alguns apoios importantes como a doação do terreno para a sede e a inclusão dos filhos dos catadores em políticas públicas, principalmente na educação.

### *Relações com a Comunidade*

Não foram observados fatos de grande relevância neste aspecto, possivelmente em função do local ocupado pela cooperativa, bastante isolado de moradias e estabelecimentos comerciais.

Com potenciais doadores de material verifica-se melhora, com vários relatos nos grupos focais por parte de catadores dessa cooperativa considerando importante a mudança no tratamento recebido dos comerciantes a partir do momento que começaram a transitar com o caminhão e com as carroças devidamente identificadas como pertencentes à cooperativa. Diz um catador ter ouvido de comerciantes: “esses catadores estão metidos mesmo, até caminhão já têm...”.

### *Relações entre os EES*

Também nessas relações, são diversos os relatos de tensões, em sua maioria atribuídos a destemperos verbais do presidente da COOPATIVA

Porém, pelos relatos, ultimamente, tem ocorrido maior isolamento dessa cooperativa, reduzindo-se muito a presença de seus representantes nos ambientes comuns a esses grupos (Fórum Lixo&Cidadania, equipe pró-central, fóruns pró MNCR etc).

Da parte das entidades, parece prevalecer a idéia de que existe um deslumbramento do presidente da cooperativa, que se acharia encantado com as possibilidades que estão se abrindo, ignorando que tais conquistas só estão se concretizando devido à organização anterior. Na fala do dirigente acusado, são recorrentes acusações contra falta de objetividade das reuniões organizadas pelas entidades.

O fato considerado consenso é que o aumento da oferta de pontos de coleta nos últimos tempos, em razão da publicidade que o movimento dos catadores tem conseguido, vem aumentando a disputa entre as cooperativas pelos melhores locais. O fato mais lembrado nas entrevistas é o acirramento ocorrido nos últimos meses entre a COOPATIVA e a CORTRAP, duas cooperativas anteriormente muito solidárias entre si, por conta de pontos de coleta rentáveis como o do edifício sede do Banco do Brasil.

Este fato traz-nos para uma reflexão sobre a problemática da concorrência no interior da economia solidária. A concorrência entre membros no interior da cooperativa transpõe-se em certa altura para a relação entre cooperativas. Como trabalhar isso? Até que ponto a inexistência total de concorrência poderia prejudicar o desempenho dos grupos e, por consequência os resultados para seus membros? O “acumular mais” resíduos para comercialização poderia dar origem ao “dar mais” para os membros de todas as cooperativas numa relação baseada no chamado *paradigma da dívida*?

### **4.3 Análise da Dimensão Sócio-psicológica**

#### **4.3.1 EES 1 - Cooperativa 100 DIMENSÃO**

##### *Democracia*

Pelo que se pôde verificar na análise das entrevistas, é no aspecto *democracia* que residem as maiores controvérsias entre organizações de apoio em atuação no Distrito Federal, no que se refere às práticas internas da 100 Dimensão. Nos grupos focais realizados com catadores associados a essa cooperativa não se revelou o mesmo quadro.

Na verdade, o ponto de controvérsia não se encontra no funcionamento das instâncias de decisão ou mesmo na regularidade dos processos de eleição interna. A principal questão reside no estilo de liderança exercido pela presidente da entidade que, segundo as organizações de natureza ideológica e, em bem menor grau, também nas pragmático-funcionais, seria muito baseado no empreendedorismo individual da dirigente, transformando-se numa gestão fortemente centralizada, comandada sob “mão de ferro” ou “manipulada por um pequeno grupo”.

Ao ouvir determinada organização pragmático-funcional tem-se um quadro totalmente inverso, com a 100 Dimensão sendo apontada como exemplo de democracia e de gestão cooperativa. Em relação à maioria das demais cooperativas, a representação dessa organização de apoio classifica como cooperativas de “lideranças muito fracas” ou “cooperativas só no nome”.

Novamente, surgem aqui desdobramentos do fato de o acompanhamento das entidades de apoio se dar por cooperativa, o que as impede de ter uma visão do que ocorre no todo. Tal constatação provém tanto das conclusões das organizações ideológicas com relação à 100 Dimensão, como de parte das pragmático-funcionais em relação às outras.

Embora ao se ter contato com a filosofia que dá suporte aos treinamentos e consultorias recebidos pela 100 Dimensão fique evidente a ênfase na figura do líder da organização, espécie de “super-homem” ou “super-mulher”, treinado (a) para defender a cooperativa e liderá-la em todas as circunstâncias, parece existir exagero em relação aos efeitos de tal fato sobre a gestão da entidade.

Ao serem provocados a falar sobre este assunto nos três grupos focais realizados, os cooperados da 100 Dimensão demonstraram que, de fato, conservam uma espécie de culto à personalidade. Registre-se que em nenhum dos grupos esteve presente a Presidente da cooperativa. Porém, contradizendo as análises sobre centralização de poder, em sua maioria,

os membros da cooperativa exibiram detalhados conhecimentos sobre o que se passa na gestão da entidade, desde o funcionamento das instâncias decisórias, estratégias de curto e longo prazos, conhecimentos do setor econômico da reciclagem, questões operacionais etc.

Em relação à questão do respeito às instâncias e à regularidade dos processos eleitorais, a pesquisa de campo revelou aspectos interessantes. Ao que se percebe nos discursos dos cooperados, o conselho fiscal, por exemplo, é uma instância viva, com intenso funcionamento e renovada constantemente. A eleição da diretoria ocorre de forma gradual, renovando-se por partes, mas é plenamente aberta, inclusive já tendo ocorrido disputa de chapas. Para o julgamento de casos disciplinares envolvendo associados, embora pelo estatuto a alçada de decisão seja da própria diretoria, foi criada instância informal mais ampliada incluindo todos os sócios que desejam participar.

### *Igualitarismo e Cooperação*

Para efeito destas análises é entendida a idéia de igualitarismo como a garantia de igualdade de acesso às condições e oportunidades oferecidas aos associados, com base nas diferenças de participação dos membros, mas sob critérios aceitos por todos e com vistas à sustentabilidade e continuidade do empreendimento.

Verifica-se nas falas dos membros da cooperativa satisfação com o sistema de “células” de produção vigente na cooperativa. Por esse sistema, é feita uma verificação sobre o material recebido, selecionando a parte passível de aproveitamento nas células de produção de artesanato (reciclagem de papel, lacres de alumínio, metal, madeira etc). Todo o restante é destinado à célula de triagem.

Ao final do mês, a administração repassa o resultado obtido por cada célula, descontando o valor necessário para a cobertura dos custos de funcionamento (água, energia, telefone, alimentação etc) e para os fundos estatutários. Ao final do exercício é verificada a existência de excedentes e, existindo, é repassado segundo critérios aprovados em cada ano. Em 2005 prevaleceu critério que destinava valores maiores aos associados envolvidos em tarefas mais pesadas ou insalubres.

Enfim, percebe-se que permeia no conjunto dos associados o sentimento de que é justa a divisão dos resultados e que a continuidade da cooperativa vai sendo preservada. Segundo foi possível apurar nas entrevistas, embora a receita das células sofra certa sazonalidade, em geral não ocorrem grandes discrepâncias no ganho dos cooperados, permanecendo uma diferença de no máximo 80%. Neste momento, por exemplo, os cooperados estariam com renda entre R\$ 400,00 e R\$ 600,00, dependendo de qual célula estejam participando.

Outra medida de equanimidade surgida nas falas dos participantes foi o mutirão de limpeza, do qual participam periodicamente todos os membros da cooperativa, independentemente de função.

Também segundo os presentes, não é permitida a existência de relações de assalariamento no interior dos grupos. Pelos relatos, observou-se que é forte o vínculo das pessoas com o trabalho em regime cooperativo. Alguns cooperados foram enfáticos em dizer que nenhum associado da 100 Dimensão aceitaria voltar ao regime assalariado capitalista.

E, por fim, é nos relatos dos cooperados envolvidos nas oficinas de artesanato que se consegue ter uma visão melhor sobre o aspecto *cooperação*. Segundo esses catadores, é comum no trabalho artesanal, com diferentes materiais, os processos de criação, planejamento e execução serem exercidos pelos mesmos trabalhadores. Outra afirmação muito presente é em relação à disposição de ajuda mútua presente nesses ambientes, com os artesãos mais experientes transferindo conhecimentos para os mais novos, combinando relações de gratuidade e aprendizado mútuo. Pelo que se consegue perceber, rompe-se aí a tendência à fragmentação e à competição interna típica da relação capitalista.

#### **4.3.1 EES 2 - CORTRAP**

##### *Democracia*

Nas entrevistas com organizações de referência, eram freqüentes os elogios à forma de condução das decisões internas, geralmente pautadas pelo equilíbrio e pelo normal funcionamento das instâncias.

Mesmo no episódio em que a cooperativa rompeu com o sistema antigo de funcionamento, muito baseado no individualismo, adotando outro de corte mais igualitário, num processo traumático que resultou na saída de aproximadamente 40 membros, as avaliações dos atores externos eram de que o processo foi conduzido dentro da normalidade, respeitando-se o direito de argumentação dos catadores contrários à proposta da diretoria.

No geral, nas reuniões com os catadores não ficou caracterizada a impropriedade de tais análises. Porém, dois aspectos chamaram a atenção: i) referências a respeito de manipulações nas decisões internas, com base em relações familiares, por parte do presidente. Referências à “família do presidente”; ii) evidências de baixo nível de conhecimento dos membros a respeito de questões importantes da cooperativa, transparecendo haver excessiva concentração de informação nos cargos de maior expressão, o que pode implicar também em limitada capacidade das pessoas em participar efetiva e qualitativamente das decisões.

## *Igualitarismo e Cooperação*

Na CORTRAP o debate em torno do igualitarismo e da cooperação passa, necessariamente, pelas mudanças empreendidas no sistema da cooperativa neste ano, implicando numa profunda mudança de paradigmas.

Pelo sistema anterior, os pontos de coleta eram individuais, pertencendo a determinados associados ou a grupos de associados. O leiaute interno e a divisão do trabalho no ambiente da cooperativa refletiam a individualização dos processos, com “bairros” separando o material e o espaço de trabalho de cada pessoa ou, às vezes de um núcleo familiar. Outras vezes as “bairros” agrupavam núcleos em que o líder era o dono do material e os demais recebiam valores fixos pelo trabalho diário ou semanal na separação. Da mesma forma que a coleta e a separação do material no interior da cooperativa, também o processo de comercialização era feito individualmente, com cada cooperado ou grupo se relacionando com um determinado intermediário.

Pelos relatos das pessoas, os aspectos negativos mais sentidos desse sistema eram: i) nos dias de venda, a cooperativa “hospedava” enorme número de atravessadores de material, que se aproveitavam do tempo e contato com os catadores para defender seus pontos de vista e minar os esforços da diretoria; ii) tornava-se comum que um catador que tivesse mais contatos e obtivesse mais doações assalariasse outros para a execução do trabalho de triagem. Num dos grupos uma das catadoras chegou a confessar que ela assalariava a própria mãe; iii) as diferenças de ganho eram brutais, com catadores “patrões” ganhando cerca de R\$ 800,00 por semana e os seus auxiliares auferindo no máximo R\$ 50,00.

Com a mudança, todos os pontos de coleta passaram a pertencer ao conjunto dos associados, mesmo os de maior rentabilidade financeira. Organizaram-se dois grupos de produção, um com 39 membros e outro com 59 e, a cada semana, é realizado um rodízio dos pontos de coleta de forma que nenhum dos grupos fique com exclusividade sobre os pontos de maior rendimento. Cada grupo se ocupa da separação do material originado nos pontos que lhe couberam naquela semana. Após a separação, o material de cada grupo é pesado e comercializado em conjunto, para uma determinada empresa, vencedora de um processo de “licitação” realizado. Desse montante, a cooperativa retira o percentual de 3% para cobertura de suas despesas fixas e para os fundos estatutários.

Nos grupos focais, as principais vantagens apontadas pelos catadores foram: i) fim do assalariamento no interior da cooperativa; ii) o ganho ficou muito mais equânime, embora o grupo menor ainda tenha rendimento maior; iii) existência de maior disposição das pessoas

para interrupções no trabalho para participação em eventos formativos; iv) disposição das pessoas para iniciar novas atividades produtivas no interior da cooperativa, como o grupo de artesanato, por exemplo; v) aumento da cooperação entre as pessoas, com mais aprendizado; vi) o fornecimento de *containers* pela empresa compradora para colocação nos locais traz melhora porque evita situações anteriores, em que os catadores dormiam nas ruas tomando conta de suas pilhas de material.

Embora aparentemente a maioria concorde com as medidas, permeiam nas falas algumas dúvidas em relação à condição desse novo sistema remunerar o esforço adicional feito por alguns membros. Transparece existir a preocupação de que ocorra acomodação e caia a produtividade da cooperativa como um todo. Outra preocupação muito presente em alguns discursos é quanto à venda centralizada em uma só empresa, particularmente quanto à criação de dependência dos caminhões e equipamentos colocados à disposição da cooperativa pela empresa “parceira”.

Enfim, embora o processo aparentemente preserve o aspecto da sustentabilidade da cooperativa, uma vez que ela detém controle sobre o que é comercializado e desconta “na fonte”, é preciso avançar no aperfeiçoamento do sistema, de forma a garantir a motivação das pessoas para o aumento da produção, tanto em volume quanto em qualidade.

No aspecto da capacidade da cooperativa em promover a ressocialização desses indivíduos, em sua maioria originários da vida nas ruas, na CORTRAP têm-se exemplos muito positivos desse processo, conforme apontado por organizações de referência. É apontado o próprio caso do presidente da cooperativa, que se alfabetizou após assumir o cargo e que, em poucos anos, de catador isolado e acampado no cerrado, consegue gerir os rumos do empreendimento com desenvoltura. Ou mesmo o caso de um filho de cooperado, ex-acampado da área de cerrado onde foi o início da cooperativa e que hoje cursa Ciências da Computação na Unb. Mas, contraditoriamente, também na CORTRAP, são apontados vários casos de violência doméstica ocorridos em períodos não muito distantes.

Pelas conclusões das entrevistas, a ressocialização ocorre, mas não pelo simples fato de o indivíduo passar a participar de um empreendimento econômico de caráter solidário. Serão as práticas internas e as oportunidades que forem abertas, principalmente as de cunho formativo, como participação em palestras e cursos que determinarão a rapidez com que esse processo deverá ocorrer.

### 4.3.2 EES 3 - COOPATIVA

#### *Democracia*

As questões referentes ao aspecto *democracia*, no que se refere à COOPATIVA, despertam diferentes e apaixonadas manifestações, seja entre as manifestações de referência, entre os associados de outras cooperativas, ou ainda entre os seus próprios membros.

Em primeiro lugar, há que se ressaltar as condições de funcionamento dessa organização, muito mais como movimento político de resistência e de luta pela terra do que como organização econômica. Mesmo após a metade de 2004, quando recrudesceram os ataques da Sivsolo e da Polícia Militar, período em que a estratégia era quase totalmente direcionada a burlar ou, eventualmente, enfrentar a polícia, as condições de sobrevivência continuaram sendo terríveis. Nesse processo, desenvolveu-se um imaginário interno muito calcado em atos de coragem e heroísmo do presidente, colocando-o numa condição ora de salvador, ora de protetor, ora de chefe.

Outro aspecto ressaltado por representante de organização de referência refere-se à predominância de núcleos familiares na composição associativa da entidade, com o local de trabalho sendo também o local de moradia. Nesse processo, com as famílias habitando e trabalhando na mesma área, as relações autoritárias predominantes nessas famílias se transpõem para as relações de trabalho.

Questão também importante ressaltada por organização ideológica conhecedora das dinâmicas internas da cooperativa é a história de vida do presidente, como ex-menino de rua, tendo desenvolvido estratégias de defesa muito próprias, hoje reproduzidas no exercício da função. Enfim, seja qual for a causa, ou uma combinação de causas, a verdade é que as relações internas na cooperativa são de bastante tensão, conflitos e autoritarismo.

Nos associados verifica-se uma diferença de visão. Uns poucos, inclusive membros da atual diretoria, colocam-se como pólos passivos, vítimas de diversos tipos de pressão e constrangimentos para aceitação das decisões do presidente. Determinado membro da diretoria demonstrou sua auto-estima muito afetada por esse processo: “me sinto um nada”, “não sou nada”.

A maior parte dos associados entrevistados não vê grande mal nesse processo, reafirmando sua disposição de “seguir o presidente”, ou esperar para ver qual a decisão a ser tomada por ele para acompanhar. Alguns chegam a protestar contra a “falta de respeito” às ordens do presidente por parte de alguns associados.

Sobre o funcionamento das instâncias, o próprio dirigente principal assume ter dissolvido o Conselho Fiscal por decisão pessoal, expulsando da cooperativa todos os seus membros. Os papéis da diretoria, ao que se percebe nos relatos, não são exercidos com autonomia e são esvaziados pela ação do líder.

Os processos eleitorais não são livres, dependendo do principal dirigente colocar os nomes das pessoas nas listas para poderem fazer parte. Da mesma forma ocorre em relação às saídas da diretoria. O presidente traz para ele a responsabilidade de observar o desempenho das pessoas, julgando pessoalmente a permanência ou não do associado nos quadros da entidade em casos de insatisfação.

Provocado a falar sobre esses assuntos, o presidente demonstra contradições. Ora diz que a COOPATIVA é a mais democrática das cooperativas, apontando episódios em que ele próprio foi questionado pelos cooperados. Outra ora assume a condição de “ditador”, apontando casos em que a polêmica foi resolvida através da violência física: “já troquei murros com associados e depois tudo voltou ao normal”. Chega a dizer: “sou ditador mesmo, mas se não for assim eu não controlo isso aqui”, “são dois quilômetros de Cerrado. Se não for desse jeito, somos invadidos a toda hora”, “as eleições não podem ser muito abertas, pois não temos controle de quem entra e sai aqui de dentro”, ou “todas as vezes que falo que vou sair da presidência quase sou massacrado”.

Em alguns desses argumentos, como o seguinte: “se abrirmos muito pode vir algum oportunista de fora, me tirar daqui e ficar com o caminhão”, parece estar implícita uma estratégia de apontar um inimigo externo capaz de tomar o principal bem da cooperativa, como forma de manter a coesão interna.

Enfim, de positivo, parece haver uma crença entre os cooperados de que a mudança para o galpão de triagem e a definição de terrenos para moradia das famílias representarão a grande oportunidade para um processo de mudança nas relações internas. O próprio presidente parece criar essa expectativa entre os associados, seja por realmente acreditar nessa possibilidade, seja com um propósito mais utilitarista, visando manter o apoio das organizações pragmático-funcionais para a construção do galpão.

### *Igualitarismo / Cooperação*

Nos quesitos igualitarismo e cooperação também residem pontos de fragilidade. Na forma como é hoje, cada catador ou família de catadores tem seus pontos de coleta negociados junto a empresas, *shoppings*, condomínios ou órgãos públicos. Boa parte desses catadores recolhe esse material com suas carroças e trazem até a área da cooperativa, onde

vão formando suas pilhas de material, individualizadas. Outros, buscam com as carroças e trazem o material até determinado ponto, local em que o caminhão da cooperativa passa recolhendo.

Do ponto de vista da contribuição das pessoas para fundos de reserva ou equivalente, o que está instituído é que os cooperados que solicitam a ajuda do caminhão participam com o pagamento de um percentual de 2% para as despesas de manutenção do veículo e nada mais. Os demais contribuem apenas em cotizações eventuais, para atender em uma ou outra emergência.

A venda do material que é recolhido através do caminhão é feita de forma centralizada, sem um comprador específico, de acordo com o melhor preço oferecido. Os que não utilizam o serviço do caminhão comercializam livremente, cada um decidindo a qual atravessador” deve vender.

Nesse sistema, o uso do meio de transporte acaba sendo determinante na participação em processos mais coletivos. Alguns parecem não se beneficiar do caminhão por opção, principalmente por não concordarem com a taxa de manutenção. Outros alegam estarem fora da preferência do presidente e, portanto, não tem acesso ao benefício.

Estimulado a pronunciar-se sobre o assunto, o presidente alega que as condições de existência da entidade não favorecem a sistemas mais coletivos, uma vez que por funcionar em ambiente totalmente aberto, a cooperativa não consegue ter controle sobre entrada e saída de material ou de compradores particulares. Segundo ele, a partir da instalação da COOPATIVA no centro de triagem, pretende adotar um novo sistema que, na sua visão, teria semelhança com o adotado na Cooperativa 100 Dimensão, por células.

Enfim, não há porque não acreditar que realmente haja essa intenção, porém a adoção de sistema mais coletivo implicará em profunda mudança cultural, em razão de ser muito grande a resistência interna.

Sobre o aspecto da auto-estima e da ocorrência de processos de ressocialização na COOPATIVA, algumas participações nos grupos chamaram a atenção, tais como: i) a organização social construída até aqui, embora repleta de fragilidades, representa muito para esses indivíduos. Alguns chegam a dizer: “depois da cooperativa melhorou 100%”; ii) a participação na cooperativa assegura alguma identidade coletiva a esses indivíduos, uma espécie de emblema ou símbolo de pertencimento: “depois que os fiscais viram as placas nas nossas carroças eles diminuíram a perseguição”; iii) algumas organizações de referência avaliam que o uso de equipamentos, como o caminhão, reduz o sofrimento no trabalho e, talvez por isso, contribua para a melhora na auto-estima; iv) outras citam o fato dos catadores passarem a freqüentar ambientes de grandes organizações, com sofisticados auditórios e

gabinetes, como fator importante para o resgate da auto-estima dessas pessoas. Um desses representantes chega a perguntar: “imagine o que não representa para um catador ser recebido por quinze membros do primeiro escalão do Governo”.

## **4.4 Análise da Dimensão Gestão**

### **4.4.1 Considerações Gerais**

No caso da Cooperativa 100 Dimensão, por se tratar de organização com aspectos de gestão com uma complexidade um pouco maior que as demais, ao ponto de envolver atividades educacionais, prestação de serviços, oficinas de artesanato, além da natural comercialização e triagem de recicláveis, decidiu-se realizar entrevista semi-estruturada individual com a presidente, como forma de agregar maiores informações às já obtidas através dos grupos focais e entrevistas com organizações externas. As análises que resultaram dessa conversa específica serão informadas ao longo do texto.

#### **4.4.2.1 - EES 1 - Cooperativa 100 DIMENSÃO**

##### *Estratégia econômica*

Pelo que se conseguiu apurar via grupos focais e, posteriormente, na entrevista com a presidente, a 100 DIMENSÃO desenvolveu ao longo dos anos uma série de alternativas econômicas, assessorada nesse aspecto principalmente pelo SEBRAE-DF. Entre as principais, destacam-se: i) acesso ao comércio internacional, através da exportação de produtos artesanais elaborados com lacres de latas de alumínio; b) ingresso no mercado de brindes empresariais, através de produção de embalagens personalizadas, em papel artesanal; c) parceria com empresa privada (Farmacotécnica), visando à incorporação de tecnologia e busca de novos nichos de mercado para a produção de caixas; d) melhor estruturação do artesanato com resíduos metálicos; e) iniciativas para elevação do volume dos materiais coletados, até o atingimento de uma escala de 400t/mês etc.

Como forma de aumentar as vendas a cooperativa vem participando de feiras de artesanato e exposições. Para os próximos meses, está sendo viabilizada a busca de parcerias para a construção de espaço específico para venda de produtos da cooperativa, em área próxima ao atual galpão.

Paralelamente a essas iniciativas, a cooperativa vem intensificando contatos junto ao GDF e Governo Federal, visando regulamentar a aquisição de produtos originários da reciclagem por parte das empresas concessionárias e prestadoras de serviços de limpeza à administração pública.

Afora isso, pelo que se percebe no discurso dos cooperados, já existe um consenso interno quanto à necessidade de maior articulação com as demais cooperativas do setor, no

sentido da criação de uma experiência de rede de comercialização de materiais recicláveis, até como forma de aumentar o poder de barganha na comercialização.

Como se vê, pela diversidade de iniciativas e pelo estágio já avançado de algumas delas, verifica-se que no campo da estratégia econômica esta cooperativa apresenta boas respostas.

### *Produção e Tecnologia*

Pela facilidade de acesso a parcerias nessa área e pela escolaridade dos cooperados, bastante superior à média das outras cooperativas, a 100 Dimensão vêm conseguindo assegurar boa utilização dos equipamentos de que dispõe, nas diferentes oficinas.

Na entrevista com a Presidente, foi demonstrada a estratégia da 100 Dimensão em relação aos seus espaços físicos. Segundo ela, ocorrerá nos próximos meses a construção de pelo menos três novos galpões, com a atual sede destinada para as atividades de caráter mais cultural e educacional. A maior parte dos recursos já estariam assegurados. Com isso, deverão melhorar ainda mais as condições de trabalho dos associados.

### *Administração e Autogestão*

Particularmente na entrevista com a principal dirigente da organização, ficou evidenciada a importância que vai sendo atribuída internamente ao aspecto *profissionalização*. Pelo apurado, já estão assegurados recursos junto à Fundação Interamericana para contratação de profissionais de nível superior nas áreas de Direito, Administração Cooperativa, Contabilidade e Psicologia / Assistência Social, por um prazo de dois anos. Segundo o projeto, após esse prazo, a cooperativa já terá atingido o almejado patamar de 400t/mês de material processado e já poderá arcar com os custos desses profissionais.

O principal argumento para a introdução de um quadro técnico para apoio à gestão é a crescente complexidade da administração da cooperativa, fato que estaria a exigir o fim dos “amadorismos”. Em certo momento, a Presidente justificou a medida afirmando ser ela e a maioria dos outros diretores, pessoas “do povo”, que “nunca freqüentaram bancos de faculdade”.

Questionada sobre o risco de burocratização, com o corpo técnico gradualmente se apropriando de poder de mando e solapando poderes dos verdadeiros “donos” do empreendimento, a dirigente argumentou no sentido contrário, dizendo que a garantia da não

ocorrência de tal processo estaria na clareza dos dirigentes em relação à missão da instituição e que isso, por si, seria suficiente. Argumentava também não ver mal no fato desses técnicos, ou parte deles, serem incorporados mais à frente como membros da cooperativa, assumindo cargos de direção pelo próprio sistema eleitoral.

Analisando tal quadro, transparece que os principais dirigentes, angustiados com a quantidade e complexidade das demandas surgidas ultimamente, pela diversificação de ações e pelo enorme aumento do número de parcerias, vêem a profissionalização como uma espécie de “solução mágica”. Na verdade, transparece no discurso, uma avaliação superestimada dos efeitos da competência acadêmica na gestão empresarial. Não que, como diz Paul Singer (2000, p.22), os empreendimentos solidários possam “dispensar a presença de especialistas”, mas não se pode ignorar o crescimento que a cooperativa teve até o momento, recorrendo somente a assessoramento externo, do próprio SEBRAE-DF.

Ao que parece, não há uma reflexão interna em relação à questão da autogestão. Não que essa questão se resuma à contradição heteronomia *versus* autonomia e que a entrada de técnicos em gestão necessariamente vá significar o predomínio do elemento externo nas decisões, pois em outros quesitos relacionados à autogestão a cooperativa tem acúmulos importantes. Porém, pelo relacionamento privilegiado da cooperativa com organizações muito apegadas ao cooperativismo tradicional, existe a possibilidade de que o risco da burocratização jamais seja debatido.

Como ressalva, ao final, percebeu-se na fala da dirigente a expectativa de que esse conhecimento acadêmico vá sendo absorvido pelos cooperados ao longo desse tempo e, também, detalhes sobre a estratégia da organização para a formação dos dirigentes da cooperativa, com alguns deles já tendo obtido bolsas em universidades para graduação superior.

Sobre a presença de elementos autogestionários na administração da cooperativa, conforme já demonstrado ao longo de outros tópicos, destacariam-se os seguintes: i) controle dos chamados meios de produção, uma vez que todos os equipamentos fundamentais são de posse da cooperativa; ii) condição de fazer funcionar as atividades com eficiência e eficácia; iii) prática da democracia interna; iv) autonomia crescente, em particular em relação a agentes externos.

Questões também interessantes e que mereceram considerável destaque nas entrevistas, revelando a existência de reflexões de natureza mais estratégica e relacionadas à sustentabilidade da instituição ao longo do tempo, foram: i) existência de decisão interna pela criação de uma Oscip (Organização Civil de Interesse Público) que passaria a absorver determinadas funções hoje desempenhadas pela cooperativa, particularmente as relacionadas

à assistência, lazer, cultura e contratos de prestação de serviços; ii) com tal medida, ficariam centralizadas na cooperativa apenas as atividades de natureza econômica; iii) a Oscip e a cooperativa comporiam um modelo de “governança” dirigido por um conselho de cooperados e pessoas da comunidade; iv) existem iniciativas das cooperativas no sentido do envolvimento dos filhos dos cooperados, visando estabelecer vínculos com a nova geração, em especial no debate de temas ambientais.

Enfim, ao final, a partir de uma série de afirmações da principal dirigente ao longo da entrevista individual, quando foram repetidas expressões como “capitalizar a cooperativa”, “ser o melhor empreendimento social do Centro-Oeste”, “ser uma das melhores empresas sociais do Brasil”, “não estamos aqui para fazer filantropia” etc, fez-se questionamento quanto aos objetivos finalísticos de tal crescimento e a quem, em última instância, esse crescimento deverá beneficiar.

Embora a resposta tenha sido genérica, como “o objetivo é o ser humano” e ficar explícita uma lógica competitiva e meio empresarial na formulação de objetivos do tipo “ser o melhor”, fica evidente que todo o crescimento a ser perseguido deverá realmente resultar em mais postos de trabalho, mais renda para os cooperados e mais oportunidades para as comunidades próximas.

#### *Caráter Formativo e Educabilidade*

Adota-se aqui a conceituação de Jesus et al (in Gaiger, 2004) segundo a qual a efetiva consolidação de um EES como auto-gerido, democrático e participativo só ocorrerá “se os atores que o integram tiverem efetivas condições ou competências para assumi-lo, conduzi-lo, administrá-lo e fazê-lo produzir bens e renda”.

No caso da 100 Dimensão, percebe-se a preocupação da diretoria em manter permanente política de capacitação de seus quadros dirigentes, seja através de atividades internas, seja obtendo participação em eventos externos, ou através do aprendizado cotidiano, o chamado “aprender fazendo”.

Lado a lado com o desenvolvimento de competências técnicas e de gestão, observa-se ênfase na elevação da escolaridade do quadro associativo e na abertura de oportunidades de alternativas extra-curriculares para filhos de cooperados e pessoas da comunidade (cursos de informática, línguas estrangeiras, atividades culturais etc).

No caso da participação dos cooperados em cursos “de linha” ou “pacotes” de instituições como OCDF ou SEBRAE-DF, prática já incorporada ao cotidiano da cooperativa, não ficou evidenciada nas entrevistas uma preocupação crítica com a efetiva aplicabilidade

dos conteúdos de tais eventos, tanto para o domínio de tecnologias, tanto para a assimilação de práticas gestonárias democráticas e participativas.

#### **4.4.3.1 - EES 2 - CORTRAP**

##### *Estratégia econômica*

Conforme demonstrado em tópicos anteriores, particularmente quando foi detalhado o processo de mudança no sistema de trabalho da cooperativa, a CORTRAP avançou em suas práticas internas e adquiriu maiores condições de controle sobre o produto comercializado.

Entretanto, ou por fatores conjunturais, como a queda nos preços dos materiais recicláveis ocorrida nestes últimos meses no mercado internacional, com grandes reflexos no mercado nacional, ou pela dependência criada em relação a determinada empresa compradora, devido à centralização das vendas adotada, a verdade é que a cooperativa precisa avançar em alternativas.

Uma delas é a diversificação da produção, com as mulheres passando a se envolver em atividades artesanais, com o apoio de organizações de referência.

A outra é a ênfase que vem sendo dada no interior da CORTRAP para a criação da rede de comercialização de materiais recicláveis. Pelo discurso dos dirigentes, a venda em rede traria as seguintes vantagens: i) acabaria com os descontos abusivos praticados pelos compradores nos momentos da pesagem; ii) permitiria formar volumes que justificariam o frete de caminhões maiores, para venda de materiais em outras praças, principalmente no Sudeste, com preços bem melhores; iii) permitiria, no médio prazo, desenvolver experiências de industrialização de produtos de baixo apelo comercial, como plástico-seda, por exemplo.

##### *Produção e Tecnologia*

Na fala dos representantes dessa cooperativa aparecem como grandes expectativas a construção do galpão e, a partir daí, uma maior condição de utilização de tecnologia e equipamentos nos processos da CORTRAP. O projeto elaborado para o galpão por arquitetos voluntários da CEF contempla grandes melhorias nesse particular, com ambiente próprio para refeições, banheiros, áreas próprias para carregamento e descarregamento etc.

Na maioria das intervenções aparecem referências ao sofrimento provocado pelo trabalho realizado praticamente a céu aberto, sob muito sol durante o verão e em meio à lama durante o inverno.

A inexistência de um ambiente apropriado dificulta a utilização da prensa doada à cooperativa, além de equipamentos de proteção individual, outro item muito lembrado pelos catadores dessa cooperativa, principalmente em razão de doenças, como a *Leptospirose*.

Ao que se percebe, é o caminhão o equipamento que representa maior ganho para a entidade, com uma utilização permanente e, inclusive, já acima da capacidade, com necessidade de outro.

#### *Administração e Autogestão*

Pelo que foi apurado, essa cooperativa tem organizado os controles mínimos para um processo de transparência para com os associados, registrando as quantidades comercializadas, valores, repartição entre os sócios etc.

O único assessoramento percebido nessa área é de um contador externo. A cooperativa não possui equipamento de informática, devendo adquiri-lo nos próximos meses, no bojo do projeto do galpão.

Apesar de não exibirem grandes sofisticções, os métodos de registro e controle da cooperativa aparentemente satisfazem às necessidades e atendem minimamente às expectativas dos associados.

A mudança introduzida recentemente abre possibilidade de avanço nas práticas autogestionárias. No quesito de efetiva capacidade de fazer funcionar as atividades da cooperativa com eficiência e eficácia e no quesito exercício da democracia interna, as condições atuais são interessantes, conforme já demonstrado. Mais crítico é o aspecto *autonomia* frente a agentes externos, principalmente em relação ao uso de vários equipamentos de propriedade da empresa compradora de materiais.

#### *Caráter formativo e educabilidade*

Sobre este aspecto, embora por uma série de limitações a cooperativa não tenha conseguido colocar em prática uma política formativa, percebe-se que o intenso intercâmbio que a CORTRAP tem mantido com agentes externos, em boa parte graças à postura aberta de sua diretoria, tem assegurado um desenvolvimento de algumas competências importantes para a cooperativa. Inclusive, alguns de seus quadros dirigentes vem se destacando em fóruns e instâncias nacionais dos catadores.

Entretanto, as perspectivas de crescimento da CORTRAP, com novos produtos e novos negócios, exigem o desenvolvimento de outras competências, que dependerão de um contato bem mais intenso com algumas organizações de referência que só agora começam a

se aproximar. Na fala de uma catadora dessa cooperativa ouviu-se a frase: “precisamos aprender mais, para ninguém enganar a gente...”.

#### **4.4.4.1 - EES 2 - COOPATIVA**

Os aspectos mais relevantes relacionados à gestão da COOPATIVA já foram tratados transversalmente quando da abordagem das demais dimensões. Além disso, tem-se a própria realidade da cooperativa que, como já dito, tem funcionado mais como um movimento político de resistência e de luta pela posse da terra do que como organização econômica, restringindo essa dimensão à mera luta pela sobrevivência.

Nos próximos meses, confirmada a previsão de transferência da cooperativa para dentro do centro de triagem a ser construído, com esses trabalhadores compartilhando um espaço físico de produção, uma série de dinâmicas novas deverão se estabelecer.

É evidente que, mesmo os rudimentares elementos utilizados para gerir o uso do caminhão que a cooperativa possui ou para contabilizar os poucos recursos que transitam pela conta central, já se acham permeados pelas tensões que provém das relações internas ou das práticas culturalmente instituídas. Mas tais questões já foram tratadas nos tópicos relacionados às outras dimensões.

## CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES E LIMITES

Este estudo teve como objetivo principal identificar as demandas que emergem do processo de organização pelo qual vão passando os empreendimentos solidários do setor da reciclagem no Distrito Federal. Pelas características do curso, de caráter profissional, o foco de estudo guarda aderência com o interesse da instituição à qual o pesquisador se acha vinculado.

Pretendia-se também identificar os esforços desenvolvidos pelos empreendimentos no campo da gestão, examinar a influência dos fatores de natureza sócio-psicológica e analisar o apoio proporcionado pelos agentes externos para o sucesso dessas organizações não apenas do ponto de vista econômico, mas no plano das relações internas, na luta por políticas públicas e no processo de ressocialização dos indivíduos.

Ao final, conclui-se que o trabalho de pesquisa realizado juntos aos três empreendimentos escolhidos contribuiu para uma melhor compreensão de uma série de questões relacionadas à economia solidária no setor da reciclagem no Distrito Federal, fornecendo elementos não apenas para orientar a ação das instituições apoiadoras, mas para os próprios empreendimentos em seus planejamentos futuros.

Do ponto de vista acadêmico, foram trazidos dados recolhidos no trabalho de campo que extrapolaram o foco da presente pesquisa, ficando aberta a possibilidade de, em estudos futuros, serem aprofundadas algumas questões, conforme detalhado na parte final desta seção.

Mas, a primeira conclusão objetiva foi quanto à existência de consideráveis diferenças entre as três cooperativas, sendo que muitas delas remontam à própria origem e à motivação inicial para a criação dos empreendimentos. Enquanto a 100 Dimensão surge da iniciativa de um grupo de desempregados da periferia, com razoável grau de escolarização que buscam apoio do SEBRAE para o início de uma atividade produtiva, as demais são formadas a partir da ação de instituições de caráter ideológico ou político-ideológico, na busca de alternativas de sobrevivência para grupos de moradores de rua acampados irregularmente em áreas públicas.

Em função disso, decidiu-se pela separação das *demandas* que emergiram no processo de pesquisa, em dois grupos: demandas comuns e demandas específicas. Como demandas comuns apresentam-se aquelas de caráter mais geral, vinculadas ao fato de tais empreendimentos partilharem de um campo organizacional comum, independente de seu estágio organizativo enquanto EES. Específicas são aquelas mais particularizadas, ajustadas ao estágio de desenvolvimento do empreendimento em determinados aspectos.

Então, em primeiro lugar, conclui-se que seriam as seguintes demandas as de caráter comum:

- Necessidade de trabalho mais sinérgico entre as organizações de referência, tanto as de caráter ideológico quanto de caráter pragmático-funcionais, atuando a partir de planejamentos periódicos conjuntos e de prioridades definidas em comum acordo com as organizações de catadores;
- Fortalecimento das instâncias de articulação e cooperação entre as organizações de catadores e entre estas e a sociedade, de forma a qualificar e dar mais representatividade ao debate com o Governo do Distrito Federal, particularmente no que toca ao projeto de implantação da coleta seletiva já anunciado e melhor explorar as diversas possibilidades abertas no âmbito do Governo Federal ;
- Efetiva implantação da rede solidária de comercialização de materiais recicláveis, como forma de dar ao conjunto desses empreendimentos as condições para enfrentamento da ação dos intermediários que atuam na cadeia produtiva (ou nas diversas cadeias produtivas como papel, plástico, metal etc) e para criação de novas alternativas de produção;
- Luta comum por políticas públicas específicas para o setor, como ações de combate às doenças que mais afetam os catadores e por ações na área da habitação popular;
- Desenvolvimento de ação conjunta junto aos meios de comunicação, visando sensibilizar a sociedade para a destinação dos resíduos reaproveitáveis às cooperativas e associações, elevando o volume de materiais recebidos e a renda dos catadores envolvidos;
- Maior apropriação por parte das demais cooperativas do conhecimento desenvolvido na 100 Dimensão nestes últimos anos, particularmente nos aspectos relacionados à conquista de parcerias e à viabilização econômica, mercado etc.

Por outro lado, as de caráter específico seriam as seguintes:

<b>Aspectos de Análise</b>	<b>Principais Demandas Específicas, por EES</b>
Democracia	COOPATIVA - Repactuação interna quanto aos poderes das instâncias diretivas e de fiscalização da entidade, rediscussão do sistema eleitoral e revisão estatutária.
Igualitarismo	<p>CORTRAP - Aperfeiçoamento do sistema em fase de implantação, buscando formas de melhor reconhecer as diferenças de participação e contribuindo para a viabilização econômica do empreendimento;</p> <p>COOPATIVA - Definição coletiva de sistema que respeite as especificidades da cooperativa, mas que gradualmente possa romper com a lógica individualista do sistema interno de produção e comercialização;</p>

	100 DIMENSÃO - Consolidação do sistema de “células” existente, criando formas de avançar nos aspectos autogestionários e na cooperação.
Cunho Formativo	<p>CORTRAP - Maior aproximação com organizações que tenham ênfase nos aspectos relacionados à produção, mercado e gestão e desenvolvimento de projeto que vise o aumento da capacidade crítica da base de cooperados;</p> <p>COOPATIVA - Construção de programa de formação que dialogue com as necessidades reais da cooperativa, inserindo atividades que auxiliem na transição pela qual a cooperativa necessita passar, particularmente na repactuação dos aspectos da democracia interna e na mudança dos sistemas de coleta e comercialização;</p> <p>100 DIMENSÃO - Desenvolvimento de “inteligência” interna relacionada às questões de cunho formativo, direcionando a formação dos membros às necessidades estratégicas da Cooperativa.</p>
Infra-Estrutura	<p>COOPATIVA - Construção de galpão básico para a triagem e estocagem de materiais, além de equipamentos mínimos como prensa e balança;</p> <p>CORTRAP - Construção de galpão básico e <i>containers</i> próprios, para redução da dependência da empresa compradora;</p> <p>100 DIMENSÃO - Novo galpão para triagem e local para venda dos produtos.</p>
Administração	<p>CORTRAP - Aperfeiçoamento e informatização do sistema de controle existente;</p> <p>COOPATIVA - Implantação de sistema próprio e transparente de controle dos materiais comercializados, por cooperado;</p> <p>100 DIMENSÃO - Desenvolver sistemática de troca de conhecimentos entre os especialistas a serem contratados e os dirigentes da cooperativa, de forma a não criar dependência excessiva e permanente. Iniciar reflexão sobre a importância da autogestão.</p>
Comercialização	<p>CORTRAP - Buscar ampliação das alternativas de comercialização, rompendo com a dependência com a atual empresa compradora;</p> <p>COOPATIVA - Buscar a máxima centralização dos materiais coletados pelos cooperados, visando a comercialização conjunta e o ganho de escala;</p> <p>100 DIMENSÃO - Consolidar trabalho de busca de novos espaços para exposição e divulgação de produtos do artesanato (<i>stands</i>, feiras) e conquista de espaços de comercialização junto ao setor público.</p>

**Quadro 13 - Demandas Específicas**

Adicionalmente, embora este não tenha o objetivo do trabalho, a partir da análise das realidades que se apresentaram nos casos em estudo foi possível organizar a “*Ficha de levantamento Prévio*” a seguir. Tal instrumento seria para uso das instituições de fomento e teria como objetivo fornecer elementos para uma avaliação prévia do empreendimento solidário a ser apoiado no setor da reciclagem, de forma a permitir ao responsável pela análise uma visão um pouco mais ampliada da realidade de determinado EES. O uso de um instrumento como este daria às instituições um referencial de ação para um início de relacionamento com as organizações deste segmento.

<b>Ficha de Levantamento Prévio</b>	
<i>Nome do Empreendimento:</i>	
<i>Quantidade de Associados:</i>	
<i>Dirigente responsável pelas respostas:</i>	
<i>Aspectos de Observação</i>	<i>Estágio Observado</i>
Assessoramento	0-Sem assessoramento 1-Apenas de organizações de caráter ideológico. Quais?..... 2-Apenas de caráter pragmático-funcionais. Quais?..... 3-De ambos os tipos. Quais?.....
Relacionamento com organizações governamentais	0-Sem relacionamento 1-Concentrado em 01 ou poucos órgãos. Qual?..... 2-Diversificado.Quais?.....
Relacionamento com organizações governamentais	0-Informal, sem convênios 1-Com convênio (s) em elaboração. Qual?..... 2-Com convênios (s) em execução. Qual?.....
Participação em articulações e instâncias inter-organizações	0-Sem participação 1-Baixa 2-Média.Quais?..... 3-Alta.Quais?.....
Relacionamento com outros agentes da cadeia	0-Não tem autonomia 1-Tem vínculos de dependência 2-É autônomo, comercializa livremente
Relacionamento com outros agentes da cadeia	0-Funciona somente com equipamentos cedido 1-Apenas parte dos equipamentos é cedida.Quais?..... 2-Funciona de forma autônoma, com equipamentos próprios.Quais?.....
Constituição da Rede / Central	0-Não participa 1-Participando desde o início 2-Integrou-se recentemente
Viabilidade econômica	0-Volume processado baixo/em declínio 1-Volume processado em crescimento
Viabilidade econômica	0-Sem novas alternativas, com atividade limitada à separação de materiais básicos 1-Iniciando outras alternativas de receita. Quais? ..... 2-Bom desenvolvimento de fontes alternativas de receita.Quais?.....
Infra-estrutura	0-Não tem local próprio / ocupando área irregularmente 1-Funciona em ambiente cedido provisoriamente 2-Tem ambiente próprio mas não atende às necessidades 3-Tem ambiente próprio satisfatório
Funcionamento das instâncias e democracia	0-Instâncias não funcionam 1-Funcionam apenas formalmente 2-Funcionam com comparecimento baixo / razoável

	3-Funcionam, com alto comparecimento e participação qualificada
Funcionamento das instâncias e democracia	0-Concentração de poderes no presidente 1-Funcionamento normal / desconcentrado
Cunho Formativo	0-Sem atividade 1-Participação apenas em eventos externos, quando convidados 2-Tanto em eventos externos, como internos, organizados pelo EES
Cunho Formativo	0-Escolaridade adequada 1-Escolaridade abaixo do necessário
Cunho Formativo	0-Cooperados dominam adequadamente os equipamentos 1-Cooperados com qualificação técnica abaixo do desejado
Cunho Formativo	0-Cooperados têm boa noção de seus direitos e deveres 1-Apenas uma parte tem clareza, mas não a maioria 2-A maioria está consciente de seus direitos e deveres
Igualitarismo	0-A maior parte das atividades produtivas são individuais 1-A maior parte das atividades produtivas são coletivas
Igualitarismo	0-Acesso aos bens da cooperativa é mal dividido 1-Existe igualitarismo nas oportunidades e no uso dos bens
Políticas Públicas	0-Não reivindica / não tem esclarecimento sobre o assunto 1-Tem esclarecimento, mas não reivindica 2-Tem esclarecimento e reivindica

#### **Quadro 14 - Ficha de Levantamento Prévio**

Enfim, tendo em vista os objetivos do estudo, no sentido de apresentar as demandas consideradas fundamentais para a viabilização dos empreendimentos econômicos solidários no Distrito Federal, conclui-se que, em razão da história e do estágio organizativo de cada uma, as demandas têm naturezas diferentes e, em sua maior parte, guardam relação com os dilemas vividos pela economia solidária em outros setores da economia.

Num momento futuro, até mesmo aguardando o tempo necessário ao amadurecimento de tais processos, três questões mereceriam ser estudadas: i) O processo de “governança” em implantação na 100 Dimensão viabilizou-se como experiência importante no sentido da construção de desenhos organizacionais inovadores, capazes de incorporar representações da sociedade na gestão dos EES? ii) O novo sistema de produção e comercialização implantado na CORTRAP conseguiu encontrar modelo capaz de conciliar a necessidade de viabilização e sustentabilidade do empreendimento com as expectativas de renda dos associados? iii) A COOPATIVA conseguiu avançar no plano das relações internas, com o pleno funcionamento de suas instâncias decisórias?

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. **Autogestão**. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.20-25.

ALCÂNTARA, F. H. C. **Institucionalismo, Racionalidade e Solidariedade em Cooperativas Populares**. In: HECKERT, S. M. R. **Cooperativismo Popular: Reflexões e Perspectivas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003.p.15-57.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa, Presença / Martins Fontes, 3ª. ed. 1980.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho - Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo. Boitempo Editorial.1999.

AUGER, M. **Cooperativas e globalização: A experiência do Québec no âmbito das cooperativas de trabalho**. In: GEDIEL, J.A. **Os caminhos do cooperativismo**. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. e ALLUM, N. C. **Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento - Evitando confusões**. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som - Um manual prático**. Petrópolis. VOZES. 2004. 3ª. Edição.p.17-36.

CAILLÉ, A. **O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, n. XVI, p. 26-57, jan./dez. 2001.

CAILLÉ, A. **Nem holismo nem individualismo metodológicos - Marcell Mauss e o paradigma da dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo.n.XIII, p.5-36, out/1998.

CAILLÉ, A. **A sociedade civil no horizonte**. In In: MARTINS, P.H. e NUNES, B. F. (Orgs). **A nova ordem social - Perspectivas da solidariedade contemporânea**: Brasília: Paralelo 15, 2004. p.17-41.

CARVALHO, R.A.C. e PIRES, S.D. **Em busca de novas solidariedades: Os empreendimentos da economia solidária em questão**. In: Revista Sociedade e Estado, Brasília, n. XVI, p. 26-57, jan./dez. 2001.

CASTORIADIS, C.; COHN-BENDIT, D. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

CATTANI, A. D. **A outra economia: os conceitos essenciais.** In \_\_\_\_\_ Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CATTANI, A. D. **Trabalho e autonomia.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CATTANI, A. D. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CAZARRÉ, L. **Um século de desigualdade.** Revista UNB. Brasília, n. 9, p 7-11, jan./dez. 2004.

CORAGGIO, J. L. **La economía social como via para otro desarrollo social .** In: Foro Cooperativo, 2000.

CUNHA, G. C. Economia Solidária e Políticas Públicas - **Reflexões a partir do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André - SP** (Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas). São Paulo: USP, 2002.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder.** São Paulo: Cortez Editora, 2002.

DURKHEIM, Emile. **A divisão do trabalho social.** Lisboa: Editorial Presença, 1989.

DOWBOR, L. **Gestão Social e Transformação da sociedade.** In: DOWBOR, L. KILSTZTAJN, S. (Orgs.) Economia Social no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 2001.p.17-41.

FRANÇA FILHO. G.C. **A problemática da Economia Solidária: Uma perspectiva internacional.** In: In: Revista Sociedade e Estado, Brasília, n. XVI, p. 134-158, jan./dez. 2001.p.245-275.

FRANÇA FILHO. G.C.; C. DZIMIRA. **Dádiva e Economia Solidária.** In: MARTINS, P.H. e NUNES, B. F. (Orgs). A nova ordem social - Perspectivas da solidariedade contemporânea: Brasília: Paralelo 15, 2004. p.136-164.

FORRESTER, V. **O Horror Econômico.** São Paulo. UNESP. 1996.

FÓRUM LIXO & CIDADANIA - DF. **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do DF.** Brasília: 2004.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva.** São Paulo, Cortez & Autores Associados. 1986.

FUNDAÇÃO AROEIRA. Diagnóstico Situacional dos Resíduos Sólidos - Estado de Goiás. Goiânia: 2004.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Programa Bioconsciência. Manual de Gerenciamento Integrado.** Brasília : Páginas & Letras, 2002.

FUNDAÇÃO ZERBINI - Agência Zerbini de Desenvolvimento Social. **Relatório Unidade Aracaju.** São Paulo: 2004.

FUNDAÇÃO ZERBINI - Agência Zerbini de Desenvolvimento Social. **Relatório Unidade Natal**: São Paulo: 2004.

GAIGER, L.I. **As emancipações no presente e no futuro**. In: \_\_\_\_\_ Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: UFRGS Editora. 2004. p.371-413.

GAIGER, L.I. **A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas**. Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura, n. 15, 1999.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, M. W., GASKELL, G. (Orgs). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som - Um manual prático. Petrópolis. VOZES. 2004. 3ª. Edição.p.64-89.

GIRARD-NUNES, C. G. **Cooperativas: uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal**. In: Revista Sociedade e Estado, Brasília, n. XVI, p. 134-158, jan./dez. 2001.

GIRARD-NUNES, C. G. **Introdução à Economia Solidária no Distrito Federal**. In: GAIGER, L.I. (Org). Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: UFRGS Editora. 2004. p. 229-265.

GIRARD-NUNES, C. G. **Os elos horizontais da Economia Solidária: Desafios e perspectivas**. In MARTINS, P.H. e NUNES, B. F. (Orgs). A nova ordem social - Perspectivas da solidariedade contemporânea: Brasília: Paralelo 15, 2004. p.192-213.

GONÇALVES, P. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. DP&A Editora. Rio de Janeiro, 2003.

HENDERSON, H. **Além da Globalização - Modelando uma Economia Global Sustentável**. Cultrix Editora. São Paulo. 1999.

ICAZA, A. M. S. **Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul**. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: UFRGS Editora. 2004. p. 17-53.

JESUS, P. RIOS, G. SOARES, G,J,V. PIRES, M.L.L. **Introdução ao estudo da economia solidária em Pernambuco**. In: In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: UFRGS Editora. 2004. p. 17-53.

JESUS, P. TIRIBA, L. **Cooperação**. In CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.Pg 49-54.

LAPASSADE, G. LOURAU, R. **Chaves da Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.1972.

- LAPASSADE, G. **Grupos, Organizações e Instituições**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora. 1970.
- LAVILLE, J.L. **Economia Solidária, a perspectiva européia**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, n. XVI, p. 57-100, jan./dez. 2001.
- LISBOA, A. M. **Solidariedade**. In CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. Pg 49-54.
- LUDKE, M. ANDRÉ, M.L. **Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental**. In: Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. p.25-44.
- MAGERA, M. **Os empresários do lixo - um paradoxo da modernidade**. São Paulo. Editora Átomo. 2003.
- MANCE, E. A. **Redes de Colaboração Solidária - Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis. Vozes. 2002.
- MANCE, E. A. (Org.). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2003.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos -2002. Programa de Modernização do Setor de Saneamento**. Brasília: 2004.
- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES. **Fórum Nacional de Estudos sobre as Populações de Rua**. Catadores de Vida. São Paulo: Lume, 2002.
- MYERS, G. **Análise da Conversação e da Fala**. In: In: BAUER, M. W., GASKELL, G. (Orgs). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som - Um manual prático. Petrópolis. VOZES. 2004. 3ª. Edição. p.271-292.
- NAKANO, M. VIEITEZ, C. G. **A economia solidária no Estado de São Paulo e os diferentes tipos de empreendimentos**. In: GAIGER. L.I. (Org). Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: UFRGS Editora. 2004. p. 140-171.
- NEDER, L. T. C. **Reciclagem de Resíduos Sólidos de Origem Domiciliar - Análise da Implantação e da Evolução de Programas Institucionais de Coleta Seletiva em Alguns Municípios Brasileiros**. In: VEIGA, J. E. (Org.). Ciência ambiental: primeiros mestrados. Sao Paulo: Annablume, 1998. p. 155-185.
- OLIVEIRA, M. ; FREITAS, H.M.R. **Focus Group - Pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento**. Revista de administração, São Paulo, v.33, n.3, p. 183-91, jul./set. 1998.
- O. V. SOUZA, J. T. e ROCHA, G.O. **Organização da Produção de Cooperativas Populares: Problemas, Soluções e Mudanças Culturais**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003.

In: HECKERT, S. M. R. Cooperativismo Popular: Reflexões e Perspectivas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003. p.105-127.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil - da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: SARAIVA, 2004.

POLANYI, K. **A grande transformação - As origens da nossa época.** Rio de Janeiro: CAMPUS, 2000.

PONTE-JUNIOR, O. S. (Org.). **Mudanças no Mundo do Trabalho - Cooperativismo e Autogestão.** Fortaleza, Expressão Editora. 2000.

RAZETO, L. "Economia de solidariedad y mercado democrático. Santiago: PET,1998.

RECH, D. **Cooperativas - Uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: DP&A Editora , 2000.

RECH, D. **Economia solidária, condições de vida, dignidade e autonomia.** In: Revista PROPOSTA, Revista Trimestral de Debate da FASE. Ano 30 - Setembro / Novembro de 2003 - N. 98. p. 36-45.

RICHARDSON. R. J. **Pesquisa Social - Métodos e Técnicas.** São Paulo. Editora ATLAS. 3. ed.1999.

RODRIGUEZ.C. **À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia.** In: Santos, B. Produzir para Viver - Os caminhos da produção não capitalista: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 331-367.

ROUILLÉ-d'ORFEUIL. H. **Economia cidadã - Alternativas ao neoliberalismo.** Petrópolis: Vozes, 2002.

SABER-Soluções Criativas em Políticas Públicas e Sociais. **Relatório Cidadania e Geração de Renda.** Brasília: 2004.

SOUZA-SANTOS. B.; RODRIGUEZ, C. **Para ampliar o cânone da produção.** In SOUZA-SANTOS, B. (Org.). Produzir para viver - Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - Do pensamento único à consciência universal:** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SERRA-NEGRA, C.A. ; SERRA-NEGRA, E.M. **Manual de Trabalhos Monográficos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado.** São Paulo: Editora ATLAS, 2003.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Economia Solidária versus Economia Capitalista.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, n. XVI, p. 101-132, jan./dez. 2001.

SINGER, P. **Economia Solidária, um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, P. ; SOUZA, A. R. (Orgs.) A Economia Solidária no Brasil - A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 11-28.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

SORBILLE, R. N. **A autogestão e o desafio da viabilidade econômica .**In: PONTE-JUNIOR, O. S. (Org.). Mudanças no mundo do trabalho - Cooperativismo e Autogestão. Fortaleza, Expressão Editora. 2000. p.127-139.

TIRIBA, L. **A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho.** In: SINGER, P. SOUZA, A. R. (Orgs.) A Economia Solidária no Brasil - A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 221-243.

VERGARA, S. C. **Começando a definir a metodologia.** In:\_\_\_\_\_ Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 46-53.

VIANNA, L.W. **Weber e a interpretação do Brasil.** In SOUZA, Jessé. O malandro e o protestante. A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília.1999.

VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A . **Sobre organizações, instituições e poder.** In:\_\_\_\_\_ Organizações, Instituição e Poder no Brasil. Rio de Janeiro: FGV. 2003.

VIEITEZ, C.D., DAL RI, N.M. **Trabalho Associado - Cooperativas e Empresas de Autogestão.** DP&A Editora. Rio de Janeiro, 2001.

YIN. R. K. **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos.** Bookman. Porto Alegre.3.ed.2005.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática. 2003.

ZANELLI. J. C. **Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas.** Estudos de Psicologia. 2002. p.79-88.

## PÁGINAS NA INTERNET

FÓRUM NACIONAL LIXO & CIDADANIA: <http://www.forumlixo&cidadania.org.br>

FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS : <http://www.fnuap.org.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000: <http://www.ibge.gov.br/home/27032002pnsb.shtm>

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS://[www.ipt.br/](http://www.ipt.br/)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria de Políticas de Emprego e Salário: <http://www.mtecbo.gov.br/busca/descriçao.asp?codigo=5192>

# APÊNDICES



**APÊNDICE A - Dados das Entrevistas Individuais - Organizações de Referência e Organizações Governamentais**

<b>Organização</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Função</b>	<b>Data</b>	<b>Horário</b>	<b>Local da Entrevista</b>	<b>Duração</b>
Cáritas Brasileira	Delires Maria Brum	Agente Social	26.09.2005	09:00	Fundação Banco do Brasil	80'
Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua - MNMMR	Eliena Francisca de Barros	Coordenadora	15.09.2005	14:30	Sede do MNMMR	82'
Centro de Estudos e Assessoria Popular - CEA	Ruth	Coordenadora	28.09.2005	15:30	Fundação Banco do Brasil	75'
Fundação Banco do Brasil	Célio José Alencar	Assessor Pleno da Diretoria de Trabalho e Renda	19.12.2005	19:30	Fundação Banco do Brasil	60'
Voluntários da Caixa Econômica Federal	Carlos Cassis	Arquiteto Voluntário	12.09.2005	17:00	Fundação Banco do Brasil	90'
Sebrae - DF	Antonieta Grásia Contini	Gerente de Desenvolvimento Local	10.10.2005	09:00	Sede do Sebrae - DF	77'
Ministério das Cidades	Sérgio Bueno	Coordenador da Agenda 21	21.10.2005	09:00	Ministério das Cidades - Esplanada dos Ministérios	70'
Ministério do Desenvolvimento Social	Luciene dos Santos Vélez	Assessora da Secretaria de Articulação e Parcerias	25.10.05	09:00	Ministério do Desenvolvimento Social - Esplanada dos Ministérios	62'
Governo do Distrito Federal - BELACAP	Eli Lucia Carnáuba Barros	Assessora de Planejamento	12.12.05	10:00	Anexo do Palácio do Buriti	53'
Cooperativa 100 Dimensão	Sônia Maria da Silva	Presidente	09.01.05	15:00	Sede da Cooperativa - Riacho Fundo	71'

## APÊNDICE B - Dados das Entrevistas Grupais - Organizações de Catadores

<b>Grupo Focal 1 - Data:</b> 20.12.05 <b>Horário:</b> 09:30    Local: Sala 2 - FENABB / Edifício Boulevard Center - CONIC	
<b>Catadores Participantes:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>○ Andréia Alessandra B. da Silva - 100 Dimensão</li><li>○ Maria do Rosário M. de Souza - Coopativa</li><li>○ Vilma da Silva Santos - Coopativa</li><li>○ Eliane Dias Sobrinho - Cortrap</li><li>○ Rita de Cássia Santos - Cortrap</li><li>○ Romualdo Fernandes – Coopativa</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Eunice Neta - Cortrap</li><li>○ Roberval Lima - 100 Dimensão</li><li>○ Sueli Melo - 100 Dimensão</li><li>○ Maria Aparecida da Silva - Cortrap</li><li>○ Cleide Moreira - 100 Dimensão</li><li>○ Eliomar (Mazinho) Pinto - Coopativa</li><li>○ ngela Silva - 100 Dimensão</li></ul>

<b>Grupo Focal 2 - Data:</b> 20.12.05 <b>Horário:</b> 15:00    Local: Sala 2 - FENABB / Edifício Boulevard Center - CONIC	
<b>Catadores Participantes</b> <ul style="list-style-type: none"><li>○ Joaquina Ferreira S. Araújo - Cortrap</li><li>○ Domingas de Jesus Farias - 100 Dimensão</li><li>○ Ângela Maria Balbino - Cortrap</li><li>○ Janilce Andrade Santana - Cortrap</li><li>○ Suzana Alves dos Santos - Cortrap</li><li>○ Aline Souza Rocha - 100 Dimensão</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Cláudia Regina - 100 Dimensão</li><li>○ Maria da Lourdes da Conceição- Coopativa</li><li>○ Francisco Edson de Assis Mota- 100 Dimensão</li><li>○ Roberto Mariano de Souza- Coopativa</li><li>○ Hélio Valdemar Pereira - Coopativa</li><li>○ Manoel Carlos de Menezes - Coopativa</li></ul>

<b>Grupo Focal 3 - Data:</b> 21.12.05 <b>Horário:</b> 09:30    Local: Sala 2 - FENABB / Edifício Boulevard Center - CONIC	
<b>Catadores Participantes:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>○ Edcléia Cardoso - 100 Dimensão</li><li>○ Francisco Sérgio da Silva- Coopativa</li><li>○ Marcelo Ricardo A. Monteiro- Coopativa</li><li>○ Maria de Fátima M. dos Santos - Cortrap</li><li>○ Joedi Galvão Dias - Cortrap</li><li>○ Edson da Silva Gomes – Coopativa</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Maria Raimunda - 100 Dimensão</li><li>○ Ronei Alves da Silva- 100 Dimensão</li><li>○ Osmero Pereira Filho- 100 Dimensão</li></ul>

## APÊNDICE C - Fotos Grupo Focal 1



## APÊNDICE D - Fotos Grupo Focal 2



## APÊNDICE E - Fotos Grupo Focal 3



**APÊNDICE F - Grade-Resumo Sistematização da Análise das Entrevistas Individuais e Grupais****Dimensão 1 - Gestão e Produção**

1- Necessidade de mais galpões/equipamentos	OR1/002 OR1/003 OR1/004 OR1/005 GF2/317 GF1//251 OR1/008 OR1/009 OR1/007 GF2/325 OR1/010 OR1/011 OR1/020 OR1/034 GF3/361 OG1/170 OG2/185 OG2/187 OG3/208 GF3/363
2- Importância/Busca de novas parcerias	OR1/015 OG3/210 CT1/480 GF1/277 GF1/287 CT1/479
3- Ações de capacitação	OR3/084 OR3/073 OR3/085 OR5/130 GF1/255 OR5/131 OG1/073 OG1/158 OG1/159 OG1/206 CT1/460
4- Profissionalização da gestão, risco de burocratização, isomorfismo, autogestão	CT1/427 CT1/428 CT1/429 CT1/430 CT1/431 CT1/426 CT1/439 CT1/440 CT1/440 CT1/461
5- Organização de rede de comercialização de recicláveis	OR2/121 OR5/132 OG1/161 OG2/181 GF1/267 OG2/182 OG2/183 OG2/184 OR6/226 GF3/380
6-Implantação da coleta seletiva	OR1/125 OG2/186 OG2/188 OG2/189 GF2/320
7-Esforços em busca de produtividade, aumento da qualidade, escala	OR5/126 OR5/139 OR5/141 OR5/127 OR5/128 OR1/006
8-Contratação de serviços pelo poder público	OG1/164 OG1/165 OG1/166 OG1/169 OG1/167
9-Visão estratégica/visão de futuro/	CT1/437 CT1/457 CT1/458 CT1/468 CT1/469

**Dimensão 2 - Político-institucional**

10-Relacionamento OR/Organizações de Catadores	OR1/001 OR1/012 OR1/017 OR1/021 GF3/375 OR1/018 OR1/019 OR4/050 OR4/051 GF3/402 OR4/054 OR4/055 OR4/056 OR5/133 GF3/404 OR5/134 OR5/140 OR5/142 OG1/162 OR6/234 OR6/233 OR6/239 GF1/289 GF1/290 OG1/172 GF1/293 GF2/332 GF2/333 GF3/373 OR5/138
11-Relacionamento com órgãos de governo	OR1/013 OR1/014 OR1/016 OR4/046 GF2/315 OG1/163 OG1/175 OG1/176 OG2/190 GF1/282 OG2/200 OG2/201 OG3/211 OG3/212 OR6/238 OR6/237 GF1/252 GF1/280 GF1/281 OG2/203 GF1/283 GF2/319 OG3/218 OG3/221 OR4/047
12-Ocorrência de aprendizado/endividamento positivo	OR2/103 OG1/161 OR6/240 OR6/241 OR1/027
13-Relacionamento solidário entre as cooperativas	OR3/077 OR4/423 OR4/048 OR4/049 OR4/425 GF3/392 OR6/225 GF3/378 OR4/048 OR2/091
14-Relacionamento com as comunidades próximas e sociedade em geral	OR2/095 OR5/143 OR5/144 GF1/250 OR2/095 GF2/321 GF3/389 OR1/030 CT1/473 GF1/258
15-Relacionamento sinérgico entre as diversas OR/OG	OR3/071 OR4/044 OR4/045 OR4/062 OG3/214
16-Existência de integração entre políticas	OG2/192 OG2/193 OG2/194 OG2/195 OG3/223

## APÊNDICE G - Planejamento de Realização dos Grupos Focais



Universidade de Brasília - UNB

Mestrado Profissional em Gestão Social e Trabalho - MPGST

### **“A economia solidária como alternativa para os catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal: Um estudo de três cooperativas”**

Etapa Pesquisa de Campo- Grupos Focais

#### **Planejamento das Atividades**

**1-Objetivo:** Captar a percepção dos catadores a respeito de questões presentes no discurso dos membros de organizações de referência e organizações governamentais (ouvidas sob a forma de entrevistas semi-estruturadas), bem como na literatura pesquisada, caracterizando-se como método complementar de pesquisa.

**2-Grupos:** 03 grupos de 09 a 12 participantes, compostos por catadores de material reciclável associados das três cooperativas em estudo (Cortrap, 100 Dimensão e Coopativa), de forma mista, envolvendo pessoas com cargo e sem cargo de direção nas cooperativas, homens e mulheres.

**3-Metodologia:** Em sala previamente preparada, os participantes serão levados a promover associações entre figuras (fotografias, logomarcas, desenhos) ou palavras indutoras e induzidas. Através da ação do moderador/pesquisador, serão exploradas reações que expressem grau de familiaridade ou estranheza, simpatia ou rejeição, comprometimento ou alheamento etc. Conforme o andamento das três reuniões, as manifestações dos presentes serão mais ou menos exploradas, conforme o grau de polêmica observado, a intensidade do envolvimento dos participantes, inferências possíveis etc.

**4-Datas:** 20.12.2005 (09:30 às 12:00 e 15:00 às 17:30) e 21.12.2005 (09:30 às 17:30)

**5-Local:** FENABB - Edifício Conic

**6-Logística e Infra:** 1-Veículo para deslocamento dos participantes até os locais das reuniões; 2-Alimentação, água e café (chegada, saída e intervalos); 3-Gravadores de áudio e vídeo(?); 4-Figuras impressas, fotos, cartolinas, pincéis, crachás, listas de presença, brindes, máquina fotográfica, fita crepe

## APÊNDICE H - Roteiro de Abordagem dos Temas nos Grupos Focais



Universidade de Brasília - UNB  
Mestrado Profissional em Gestão Social e Trabalho - MPGST

### Roteiro Focus Group 20 e 21.12.2005

#### Exercício 1

**Objetivo:** Provocar reflexão que leve os participantes a um resgate dos fatos mais marcantes para as cooperativas nos últimos três anos, bem como apresente uma visão de futuro para o próximo período.

**Expectativa:** Verificar a compreensão dos catadores em relação ao caráter ampliado da economia solidária, verificando até que ponto as expectativas dos presentes contemplam as três dimensões e, também, checar até que ponto as questões apontadas como prioritárias pelas organizações externas coincidem com a visão desses trabalhadores.

**Questões a explorar:** mais ou menos ênfase na luta por direitos sociais; mais ênfase na estruturação física das cooperativas; priorização à comercialização; mais ênfase na capacitação etc.

#### Exercício 2

**Objetivo:** Identificar com quais organizações / instituições públicas os catadores contam para o alcance de suas metas e que expectativas eles alimentam em relação ao papel de cada uma.

**Expectativa:** Verificar a percepção dos catadores quanto à missão desempenhada pelas instituições apoiadoras, tanto governamentais quanto não governamentais, avançando no entendimento da dimensão *relações*.

**Questões a explorar:** suficiência e qualidade do assessoramento recebido, relações com instituições governamentais e não governamentais, entendimento sobre os papéis de cada instituição etc .

#### Exercício 3

**Objetivos:** Identificar quais as forças/oportunidades e fraquezas/ameaças visualizadas pelos participantes para o alcance das metas.

**Expectativa:** Identificar a percepção dos catadores a respeito de potencialidades e limites das suas organizações solidárias, no olhar deles próprios, permitindo uma comparação com percepções levantadas nas entrevistas com representantes das organizações externas .

**Questões a explorar:** importância atribuída pelos catadores a fatores como: conhecimento da atividade econômica explorada, organização financeira e administrativa, agregação de valor aos materiais coletados, caráter da capacitação necessária etc.

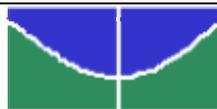
#### Exercício 4

**Objetivo:** Identificar quais as atitudes e comportamentos os catadores deveriam adotar no interior das cooperativas para o alcance das metas.

**Expectativa:** Compreender de que forma algumas questões de natureza sócio-psicológica atravessam o universo dos catadores organizados nas cooperativas.

**Questões a explorar:** individualismo x cooperação, auto-estima, exercício da liderança, grau de participação dos cooperados

## APÊNDICE I - Roteiro de Entrevista Individual - Organizações de Referência



Universidade de Brasília - UNB  
Mestrado Profissional em Gestão Social e Trabalho - MPGST

### Roteiro de Entrevista

Pesquisa: A economia solidária como alternativa para os catadores de material reciclável no Distrito Federal

Mestrando: Jorge Alfredo Streit

Orientadora: Profa. Christiane Gerard

Organização de Referência:

Nome:

Tempo na Função:

### Introdução

- Explicação sobre os objetivos da pesquisa e sobre a etapa de pesquisa de campo;
- Pergunta sobre a origem do vínculo do entrevistado com as temáticas catadores / reciclagem / economia solidária e sobre o tempo de contato com os temas, no DF ou em outro local;
- Oportunidades e ameaças para a economia solidária no Brasil frente ao atual quadro político;
- As organizações de catadores de materiais recicláveis no período 2003/2005: aspectos mais relevantes, contrários e favoráveis.

### 2-Específicos - Empreendimentos

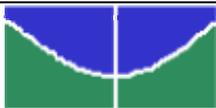
Visão pessoal do entrevistado sobre;

- Como se dá a relação entre as dimensões político-institucional, gestão e produção e sócio-psicológica no dia-a-dia dos EES da reciclagem;
- Eventual ocorrência de desequilíbrio entre tais dimensões no cotidiano das organizações sob análise;
- Eventuais efeitos da institucionalização e da proximidade dos EES com organizações de naturezas diferentes (governamentais, comerciais, não-governamentais, organizações co-irmãs etc);
- Particularidades das relações dos EES com entes públicos, com as comunidades vizinhas e entre as próprias organizações;
- Tensões observáveis no cotidiano dos EES relacionadas a aspectos culturais decorrentes das experiências anteriores desses trabalhadores (passagem da vida nas ruas ou do trabalho informal para o trabalho nas organizações);
- Aspectos perceptíveis relacionados à ;
  - 1- Questão da identidade desses trabalhadores como categoria (fato / caso real)
  - 2- Questão da cooperação x competição
  - 3- Relações hierárquicas x horizontalidade no poder
  - 4- Ressocialização dos indivíduos e efeitos sobre a auto estima (fato / caso real).
- Aspectos merecedores de maior cuidado no dia-a-dia dos empreendimentos relacionados a:
  - 1- Gestão (processos decisórios, gestão financeira, planejamento mínimo)
  - 2- Produção (produtividade, qualificação profissional, qualidade, organização do trabalho, uso de tecnologia), e:
  - 3- Mercado (relações com os compradores, contatos com geradores / fornecedores);

### 3. Específicos - Organizações de Referência

- Compreensão existente no interior das OR quanto aos papéis dos diferentes fóruns e instâncias que interagem com os catadores
- Respeito à realidade e às particularidades originadas pela trajetória dos catadores e dos grupos
- Atuação da OR em relação ao desenvolvimento da autonomia das cooperativas na sua gestão interna (contribuição importante? pequena?)
- Visão sobre a importância real dos processos exógenos (assessoria, por exemplo), frente aos fatores endógenos (positivos/negativos)
- Ocorrência de aprendizado ou mudanças internas na OR a partir do contato com os catadores;
- Auto-avaliação do trabalho da OR (limites de sua atuação, desafios, adequação do tipo de apoio às necessidades das cooperativas.....)

## APÊNDICE J - Roteiro de Entrevista Individual - Organizações Governamentais

 Universidade de Brasília - UNB Mestrado Profissional em Gestão Social e Trabalho - MPGST <b>Roteiro de Entrevista</b>	
Pesquisa: A economia solidária como alternativa para os catadores de material reciclável no Distrito Federal	
Mestrando: Jorge Alfredo Streit	Orientadora: Profa. Christiane Gerard
Organização Governamental:	
Nome do Entrevistado:	
Função na Instituição:	
Tempo na Função:	

### Introdução

- Explicação sobre os objetivos da pesquisa e sobre a etapa de pesquisa de campo;
- Pergunta sobre a origem do vínculo do entrevistado com a temática, procurando identificar sob qual programa ou projeto da instituição se dá sua atuação.

### Itens de pesquisa

#### 1-Gerais

Impressões gerais do entrevistado sobre:

- As organizações de catadores de materiais recicláveis no período 2003/2005: aspectos mais relevantes, contrários e favoráveis.

#### 2-Específicos

Visão pessoal do entrevistado sobre;

- Eventuais efeitos da institucionalização e da proximidade dos EES com organizações de naturezas diferentes (governamentais, comerciais, não-governamentais, organizações co-irmãs etc);

#### 3. Específicos - Organizações Governamentais

- Visão do entrevistado sobre o papel do Estado como promotor da organização social para o desenvolvimento (construção de capital social / apoio ao ativismo comunitário);
- Existência de tensões e tratamento dado a elas na relação Estado - EES;
- Respeito à realidade e às particularidades originadas pela trajetória dos catadores e dos grupos
- Condição dos EES consolidarem-se como entes capazes de articular demandas de natureza econômica com a luta por políticas públicas e por direitos sociais
- Perspectiva futura das organizações de catadores do DF assumirem contratos com o poder público, assumindo parte dos serviços de coleta de resíduos ou administrando unidades de reciclagem com maior grau de autonomia
- Visão do entrevistado em relação à questão da sustentabilidade /autonomização das cooperativas (possibilidade de subsídios aos grupos até a viabilização/ sustentação própria);
- Visão sobre a importância real dos processos exógenos (apoio governamental, por exemplo), frente aos fatores endógenos (positivos/negativos)
- Auto-avaliação quanto aos limites do apoio prestado pela OG e quanto à adequação do tipo de apoio prestado em relação às necessidades das cooperativas
- Ocorrência de aprendizado ou mudanças internas na OG a partir do contato com os catadores

**APÊNDICE L - Fragmento de Sistematização de Entrevista Individual - Organizações de Referência**

<p><b>Entrevista 1 - Individual - ( X ) De referência - Organização: Voluntários CEF Entrevistado: Carlos Cassis Código OR1 Data: 12/09/05 17h</b></p>		
<p><b>Objetivo Geral</b></p>		
<p>Qual a natureza das demandas necessárias à viabilização de empreendimentos econômicos solidários no setor de materiais recicláveis no Distrito Federal ?</p>		
<p><b>Objetivos Específicos</b></p>		
<p><b>Dimensão 1 - Gestão e Produção</b> Identificar os esforços desenvolvidos pelos EES no campo econômico e na gestão dos empreendimentos</p>	<p><b>Dimensão 2 - Político-Institucional</b> Identificar a percepção dos atores externos envolvidos, sobre o apoio oferecido por organizações de referência e por organizações públicas aos EES</p>	<p><b>Dimensão 3 - Sóciopsicológica</b> Analisar as relações internas estabelecidas entre os associados e sua influência no processo de afirmação dos EES</p>
<p><b>Fatores associados definidos no projeto</b> 1-Grau de independência junto aos agentes econômicos 2- Participação em iniciativas de rede 3-Esforços em busca de escala, produtividade e qualidade 4-Uso de tecnologia 5-Melhorias no leiaute 6- Desenho do fluxo de materiais 7-Evolução dos instrumentos de gestão 8-Iniciativas de educação cooperativa 9-Evolução dos procedimentos de divisão dos resultados 10-Avanços nas condições de trabalho 11-Ganhos econômicos proporcionados 12-Benefícios sociais proporcionados 13-Esforços na regularização legal e tributária 14-Existência de fundos mútuos 15-Responsabilidade ambiental</p>	<p><b>Fatores associados definidos no projeto</b> 1-Relacionamento com a comunidade 2-Relacionamento com os agentes públicos e instituições de referência 3-Relacionamento com organizações congêneres 4-Perda ou manutenção da flexibilidade 5-Tendência ao isomorfismo</p>	<p><b>Fatores associados definidos no projeto</b> 1-Grau de socialização e cooperação no trabalho 2-Participação das mulheres 3-Autonomia no trabalho 4-Participação dos associados 5-Avanços em aspectos identitários e influência na auto-estima; 6-Assimilação dos princípios e valores cooperativistas 7-Influência das organizações sobre questões comportamentais dos indivíduos</p>
<p><b>Dimensão 1</b> Na 100 DIMENSÃO já estamos com um projeto que ajudamos a captar recursos, junto ao IAAF, Instituto Interamericano do Congresso Nacional que apóia o projeto. Tem um recurso considerável... uns 200, 300 mil dólares. <b>E a proposta é construir o último galpão que falta lá, investindo na parte organizacional, que sempre tem que ter uma gestão mais profissional(012).</b> Chegamos num ponto em que a direção deve</p>	<p><b>Dimensão 2</b> Acho que o principal é o reconhecimento que os catadores passaram a ter pelo governo local, governo federal. Hoje eles têm o respeito que antes não tinham, um canal de interlocução principalmente... eles não tinham esse canal...  Eles eram quase que sozinhos e hoje eles têm a quem recorrer, quando a coisa aperta de um lado eles já sabem onde buscar para esse tipo de problema . Então eles têm esse acesso às instâncias governamentais e às entidades e acho que isso aqui em Brasília ficou muito evidente. <b>No lar de várias</b></p>	<p><b>Dimensão 3</b> <b>Na COOPATIVA, quantas vezes o Marcelo usava no início o estatuto da cooperativa como um emblema que ele carregava quando tinha invasão. “Nós não somos catadores... somos uma cooperativa”. Então aquele simbolismo pro Marcelo, da COOPATIVA, tinha um fator “Vocês têm que nos respeitar de igual pra igual” (028).</b> Ele entrou com</p>

<p>ter uma forma mais autônoma e profissional, não dá mais pra ficar mais no bom humor da presidente <b>Sônia, né? Isso pra mim é o que falta na 100 DIMENSÃO (207).</b></p> <p><b>Na COOPATIVA a autonomia do terreno é fundamental pra eles porque eles têm força, garra e vontade, junto de um local de um terreno vai dar pra eles esse pé no chão (003).</b> Eles sobrevivem com uma renda boa ainda, dessa forma sofrendo todas as intempéries, <b>imagina isso acabar e não ter mais aquela preocupação de..</b></p>	<p><b>peessoas, quando ta tendo um despejo num acampamento de catadores.. eles já saem ligando antecipadamente e muitas vezes eles têm conseguido evitar ações que no passado eram inevitáveis(012).</b></p> <p><b>Antigamente eles só preparavam o material para ir se escondendo no meio do mato, fugindo. Hoje eles enfrentam.(013)..</b></p> <p>No início eles sofreram várias ações, o acampamento da COOPATIVA é um exemplo típico. Me lembro que a primeira ação que eu fiz foi buscar um coronel lá da (?) para tentar ser mais condescendente com os catadores. Mas mesmo assim eles tiveram uns três derrubados. Hoje não acontece mais isso, lá na COOPATIVA os barracos foram marcados, chega a ser bastante (?). O governo marcou barracos do acampamento no meio do mato. E isso é claro, se a vice-governadora sabe o que ta acontecendo, ela dá uma ligada lá pro coronel da (?) pra tentar minimizar. Isso me mexia, jamais.. a gente nem pensava. Desmarcava o dia da derrubada e passava o trator. <b>Outro fato que comprova também é de os catadores terem sido recebidos no Palácio do Governo, com cerca de 12 a 15 representantes do primeiro escalão. (?) os catadores. Isso pra mim foi um fato histórico, hoje eles se fazem respeitar(014).</b> A gente sabe que o governo quando passar a respeitar as categorias... é claro, ele deve ter algum interesse por trás. Algum interesse político e eles perceberam a força que os catadores têm...</p> <p>Institucionalização A própria 100 DIMENSÃO conquistou ao longo desses dois, três anos. É impressionante. Ficou entre os dez melhores projetos reconhecidos pela Caixa, mas <i>em nível de parceria</i> ela era imbatível porque tinha um caráter institucional que permitia. <b>A liderança da cooperativa aprendeu com o SEBRAE o caminho das pedras e ela usa muito bem isso, ela entra em projetos e vai atrás de recursos o tempo todo , não pára. Onde eles observam alguma potencialidade de parceria, vão lá, buscam um termo de parceria, buscam inserir o projeto porque eles têm esse caráter formal. Pra mim é evidente, as outras estão caminhando , elas não podem reivindicar um terreno se não forem um grupo organizado . Mesmo as entidades que querem ajudar precisam desta identidade formal (015) .</b> O mundo hoje exige isso, na Caixa a gente não tem muitos .....</p>	<p>um projeto no PRODF, que é um programa do governo pra subdividir o acesso a terrenos produtivos e em contrapartida tem a geração de empregos. <b>E ele se sentiu no direito de entrar como qualquer outra empresa, até hoje ele não conseguiu esse acesso, mas se sentiu no direito de buscar pelo seu espaço..(029).</b></p> <p>Os catadores da COOPATIVA são uma família, eles foram criados no meio do mato.. um ajudando o outro, o papel como a última alternativa que lhe sobrou. Eles cresceram... o papel, o material reciclado é a razão de existir. <b>Eles têm uma união muito forte, um compromisso uns com os outros. Então não é apenas uma empresa, é uma família e vive aquele cooperativismo, aquela irmandade.(030)..</b></p> <p>A COORTRAP está vivendo um momento delicado agora de discussão e já teve uma liderança que fez um curso do SEBRAE, o Lindivar. Era o presidente da associação e largou a liderança, resolveu..</p>
---	--	--

**APÊNDICE M - Fragmento de Sistematização de Entrevista Individual - Organizações Governamentais**

<b>Entrevista 1 - Individual - (X) Governamental - Organização: Ministério das Cidades (OG2)</b>		
<b>Entrevistado: Sérgio Bueno</b>		
<b>Data: 21.10.05 09h</b>		
<b>Objetivo Geral</b>		
Qual a natureza das demandas necessárias à viabilização de empreendimentos econômicos solidários no setor de materiais recicláveis no Distrito Federal ?		
<b>Objetivos Específicos</b>		
<b>Dimensão 1 - Gestão e Produção</b> Identificar os esforços desenvolvidos pelos EES no campo econômico e na gestão dos empreendimentos	<b>Dimensão 2 - Político-Institucional</b> Identificar a percepção dos atores externos envolvidos, sobre o apoio oferecido por organizações de referência e por organizações públicas aos EES	<b>Dimensão 3 - Sócio-psicológica</b> Analisar as relações internas estabelecidas entre os associados e sua influência no processo de afirmação dos EES
<b>Fatores associados definidos no projeto</b> 1-Grau de independência junto aos agentes econômicos 2- Participação em iniciativas de rede 3-Esforços em busca de escala, produtividade e qualidade 4-Uso de tecnologia 5-Melhorias no leiaute 6- Desenho do fluxo de materiais 7-Evolução dos instrumentos de gestão 8-Iniciativas de educação cooperativa 9-Evolução dos procedimentos de divisão dos resultados 10-Avanços nas condições de trabalho 11-Ganhos econômicos proporcionados 12-Benefícios sociais proporcionados 13-Esforços na regularização legal e tributária 14-Existência de fundos mútuos 15-Responsabilidade ambiental	<b>Fatores associados definidos no projeto</b> 1-Relacionamento com a comunidade 2-Relacionamento com os agentes públicos e instituições de referência 3-Relacionamento com organizações congêneres 4-Perda ou manutenção da flexibilidade 5-Tendência ao isomorfismo	<b>Fatores associados definidos no projeto</b> 1-Grau de socialização e cooperação no trabalho 2-Participação das mulheres 3-Autonomia no trabalho 4-Participação dos associados 5-Avanços em aspectos identitários e influência na auto-estima; 6-Assimilação dos princípios e valores cooperativistas 7-Influência das organizações sobre questões comportamentais dos indivíduos
<b>Conteúdo das Respostas - Considerações Gerais</b>		
<p><b>Limites.....</b> Eu diria basicamente que tem dois limites. Um é orçamentário, que não é só no Ministério das Cidades. Assim, os que estão ainda hoje têm todo interesse de fazer direcionamento de recurso possível na lógica de implementação de uma gestão integrada de resíduos sólidos com a inclusão social dos catadores. Burocráticas....Lamentavelmente, a rubrica que o Ministério do Planejamento define como das Cidades é uma rubrica de transferência de ente público, não permitindo o acesso de recurso direto aos catadores. Essa é uma outra limitação de natureza burocrática e administrativa.</p>		

Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3
<p>redes/central</p> <p><b>E ao mesmo tempo inserida em redes horizontais que permitam o seu fortalecimento enquanto atividade econômica, um se apoiando no outro e buscando a sua emancipação ou sua realização de forma sustentável.</b><sup>181</sup></p> <p>Então temos que buscar outros mecanismos de aproveitamento dessa potencialidade humana, já existente em trabalhos construídos em redes. E no caso dos catadores se processa também nessa atividade, eles têm uma estratégia, eles têm um domínio da separação de materiais, são importantes e insubstituíveis no processo do manejo de resíduo sólido. Mesmo que você queira colocar uma empresa para fazer uma atividade, uma técnica que eles têm é insubstituível. O importante é fortalecê-los nas cooperativas e dentro das urbanizações, <b>e que essas cooperativas venham trabalhar em redes para que se possam fazer comercializações integradas e com isso ter um resultado melhor</b><sup>182</sup>.</p> <p>entre os catadores há uma lógica de comercialização para construir um movimento de redes.</p> <p><b>Primeiro deve-se reconhecer que a FBB vem fazendo, especificamente nessa atividade de agregação de valor ao resultado final das cooperativas e catadores aqui no DF, um projeto construído pelos próprios catadores, uma central de comercialização de produtos. E a essa caberiam dois papéis de base. Um deles de natureza produtiva, de poder fazer a comercialização integrada aos produtos e com isso ter um resultado,</b></p>	<p>Existência de programa/próprio</p> <p>Tinha uma focalização muito bem definida que nos permitia ter o trabalho dentro do Ministério na parte técnica, e ao mesmo tempo fazer a contraposição do lado social.</p> <p>Essa vertente de serviços de resíduos sólidos é de competência municipal, <b>ela deve ter sempre o viés do fortalecimento autônomo deles</b><sup>190</sup>. Porque se estabelecer uma relação de dependência, na verdade vamos trocar uma dependência compensatória por uma outra forma de dependência e não seremos eficazes na busca da lógica da emancipação desse segmento social, que tem muito a contribuir nas etapas do manejo de resíduos sólidos.</p> <p>Contratação Uma ação forte, o fortalecimento da associação dos catadores para que eles venham a ser parceiros no modelo de gestão integrada....</p> <p>Com certeza depende da visão do Estado. <b>Na minha visão, há uma relação de dependência que os setores econômicos que se encontram à margem no setor produtivo tem com as políticas compensatórias do Governo Federal</b><sup>191</sup>. A forma de fazer com que eles busquem essa independência é fortalecer a capacidade organizativa deles em gerar renda a partir de sua atividade</p> <p>Articulação de políticas <b>Então essa percepção já era clara no início de 2003 e por esse motivo foi proposta a construção do Comitê Interministerial da Inclusão Social dos Catadores, articulado pelo Ministério das Cidades e do Desenvolvimento Social</b><sup>192</sup>. Envolveram todos os demais ministérios que poderiam estar fortalecendo a ação dos catadores nessa ótica da inclusão e nessa ótica da administração. Começaram a fazer <b>atividades articuladas nos ministérios para que essa problemática da gestão de resíduos pudesse ser enfrentada de uma forma mais global</b><sup>193</sup>. Porque não dá simplesmente para resolver a ótica da inclusão dissociada de uma prestação de serviços organizada, que permita inserir dentro do manejo de resíduos. <b>Assim como não dá para fazer um trabalho de emancipação econômica e fortalecimento dos catadores dissociado do atendimento das suas necessidades básicas de sobrevivência...</b><sup>194</sup>..</p> <p>Tem que haver uma ação indutora do estado, ele tem que se fazer presente contribuindo para que</p>	<p>Auto-estima Então no caso deles há uma visão política querendo a emancipação de todos, <b>a complementação da importância e, de fato, a busca da auto-estima do catador enquanto grupo social. Isso vem fazendo com que percebam a importância que eles têm dentro de uma atividade pública, que é o manejo de resíduos sólidos e eles se percebem que ser catador hoje.</b><sup>204</sup>.. Antes era um processo oriundo da marginalização sócio-econômica. Ser catador hoje é também ser um agente ambiental na medida que ao separar os materiais que podem ser reutilizados eles estão cumprindo um papel sócio-.</p>

## APÊNDICE N - Fragmento de Sistematização de Entrevista Grupal - Catadores

<b>Grupo Focal 3 - Data:</b> 21.12.05 <b>Horário:</b> 09:30 <b>Local:</b> Sala 2 - FENABB / Edifício Boulevard Center - CONIC		
<b>Catadores Participantes:</b>		
<ul style="list-style-type: none"><li>○ Edcléia Cardoso - 100 Dimensão</li><li>○ Francisco Sérgio da Silva- Cooperativa</li><li>○ Marcelo Ricardo A. Monteiro- Cooperativa</li><li>○ Maria de Fátima M. dos Santos - Cortrap</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Maria Raimunda - 100 Dimensão</li><li>○ Ronei Alves da Silva- 100 Dimensão</li><li>○ Osmero Pereira Filho- 100 Dimensão</li><li>○ Joedi Galvão Dias - Cortrap</li><li>○ Edson da Silva Gomes - Cooperativa</li></ul>	
<b>Questão de Pesquisa</b>		
Qual a natureza das demandas necessárias à viabilização de empreendimentos econômicos solidários no setor de materiais recicláveis no Distrito Federal?		
<b>Objetivos Específicos</b>		
<b>Dimensão 1 - Gestão e Produção</b> Identificar os esforços desenvolvidos pelos EES no campo econômico e na gestão dos empreendimentos	<b>Dimensão 2 - Político-Institucional</b> Identificar a percepção dos atores externos envolvidos, sobre o apoio oferecido por organizações de referência e por organizações públicas aos EES	<b>Dimensão 3 - Sócio-psicológica</b> Analisar as relações internas estabelecidas entre os associados e sua influência no processo de afirmação dos EES
<b>Conteúdo das Entrevistas Grupais</b>		
<b>Introdução</b> - Rápida exposição sobre os objetivos da reunião / entrevista, procurando evidenciar a importância das presenças e das contribuições de todos para o sucesso da pesquisa, além de explicações sobre o funcionamento das atividades seguintes, horários de intervalos, importância da gravação em áudio/vídeo etc.		
<b>Exercício 4- Verificar a percepção dos catadores participantes a respeito de questões de natureza sociopsicológica vivenciadas no plano interno das cooperativas, surgidas durante os exercícios realizados no dia, pontuando os aspectos merecedores de maior debate.</b>		
<b>Metodologia</b> - Com a ajuda do flip-chart, são resgatados os pontos que surgiram de passagem nos demais exercícios e que, na visão do pesquisador, mereceriam maior aprofundamento.		
<b>Questões</b>		
<ul style="list-style-type: none"><li>○ <b>Sistemas internos de produção e comercialização (coletivo x individual)</b> 1-Catador 2, da Cooperativa, explica sua opinião sobre o futuro sistema de trabalho da cooperativa, já dentro do barracão, com coleta sendo feita através do caminhão e, em parte, individualmente, e a venda sendo feita em sistema coletivo. Coloca sua idéia de fazer a transição de forma gradual...de novo de forma muito pessoal (405); 2-Catador 2, de novo, “aposta todas as fichas” no novo momento, já dentro do barracão (406);</li><li>○ <b>Centralização das decisões / Uso do poder / Democracia interna / Alçadas de poder para os dirigentes</b> 3-Catador 6, da 100 Dimensão, informa que na sua cooperativa todo o patrimônio é coletivo e o ganho, dentro da célula, é igual para todos, independente do cargo(407); 4-Catadores 3, 4 e 6, da 100 Dimensão fazem defesa enfática da postura e honestidade da presidente (408);</li></ul>		

5-Catadora 4, da 100 Dimensão, afirma que na sua cooperativa a presidente estimula as pessoas a se posicionarem com independência, em vez de aceitarem passivamente a sua posição/opinião **(409)**;

6-Catador 2, da Coopativa, afirma não aceitar que os catadores associados se coloquem como donos dos bens da cooperativa..Defende a idéia de que bem é da cooperativa e não dos associados, como forma de defesa contra tentativas de venda de bens ou de vandalismo, do tipo: “se é meu eu faço dele o que quiser **(410)**;

7-Catadora 4, da 100 Dimensão, questiona e diz que a cooperativa só existe em função dos associados

8-Catador 2, da Coopativa, novamente, procura justificar suas atitudes centralizadores e autoritárias, afirmando ser uma defesa contra oportunistas de fora da cooperativa que poderiam querer vender o patrimônio e até expulsá-lo da cooperativa **(411)**;

9-Catadora 5, da Cortrap, diz que o que os levou a adotar o sistema coletivo foram as desigualdades na renda e as situação de subordinação verificadas internamente, com catadores assalariando catadores. Ocorriam, segundo ela, disparidades ao ponto de determinado catador ganhar R\$ 700 por semana e outros R\$ 50 por semana **(412)**;

10-Catador 1, da Coopativa, afirma não ver mal em cooperados assalariarem outros, mas sim em colocar gente de fora para fazer o trabalho **(413)**;

11-Catadora 5, da Cortrap, faz depoimento de que ela própria assalariava a mãe **(414)** ;

12-Catador 2, da Coopativa, afirma que chegou a criar rivalidade com a Cortrap, cooperativa vizinha, por conta dos associados que aderiram à Coopativa, oriundos da Cortrap. Segundo ele, ao perceber que tais pessoas queriam repetir sistema de assalariamento dentro da cooperativa, resolveu expulsá-los **(415)**;

13-Catador 2, da Coopativa, repete suas afirmações anteriores quanto à sua prática de, como dirigente, expulsar associados que, a seu ver, não cumprem as obrigações com a cooperativa **(416)**;

14-Catador 2, da Coopativa, fala novamente sobre o uso do poder, definindo genericamente que o cooperado tem poder enquanto ele estiver cumprindo com suas obrigações e o presidente tem razão até o momento que estiver efetivamente na defesa dos interesses dos associados **(417)**;

15-Catador 2, respondendo a pergunta sobre a quem cabe decidir sobre o comportamento do catador, se está ou não contrariando as normas da cooperativa, diz que a observação disso cabe ao presidente. Diz também que quando percebe que a permanência do catador até uma próxima assembleia pode prejudicar a cooperativa, providencia a expulsão de imediato, por sua conta **(418)**;

16- Catadora 4, da 100 Dimensão, explica que na sua cooperativa, cabe aos coordenadores de células a responsabilidade de observar e levar para a assembleia propostas de expulsão ou medidas contra sócios que não cooperam **(419)**;

17-Catadores 3, 4 e 6, da 100 Dimensão, afirmam existir efetiva fiscalização dos atos da Diretoria por parte do Conselho Fiscal **(420)**;

18-Catador 2 , da Coopativa, explica que ele faz a escolha das pessoas que farão parte da diretoria e submete o assunto à homologação;

19-Catador 2, da Coopativa, informa que recentemente “pôs o conselho fiscal para correr”, expulsando-os da cooperativa por “não quererem trabalhar”. A nova diretoria será de pessoas que ele vem observando há 02 anos..Considera legítimas suas atitudes centralizadoras e autocráticas em razão de seu esforço pessoal em construir a cooperativa **(421)**